

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

FELIPE COLLAR BERNI

A RECEPÇÃO JORNALÍSTICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
UM ESTUDO SOBRE OS USOS E SIGNIFICAÇÕES QUE FAZEM EM SEUS
COTIDIANOS

PONTA GROSSA
2021

FELIPE COLLAR BERNI

A RECEPÇÃO JORNALÍSTICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
UM ESTUDO SOBRE OS USOS E SIGNIFICAÇÕES QUE FAZEM EM SEUS
COTIDIANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Jornalismo.

Área de Concentração: Processos Jornalísticos.
Orientadora: Profa. Dra. Graziela Soares Bianchi.

PONTA GROSSA
2021

B527 Berni, Felipe Collar
A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos / Felipe Collar Berni. Ponta Grossa, 2021.
169 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Soares Bianchi.

1. Jornalismo. 2. Estudo de recepção. 3. Pessoas com deficiência. 4. Cidadania comunicativa. 5. Acessibilidade comunicativa. I. Bianchi, Graziela Soares. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 079.81

FELIPE COLLAR BERNI

A RECEPÇÃO JORNALÍSTICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
UM ESTUDO SOBRE OS USOS E SIGNIFICAÇÕES QUE FAZEM DO
TELEJORNALISMO EM SEUS COTIDIANOS

Dissertação apresentada para obtenção de título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos de Produção Jornalística.

Ponta Grossa, 1º de março de 2021.

Banca examinadora



Profa. Graziela Soares Bianchi – Orientadora
Doutora em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa. Karina Janz Woitowicz
Doutora em Ciências Humanas
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Marco Antonio Bonito
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade Federal do Pampa

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, Felipe Collar Berni, CPF 091.981.509-01, RG 107896856, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “**A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos**”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 23 de abril de 2021.



Felipe Collar Berni

RA: 3100119005018

À minha mãe,
primeira defensora dos direitos da pessoa com deficiência que conheci.

AGRADECIMENTOS

“Deixa a vida me levar / Vida leva eu / Sou feliz e agradeço / Por tudo que Deus me deu”. Buscando inspiração nos versos cantados por Zeca Pagodinho, abro esse espaço olhando para trás e agradecendo por tudo o que vivi. Deixar a vida nos levar não é abrir mão de nossos planos e sonhos, pelo contrário, é ter fé e acreditar naquilo que ela propõe para cada um de nós.

Sou grato a Deus por me presentear com uma vida tão boa: ao lado de pessoas maravilhosas, vivendo e sonhando, aprendendo e compartilhando. Sempre desejo que nossos projetos se alinhem e, felizmente, cursar o mestrado no PPGJOR se alinhou; foi um encontro. Tenho que agradecer pela minha fé e por todos aqueles que ajudaram que ela se fortalecesse cada dia mais. Fé em Deus, fé na vida, fé nas coisas. De maneira especial, a São Jorge Guerreiro, que não me deixa sucumbir.

Minha família é maravilhosa. Sem o apoio dela nada disso seria possível. Agradeço meus pais, Maria Izabel e Fabinho, por não medirem esforços para me ver feliz e em me apoiar em busca dos sonhos. Essa base vem de antes, meus avós, cada um do seu jeito, deixaram marcas em nossas vidas e nos pequenos detalhes do dia a dia; seus ensinamentos se fazem presentes. Agradeço também à Clara, minha irmã, que com sua energia e presença faz tudo ficar mais leve e iluminado.

Meus amigos que são uma base imensurável de apoio e alegria. Quero que saibam que cada um, com sua maneira, me ajuda a buscar, cada vez mais, ser melhor como pessoa e naquilo que me proponho a fazer. Ana Fidalski, Bruna Barranco, Giovanna Pedrosa, Helo Lima, Janine Pinheiro, Lívia Pinheiro, Natália Denipoti e Pedro Ferreira, obrigado por tudo (vocês sabem que utilizo a expressão tudo para categorizar aquilo que muitas vezes palavras não bastam!). Junto ao mestrado, ao passo que ia construindo a pesquisa, uma outra e nova construção realizei: Helo Collar e Nathalia Silva, vocês foram um verdadeiro porto seguro! Obrigado por tudo.

Não poderia deixar de agradecer minha *alma mater*, pois a Universidade Estadual de Maringá transformou minha vida. A todas e todos que cruzaram, direta ou indiretamente, meu caminho ao longo da graduação, meus agradecimentos. Obrigado, também, à Universidade Estadual de Ponta Grossa que me acolheu tão bem. A todos os servidores e servidoras, que com seu trabalho e cuidado fazem a UEPG funcionar e transformar a realidade de tantos. De maneira especial, aqueles com quem por mais vezes convivi e necessitei diariamente do seu trabalho: os servidores da Biblioteca, do Restaurante Universitário, da zeladoria e segurança do nosso espaço público e coletivo.

De maneira especial, meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, que, a partir de muitas mãos e mentes, dá razão à existência da pesquisa e da ciência. Aos professores e professoras Cintia Xavier, Felipe Pontes, Graziela Bianchi, Guilherme Carvalho, Hebe Oliveira, Ivan Bomfim, Karina Woitowicz, Marcelo Bronosky, Paula Rocha, Rafael Schoenherr e Sérgio Gadini, que privilégio eu tive em aprender com cada um de vocês; a nossa secretária Joseli Terezinha Manoel Pinto, a querida Jô, que com sua delicadeza, carinho, atenção e comprometimento nos inspirou a buscar nossos objetivos com alegria e tranquilidade; ao Muriel Amaral, nosso pós-doc, que com seu conhecimento e presença enriquece as discussões e projetos; a todos os colegas discentes do mestrado pelo companheirismo; ao Ângelo Rocha, Bruna Fernandes, Dyepeson Martins, Felipe Adam, Nara Souza e Vanessa Guerra, colegas que se tornaram amigos; muito obrigado. O PPGJOR marcou minha vida.

Não poderia esquecer do movimento estudantil da pós-graduação na UEPG e dos movimentos sociais e populares de Ponta Grossa. Experimentamos juntos o início, talvez, dos anos mais cruéis para a educação e para a ciência. Fortalecemos nossa Associação de Pós-Graduandos, a qual tive a honra de presidir, ao lado de tanta gente de luta que me inspira a não abrir mão do futuro e do Brasil. Ao lado da Aline Gomes, do Douglas Alves, Greg Rolim, da Isabela Gobbo e dos demais colegas de APG, pude continuar minha formação cidadã. A rua também ensina: foi assim no #TsunamiDaEducação, que atravessou diversos meses de 2019, foi assim com a greve dos servidores do estado do Paraná e, foi e é, na luta constante em defesa da vida, da educação pública, da ciência e da democracia.

A UEPG me presenteou com uma orientadora para muito além da dissertação. Obrigado, professora Graziela, por acreditar desde o início neste projeto e caminhar junto comigo para concretizá-lo, mesmo neste contexto de incertezas que atravessamos. Obrigado, Grazi, por botar fé em meus sonhos e não medir esforços para me ajudar a realizá-los. Minha orientadora, com toda sua dedicação, atenção, comprometimento e carinho com a educação e pesquisa tornou-se uma referência para minha formação profissional e pessoal que vou levar sempre por onde for.

Agradeço também a todos aqueles que, de alguma maneira, tornaram possível a realização desta pesquisa. Foram muitos e sou grato por cada um de vocês. Ao professor Marco Bonito, referência para os estudos da acessibilidade comunicativa, foi um prazer conhecê-lo e poder aprender tanto contigo – conversando, trocando mensagens e lendo seus trabalhos. Muito obrigado por acreditar e incentivar essa pesquisa. Agradeço novamente à minha amiga, Ana Fidalski, por inúmeras vezes, com sua disposição, atenção e criticidade, ter lido, corrigido, palpitado e contribuído com minha experiência como pesquisador. Também agradeço à minha amiga Bruna, por gentilmente ter feito a revisão final deste texto. Um abraço especial para

aqueles professores que compuseram meu exame de qualificação – Karina, Marco e Muriel – por jogarem luz quando nos deparamos numa encruzilhada sobre quais rumos tomar.

Com imenso carinho, agradeço aos profissionais da APAE de Santa Fé, por ainda no primeiro semestre de 2019 terem aberto as portas da escola para que eu realizasse um primeiro movimento exploratório com PCDI. Da mesma forma, a APAE de Maringá, que gentilmente aceitou mediar o contato com potenciais participantes e ofereceu suas estruturas para a realização da pesquisa exploratória. De maneira especial, agradeço à psicóloga Letícia Luque, coordenadora do programa Jovem Aprendiz e que, por muitas vezes, me auxiliou no percurso de contato e da relação com os participantes. Por fim, meu coração se enche de gratidão por todas que aceitaram participar da pesquisa, independentemente de qual fase era. Desde aqueles do primeiro movimento exploratório, ainda no começo da pesquisa, até os que me acompanharam no desfecho da dissertação. Sem a disposição deles, nada disso seria possível. Obrigado! Esse trabalho é, acima de tudo, para vocês.

Para finalizar, vivemos em tempos desesperançosos, por isso, não posso esquecer de agradecer a todos e todas, que com suas vidas, ideias e ações lutam para que o amanhã seja um outro dia.

Maringá, sexta-feira de carnaval de 2021.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. – Eduardo Galeano

RESUMO

Realiza-se, aqui, um estudo de recepção interessado em perceber os usos sociais que pessoas com deficiência intelectual (PCDI) fazem dos conteúdos jornalísticos em suas relações cotidianas, discutindo hábitos de consumo, de apropriação e de acessibilidade para um público que tem especificidades e necessidades particulares. Para tal, imbrica-se dois conceitos-chave para reconhecer as PCDI como sujeitos comunicantes: cidadania comunicativa (MATA, 2006) e acessibilidade comunicativa (BONITO, 2015). Assim, é desenvolvida uma leitura do jornalismo como forma de conhecimento, capaz de fazer com que os acontecimentos tomem contornos na consciência das pessoas; e o direito humano à comunicação (GUARESCHI, 2013) é visto como garantia para o exercício do conjunto de direitos sociais. Por sua vez, a concepção teórica-metodológica que dá sustentação à dissertação - pensando o jornalismo na sua interface com os Estudos Culturais (MARTÍN-BARBERO, 2003) - reconhece a cultura como manifestação fundamental para perceber os sentidos e significações que os sujeitos pesquisados fazem do jornalismo. Sendo assim, por meio de triangulação metodológica, mobilizando técnicas que valorizassem e explorassem a oralidade dos sujeitos pesquisados, articulou-se o desenvolvimento de pesquisa exploratória com a intenção de compreender a presença do jornalismo no cotidiano das PCDI; por meio de entrevistas, traçou-se o histórico midiático dos sujeitos; posteriormente, com os integrantes do corpus de pesquisa constitui-se um grupo de compartilhamento de notícias por meio do WhatsApp para materializar o consumo jornalístico dos membros; e, explorando as potencialidades do grupo focal, realizou-se um encontro de forma remota para provocar a interação entre os participantes, bem como observar como mobilizavam sua argumentação. O corpus de pesquisa foi constituído com residentes da Região Metropolitana de Maringá (PR). Como resultado, sistematizam-se características acerca da recepção jornalística das pessoas com deficiência intelectual: a presença do jornalismo de proximidade no consumo; o sensacionalismo como marca dos telejornais consumidos; a mobilização do consumo pelas pautas agendadas; o uso do jornalismo na concretude do cotidiano e percepções e experiências moldadas pelo que se assiste.

Palavras-chave: Jornalismo. Estudo de recepção. Pessoas com deficiência. Cidadania Comunicativa. Acessibilidade Comunicativa.

ABSTRACT

The present reception study is interested to understand the social uses that people with intellectual disabilities (ID) do of journalistic content in their daily relationships, bringing to attention their consumption habits, appropriation and accessibility for a public that has specificities and special needs. For this discussion, two key concepts are interwoven to recognize individuals with IDs as communicating subjects: communicative citizenship (MATA, 2006) and communicative accessibility (BONITO, 2015). Thus, a reading of journalism is developed as a form of knowledge, capable of making events take shape in people's consciousness; and the human right to communication (GUARESCHI, 2013) is seen as a guarantee for the exercise of the set of social rights. Furthermore, the theoretical-methodological conception that supports the dissertation - thinking journalism in its interface with Cultural Studies (MARTÍN-BARBERO, 2003) - recognizes culture as a fundamental manifestation to perceive the senses and meanings that the researched subjects make of journalism. Therefore, through methodological triangulation, mobilizing techniques that value and explore the orality of the subjects surveyed, the development of exploratory research was articulated with the intention of understanding the presence of journalism in the daily lives of IDPs; through interviews, the subjects' media history was traced; after that, with the members of the research corpus, a news sharing group was created through WhatsApp to materialize the members' journalistic consumption; and, exploring the potential of the focus group, a meeting was held remotely to stimulate the interaction between the participants, as well as to observe how they mobilized their arguments. The research corpus was constituted with residents of the Metropolitan Region of Maringá (PR). As a result, characteristics about the journalistic reception of people with intellectual disabilities are systematized: the presence of proximity journalism in consumption; sensationalism as a mark of the newscasts consumed; the mobilization of consumption according to the scheduled agendas; the use of journalism in the concreteness of daily life; and perceptions and experiences shaped by what is seen.

Keywords: Journalism. Reception study. Disabled people. Communicative Citizenship. Communicative Accessibility.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Salsicha apresentando o Cidade Alerta | 101 |
| Figura 2 – Maringá Urgente: Conselho Tutelar de Maringá investiga situação de abandono de incapaz | 104 |
| Figura 3 – Cidade Alerta: Caso Jadson | 105 |
| Figura 4 – Cidade Alerta: Vacinação contra COVID-19 começa na próxima quarta-feira em Maringá | 106 |
| Figura 5 – Maringá Urgente: Resgate complicado em Maringá | 109 |
| Figura 6 – Cidade Alerta: Chuvas em Maringá | 110 |
| Figura 7 – Bacci: Temporal deixa pessoas ilhadas e bombeiros fazem resgate | 110 |
| Figura 8 – Cidade Alerta: Carro bate em ônibus entre Campo Mourão e Luiziana na PR-478 | 111 |
| Figura 9 – Print da postagem da Folha de SP no Instagram | 113 |
| Figura 10 – Domingo Espetacular: Enfermeira é a primeira vacinada do país | 115 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados (quantidade x idade) | 85 |
| Gráfico 2 – Meios de comunicação consumidos (nº por pessoas) | 86 |
| Gráfico 3 – Consumo na televisão | 87 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD – Audiodescrição

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CENECA - Centro de Indagación y Expresión Cultural y Artística

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos

COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

COVID-19 – Doença por coronavírus - 2019

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

GC – Gerador de caracteres

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

JN – Jornal Nacional

Libras – Língua Brasileira de Sinais

LSE – Legendas para Surdos e Ensurdidos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoas com deficiência

PCDI – Pessoas com deficiência intelectual

PPG – Programa de Pós-Graduação

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

TV – Televisão

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 2 CIDADANIA COMUNICATIVA: A INFORMAÇÃO COMO DIREITO HUMANO | 26 |
| 2.1 JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS | 27 |
| 2.2 A NECESSIDADE SOCIAL DA INFORMAÇÃO | 31 |
| 2.2.1 Refundar o conceito de comunicação | 36 |
| 2.3 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO | 38 |
| 2.4 JORNALISMO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA CIDADANIA COMUNICATIVA | 42 |
| 3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COMO PÚBLICO JORNALÍSTICO | 48 |
| 3.1 BREVE HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL | 51 |
| 3.1.1 Marcos legais | 53 |
| 3.2 AS PARTICULARIDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL .. | 55 |
| 3.3 ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NA PRÁXIS JORNALÍSTICA | 57 |
| 4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS | 63 |
| 4.1 PRESSUPOSTOS DOS ESTUDOS CULTURAIS | 64 |
| 4.2 RECEPÇÃO JORNALÍSTICA: PANORAMAS E DESAFIOS | 72 |
| 4.3 PERCURSO CONSTRUÍDO PARA A INVESTIGAÇÃO | 74 |
| 4.3.1 As potencialidades do trabalho de campo | 76 |
| 4.3.2 A valorização e exploração da oralidade | 78 |
| 4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS DE CAMPO | 81 |
| 5 ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA | 84 |
| 5.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA: NUANCES E CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO COMUNICACIONAL DE PCDI | 84 |
| 5.1.1 O consumo da televisão | 86 |
| 5.1.2 O rádio associado à música | 88 |
| 5.1.3 O imediatismo, a predominância do local e a qualidade jornalística | 89 |
| 5.1.4 Reconhecimento da importância do jornalismo | 91 |
| 5.1.5 Outras formas de consumo mediadas pelo celular | 92 |

| | |
|---|------------|
| 5.2 ENTREVISTAS: CONSTITUIÇÃO DO HISTÓRICO MIDIÁTICO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES | 92 |
| 5.2.1 Aroldo | 94 |
| 5.2.2 Augusta | 95 |
| 5.2.3 Rosa | 96 |
| 5.2.4 Dandara | 97 |
| 5.2.5 Paulo | 99 |
| 5.3 GRUPO NO WHATSAPP: REGISTRO E COMPARTILHAMENTO DOS CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS CONSUMIDOS | 99 |
| 5.3.1 A personificação do jornalismo na figura do apresentador | 100 |
| 5.3.2 Jornalismo de proximidade: o local em pauta | 102 |
| 5.3.3 Sensacionalismo | 107 |
| 5.3.4 A aderência as pautas nacionais | 112 |
| 5.3.5 O CG no telejornalismo como referência | 116 |
| 5.4 GRUPO FOCAL ONLINE | 117 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 128 |
| REFERÊNCIAS | 133 |
| APÊNDICE A – EIXO NORTEADORES PARA AS ENTREVISTAS | 140 |
| APÊNDICE B – NOTAS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA | 141 |
| APÊNDICE C – CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO COMUNICACIONAL E JORNALÍSTICO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES | 150 |
| APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL ONLINE | 152 |
| APÊNDICE E – CARACTERÍSTICAS DOS CONTEÚDOS COMPARTILHADOS NO GRUPO DO WHATSAPP | 165 |
| ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UEPG | 167 |

1 INTRODUÇÃO

A cidadania no campo da Comunicação, especialmente no contexto latino-americano, tornou-se um importante objeto de estudos, sendo que, a partir dos anos 1990, o debate ganhou força, especialmente no contato com as dimensões políticas da comunicação. A partir de provocações tanto desta natureza quanto da necessidade de pesquisa para a articulação entre comunicação-cidadania, Maria Cristina Mata (2006) defende a indispensabilidade de se perceber maneiras de os cidadãos serem vistos no espaço midiático, para a partir dali analisar quais representações a mídia constrói em relação à cidadania e à forma que a mídia se auto-representa como um espaço democrático. Com base nessa perspectiva, Mata (2006) desenvolve uma noção de cidadania comunicativa que provoca a necessidade dos cidadãos exercerem seus direitos e, a partir deles, participarem e influenciarem o processo comunicativo nos espaços midiáticos. Por sua natureza, a cidadania comunicativa envolve e articula dimensões sociais e culturais ligadas aos valores de igualdade e respeito, e se apresenta como fator indispensável para uma experiência cidadã e democrática, ou seja, a cidadania comunicativa defende a participação ativa dos sujeitos, a partir do seu “lugar de fala”, até as estratégias de apropriação dos meios de comunicação para a expressão de sua cultura, saberes, filosofias, opiniões e demandas. Tal concepção traz, como consequência, a necessidade de o cidadão participar do processo comunicativo, de produção de sentidos e da realidade, influenciando a agenda de discussão e a construção de conotações valorativas.

Outro pressuposto que a pesquisa tensiona trata-se do reconhecimento do direito à comunicação (GUARESCHI, 2013), ao compreender a informação como uma necessidade social, uma vez que proporciona aos cidadãos a oportunidade de acesso aos demais direitos sociais. Admite, portanto, que o acesso à informação corrobora com o exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, reconhece o jornalismo como instituição social capaz de orientar a sociedade e mediar a comunicação entre os atores que a constituem, a partir de sua prerrogativa de fazer com que os acontecimentos passem a existir na consciência das pessoas. Esse contrato social firmado com o jornalismo surge no contexto do século XIX e da crescente globalização, e faz com que ele se torne “expressão simbólica” dos embates sociais, econômicos e políticos que atravessam a sociedade (SCHUDSON, 2010; SOARES, 2012).

Nessa lógica, dois documentos convergem para o entendimento do direito à informação e, conseqüentemente, à cidadania comunicativa, visualizando o processo comunicacional como base para alcançar os demais direitos humanos. Gabriela Alcuri et all (2012) recupera o Relatório *Um Mundo e Muitas Vozes* (UNESCO 1983), popularmente conhecido como

Relatório MacBride, e a historicidade dos Direitos Humanos e o Direito à Comunicação. Ao permear as três gerações dos direitos humanos, visualiza na terceira, o direito de se comunicar, ao passo que a primeira e segunda tocam na liberdade do indivíduo e na igualdade política e social, respectivamente. Assim, é possível afirmar que o direito à comunicação se materializa em 1948, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ou seja, o embate transcende a delimitação e categorização dos direitos e avança em modos de efetivá-lo junto à sociedade.

Assim sendo, a perspectiva do imbricamento entre cidadania e comunicação sustenta a materialidade da pesquisa, ao compreender o jornalismo como forma de conhecimento público capaz de fazer com que os acontecimentos tomem contornos na consciência das pessoas, e as articulações que seguem são atravessadas com a compreensão de que a crise que o jornalismo atravessa - ao menos em alguma parte - também ocorre em função do desconhecimento a respeito de seus públicos. Portanto, para exercer de forma legítima e significativa a função social que lhe foi confiada - de orientar e situar-nos frente aos acontecimentos sociais, de modo que possamos exercer nossa cidadania - o jornalismo precisa produzir conteúdos acessíveis a todos os sujeitos, incluindo pessoas com deficiência (PCD). Compreendendo, portanto, o jornalismo como organismo essencial para a vida em sociedade, manutenção e garantia da democracia e do exercício cidadão, compete a ele realizar esse movimento de agregar as PCD na sociedade por meio da cidadania comunicativa, com conteúdo que não exclua àqueles que historicamente a sociedade hegemônica não reconhece. Nesse sentido, a pesquisa propôs a investigação da recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual (PCDI), para compreender seus usos e apropriações acerca das produções jornalísticas, discutindo hábitos de consumo, de apropriação, circulação e acessibilidade de conteúdo para um público com especificidades e necessidades particulares. A questão que norteou a investigação consistiu em compreender, a partir da perspectiva da cidadania comunicativa, de que forma as pessoas com deficiência intelectual consomem os conteúdos jornalísticos veiculados nos telejornais e quais sentidos, significações e ressignificações produzem junto às suas relações sociais cotidianas.

Na busca por um alicerce para as discussões sobre deficiência intelectual, o campo da Educação apresentou-se adequado para estabelecer essa interface. A compreensão conceituada por Miriam Pan (2008) nos ajuda a entender as especificidades dessa deficiência, a partir das limitações no intelecto e na sociabilidade. É importante reiterar o esforço que Pan (2008) realiza ao identificar os momentos e nomenclaturas utilizadas ao longo do tempo para nomear o “outro” que não se encaixava na “normalidade”: excepcional; deficiente; pessoa especial ou pessoa com deficiência; foram algumas delas, tendo essa última como aceita. De forma específica, a denominação da deficiência intelectual também avançou durante os anos e trouxe outros

questionamentos: deficiência mental, retardo ou deficiência intelectual? Com base nos estudos da American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD) e da Organização Mundial da Saúde, Miriam Pan entende o termo deficiência intelectual como o mais adequado e reitera que os diagnósticos clínicos, embora pertinentes às críticas a ele dirigidas, são importantes instrumentos utilizados nas decisões políticas e garantias de direitos. Note-se que a própria nomenclatura “pessoa com deficiência”, nos remete à concepção e à ideia de uma “normalidade” em detrimento de outra forma de manifestação e experiência de vida, que, por sua vez, não se enquadra com aquilo socialmente tido como o normal. Entretanto, estamos longe de experimentar uma convivência social, na qual, indistintamente, todos são tratados e respeitados como “pessoas”. Daí a necessidade de assumirmos as nomenclaturas como forma de pautar as lutas por autonomia, inclusão e direitos. Isso posto, avancemos.

Na modernidade, há uma ruptura das marcas teológicas no entendimento da deficiência e, com razão, há uma separação entre sujeito e objeto, quando a oposição deixa de ser homem-Deus para o embate homem-mundo (PAN, 2008). Nesse novo contexto, houve três vertentes que se debruçaram a refletir a deficiência intelectual: medicina, psicologia e pedagogia. Centrada nas discussões pedagógicas, defende uma perspectiva funcionalista, ecológica e multidimensional que nos leva a conceber a pessoa com deficiência intelectual “como alguém que apresenta uma forma particular e dinâmica de pensamentos e com possibilidades sempre abertas para seu desenvolvimento” (PAN, 2008, p. 66). As limitações devem ser consideradas levando-se em consideração os contextos e ambientes típicos da idade e da cultura do sujeito, como defende Luckasson et al (2002); uma análise deve considerar a diversidade cultural e linguística, as diferenças de comunicação, sensoriais, motoras e comportamentais; pensando nas características dos sujeitos, onde há uma existência correlata entre limitações e pontos fortes. Para que as limitações sejam compreendidas, um caminho possível é desenvolver e problematizar suportes necessários para o sujeito, pois com um suporte pensado especificamente para sua realidade, a vivência da pessoa com deficiência intelectual tende a melhorar.

Em vista disso, buscou-se, com a pesquisa, apurar, de maneira geral, as apropriações e usos que as pessoas com deficiência intelectual fazem dos conteúdos jornalísticos transmitidos pela televisão. Mais especificamente, o que se pretende é identificar os hábitos de consumo jornalístico de PCDI; analisar a interação que estes possuem com os meios de comunicação; explicitar apropriações que esses atores fazem da TV; avaliar a participação do conteúdo jornalístico nas relações cotidianas a partir da noção do jornalismo como construtor social da realidade; por fim, examinar a relação do jornalismo com a responsabilidade social. Nesse

sentido, pensar a pessoa com deficiência como público traz a possibilidade de o jornalismo conhecer suas especificidades e suas necessidades, incorporando esses preceitos nas rotinas produtivas, na redação jornalística, programação de veiculação e acessibilidade de conteúdo. Portanto, quando o jornalismo conhece um pouco melhor a coletividade para quem produz, se apodera de mecanismos para buscar prestar seu serviço de forma mais responsável e cidadã. A escolha por abordar os produtos jornalísticos audiovisuais se dá pela leitura prejudicada que as pessoas com deficiência intelectual carregam consigo, conforme discute Pan (2008).

Num levantamento de estudos que tivessem as pessoas com deficiência como investigados, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹ apresentou 4.310 trabalhos resultados para “pessoa com deficiência”, a partir do ano de 1998. Pôde-se constatar que o volume de pesquisas tendo os diversos tipos de deficiência como público privilegiam e consolidam estudos que trazem como característica as deficiências visuais, auditivas e motora, majoritariamente. Existem lacunas em relação às pesquisas no campo da Comunicação atravessadas pela deficiência intelectual. Quando pensamos em estudos a partir do jornalismo, há uma redução drástica na quantidade de pesquisas. Buscando constituir um *corpus* de referência para o debate a partir do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas e, de forma específica, a Comunicação, filtrados a partir das palavras-chave: “acessibilidade” e “deficiência”; foram sete o número de grupos que ajudam caracterizar e constituir o campo da Comunicação na sua interface com as especificidades da pessoa com deficiência (BERNI, 2019)².

A publicação da tese de Marco Bonito (2015) apresenta-se como entrada para pensar acessibilidade nos produtos de comunicação pelo viés da cidadania comunicativa. Bonito (2015, p. 88) desenvolve a noção de acessibilidade comunicativa como “o conjunto de processos que visam desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental”, ou seja, pensar e utilizar recursos e práticas de acessibilidade que permitam o consumo jornalístico de pessoas com deficiência. Desenvolve, em conjunto, a ideia de Desenho Universal: adoção de projetos de produtos que prezam pela utilidade e o consumo por todos, sem que haja a necessidade de adaptações, isto é, por qualquer sujeito, independentemente de suas características físicas ou sociais. Torna-se objeto científico mensurar possibilidades e

¹ A partir dos filtros Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; e posteriormente a Área de Conhecimento e de Avaliação: Comunicação.

² Consulta realizada em junho de 2019.

propor práticas que visam promover segurança e autonomia na utilização, por parte da PCD, de espaços e objetos para uso universal (BONITO, 2015).

Uma das forças propulsoras para a escolha do desenvolvimento de uma investigação a partir dos estudos de recepção se deu pela intenção em fomentar pesquisas que buscam perceber os usos sociais da mídia, quando o campo privilegia os próprios meios e os sentidos postos em circulação pelos textos midiáticos (ESCOSTEGUY, 2007). A escassez de publicações tendo o jornalismo como objeto nos Estudos Culturais foi outra provocação. Em uma pesquisa no Portal de Teses e Dissertações da CAPES³, tendo como filtro o termo “recepção”, a partir da grande área Ciências Sociais Aplicadas e área Comunicação, foi possível encontrar 614 trabalhos. A consolidação dos estudos de recepção é visível, principalmente quando olhamos a quantidade de pesquisas no decorrer dos anos. No entanto, acionada à área de concentração ou nome do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo⁴ encontrou-se três resultados, duas dissertações e uma tese: Azevedo (2006)⁵, Souza (2018)⁶ e André (2018)⁷, respectivamente.

Outra compreensão fundamental é que não se busca quantificar a pesquisa nos moldes de uma análise de audiência. Longe disso, busca-se compreender como um determinado grupo constrói sentidos a partir daqueles conteúdos consumidos, que, por sua vez, são atravessados por vivências mediadas pelas questões culturais, religiosas etárias, étnicas, de gênero e de classe, manifestações essas que se tornam difíceis de serem percebidas em um primeiro olhar; desse modo, havendo, então, a necessidade de um aparato metodológico que dê conta de uma aproximação em busca de entendimentos. É a partir da cultura, segundo Martín-Barbero (2003), que conseguimos fazer esse exercício de observação, organização e análises dos sentidos produzidos. Embora novo no contexto dos anos finais da década de 1980 e no início de 1990, a recepção ainda assim, na contemporaneidade, enfrenta dificuldades e resistências no campo.

Com isso, a articulação teórica para a construção da pesquisa se dá a partir de três frentes conceituais: Estudos Culturais, cidadania comunicativa e jornalismo. Quando buscamos os Estudos Culturais e seus desdobramentos é prudente reconhecer que a materialidade da pesquisa

³ Consulta realizada em novembro de 2019.

⁴ Ressaltamos que ao utilizarmos a ferramenta de filtro disponível no portal da CAPES, estudos e pesquisas que possuem objeto voltado às especificidades jornalísticas e que não estejam em PPGs exclusivos do Jornalismo, acabam se perdendo. Ao mesmo tempo, consideremos que muitos dos programas de Comunicação estudam objetos jornalísticos, ou possuem linhas de pesquisa em Jornalismo, o que, conseqüentemente, leva a possibilidade de desenvolvimento de pesquisa em recepção jornalística.

⁵ Recepção: heterogeneidade e negociações de sentidos. O jornalismo político e os sujeitos leitores das revistas semanais. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo.

⁶ Os processos de recepção telejornalística no distrito rural de Itaiacoca. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁷ ‘Violência fascinante em vidas tão normais’: estigmatização e invisibilidade social na recepção de noticiários criminais. 2018. Tese (Doutorado em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Catarina.

em jornalismo se dará a partir de suas interfaces. Ou seja, as problemáticas envolvendo as questões culturais necessitam de múltiplos enfoques teórico-metodológicos. O jornalismo pesquisado juntamente aos Estudos Culturais - a partir de caráter integrador, holístico, contextual e conjuntural - tem nas pesquisas de recepção a possibilidade de analisar os conflitos, as negociações e os consensos que estão em constante tensão na esfera social.

Portanto, quando falamos em estudos de recepção, propomos a necessidade de compreender a recepção/consumo como uma das etapas do processo comunicacional interligada com as demais: produção e circulação. Perceber a recepção não apenas como comportamento, comungando com a defesa de Escosteguy (2007), mas como estruturas de compreensão produzidas por relações sociais, econômicas e de poder. À vista disso, se faz prudente abandonar o entendimento que guiou as ideias hipodérmicas, que colocava o receptor como fim e nada mais, partindo-se então para uma valorização da capacidade desse sujeito em produzir sentidos com a informação ora recebida. Nessa perspectiva, é possível visualizar as principais chaves de pensamento de Jesús Martín-Barbero (2003), presentes em seu livro *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, no que compete às investigações dos processos de recepção: compreender a comunicação em sua complexidade e a recepção na sua inter-relação com as demais instâncias; o contexto como fator preponderante para os processos comunicacionais a partir de suas dimensões socioculturais, políticas, históricas e econômicas; as múltiplas experiências e vivências de um sujeito como configuradoras de suas culturas, de suas subjetividades e marcas de seus processos de produção de significações; e, por fim, como a produção de sentido na recepção pode carregar afinidades, cumplicidades, contradições, ambiguidades, resistências, apropriações e mesmo subversões em relação às ofertas simbólicas midiáticas. Segundo Escosteguy (2018, p. 107) “as análises têm como meta focar nos conflitos, nas negociações e nos consensos que estão em tensão na realidade social, politizando a esfera da cultura”. Essa é a materialidade que as pesquisas de recepção buscam compreender.

Partindo do proposto por Martín-Barbero, a análise cultural dialoga, portanto, com uma visão incorporada e globalizante da produção, circulação e consumo dos conteúdos culturais, não se moldando a partir das especificidades de uma única disciplina. Trazendo as preocupações do campo jornalístico a este processo, se faz prudente mensurar os conteúdos produzidos e veiculados para os programas jornalísticos nos meios de comunicação de massa. Portanto, pensar o jornalismo como construção social da realidade e como forma de conhecimento (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 1998). Nesse sentido, Meditsch (1998), defende o jornalismo como uma forma de produção de conhecimento que tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, além de entender que o jornalismo não

apenas difunde o conhecimento que ele próprio produz, mas também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. Assim, Genro Filho (2012) entende a imediaticidade do real como ponto de chegada, ao passo que o jornalismo como gênero de conhecimento difere da percepção individual pela sua forma de produção e, ao se fixar na imediaticidade do real, o jornalismo opera no campo lógico do senso comum.

O estímulo em desenvolver uma pesquisa com o objetivo de compreender a recepção jornalística vem a partir do que Graziela Bianchi (2019) provoca sobre as implicações que o desconhecimento a respeito de seus públicos traz ao jornalismo, corroborando, em algum grau, com a crise que o próprio atravessa. Assim, o desafio visa fomentar pesquisas de campo que se preocupem em compreender os hábitos, comportamentos, particularidades e usos que a audiência faz dos conteúdos jornalísticos, haja vista que por ora são privilegiadas, no campo, pesquisas que se proponham a investigar os processos de produção e circulação da notícia.

O que se coloca em discussão é que sim, temos situações jornalísticas cada vez mais complexas a se investigar, com novas rotinas produtivas instauradas, outras relações de trabalho configuradas, muitas e distintas narrativas jornalísticas sendo produzidas e que necessitam de investigação. Entretanto, é preciso situar que mesmo quando vivenciamos realidades jornalísticas, por assim dizer, mais ‘estáveis’, o lugar do público do jornalismo, nas pesquisas acadêmicas da área, sempre foi colocado em um plano não prioritário. (BIANCHI, 2019, p. 332-333).

Perceber o público além dos números de audiência é uma das provocações que sustenta a interface entre jornalismo e estudos de recepção.

Partindo da interface com a Educação para construir conhecimento em relação às pessoas com deficiência, o que se busca é apresentar o que pode ser entendido como deficiência intelectual e a historiografia do movimento no Brasil (LANNA JÚNIOR, 2010), além de contribuir para reflexão sobre autonomia e inclusão comunicacionais, tendo a acessibilidade como norte (SOUZA, 2018). Assim, perceber a cidadania comunicativa conectada com as lutas dos direitos humanos, conforme entende Bonito (2015); visto que engloba relações sociais, culturais e comunicacionais não apenas restritas à responsabilidade do Estado, mas se arrastando à toda dimensão social e econômica que promove desigualdade e exclusão. A partir desse contexto, é possível debater a acessibilidade comunicativa nas práticas jornalísticas.

As especificidades dos atores que foram investigados nessa pesquisa, como, por exemplo, a dificuldade da escrita e da leitura, se apresentaram determinantes para as escolhas metodológicas que guiaram o estudo; assim, a busca por técnicas que explorassem a fala dos entrevistados foram valorizadas. Outro fator central foi a mediação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maringá (PR), Instituição de Ensino que mediou o contato com

os sujeitos pesquisados. Um recorte de classe foi utilizado para a escolha dos entrevistados, uma vez que a pesquisa não pretende adentrar nos graus e manifestações da deficiência intelectual, tão pouco produzir conhecimento que generalize as particularidades de cada sujeito. Assim, foram selecionadas pessoas com deficiência intelectual que estejam atuando junto ao mercado profissional por meio da Lei nº 8213/91 que institui 20% da reserva de pessoal para pessoas com algum tipo ou grau de deficiência.

O manuseio dos recursos metodológicos no processo de construção da pesquisa merece atenção do pesquisador, dado que o emprego das estratégias para a exploração deve emergir a partir do contato com o objeto a ser construído. Neste sentido, Bourdieu (2002) reitera a indissociação entre método e prática, uma vez que seria equivocado pensarmos metodologias à parte do objeto de pesquisa, ou seja, algum método que se apresente *a priori* ao objeto e que não necessite de apoio em outras correntes metodológicas.

Entendimento esse comum a Bonin (2018b), quando preocupada em traçar uma abordagem metodológica para os estudos de recepção. Ou seja, uma primeira pesquisa exploratória se torna necessária para conhecer o universo dos sujeitos pesquisados, compreender seus hábitos, ritualidades e cotidiano para, depois, avançar nas entrevistas. Esses movimentos exploratórios se apresentam como práticas metodológicas cruciais para nutrir e fomentar as pesquisas em diferentes âmbitos e auxiliam na desconstrução de concepções prontas sobre determinados fenômenos, além de serem uma oportunidade para experimentar e questionar métodos e técnicas para investigação previamente articulados.

Assim, o percurso metodológico para a condução da pesquisa encontra na etnografia técnicas possíveis para coleta, articulação e análise de dados. Ao definir o método para o estudo de recepção, Bonin (2018a) alerta que as formulações metodológicas para entender os processos de recepção devem ser construídas em perspectivas complexas e em afinidade com as realidades investigadas, abandonando a práxis de contextualização, além das perspectivas históricas

construídas para descortinar as trajetórias de constituição comunicacional e midiática de sujeitos (em dimensões étnicas, de gênero etc.), de suas culturas e subjetividades e as histórias de vida midiática, centradas na recuperação das trajetórias de relações com os meios e na apreensão da constituição de suas culturas midiáticas. (BONIN, 2018a, p. 67).

Pensar estudos de recepção nos provoca a explorar as potencialidades do trabalho de campo e os potenciais da pesquisa qualitativa, mas não necessariamente nos leva a abandonar os moldes quantitativos da pesquisa de audiência, uma vez que é a partir da quantificação que conhecemos possibilidades de investigação de perfis, espaços, mediações, grupos e atores. Quantificar nos ajuda a conhecer melhor o objeto de pesquisa e a delinear quais rumos tomar

para compreender sentidos e apropriações resultantes do consumo jornalístico de nossos pesquisados. Por sua vez, avançar na construção de uma abordagem qualitativa impulsiona a compreensão de especificidades e detalhes que escapam ao tato de uma metodologia metodicamente conduzida (BECKER, 1997).

Assim, é possível mobilizar diversos recursos para articular a coleta de dados pelo viés quantitativo. Por sua vez, a entrevista em profundidade se apresenta como importante aliada nesse processo, visto a possibilidade de interpretação e tensionamentos entre os dados colhidos pelo pesquisador. Pensando nas potencialidades da entrevista, Jean-Claude Kaufmann (2013) defende a entrevista compreensiva como estratégica para o trabalho de campo, não apenas como método para a construção de um roteiro de perguntas, mas visualiza a sociabilidade entre pesquisador e pesquisado como premissa para a realização de uma entrevista bem-sucedida. Assim, compreende o pesquisador como um “artesão intelectual”, capaz de dominar e personalizar métodos e técnicas, em um projeto concreto de pesquisa. Ao contestar o uso de questionamentos padrão nas entrevistas, tensiona a eficácia da entrevista impessoal, ao passo que entende que a “não personalização das perguntas ecoa a não personalização das respostas” (KAUFMANN, 2013, p. 39), assim, compete ao entrevistador estar envolvido no diálogo para provocar o envolvimento do entrevistado. Quanto à materialização e transformação dos dados colhidos, Kaufmann (2013) adverte que a compressão do sujeito entrevistado é apenas um instrumento, já o trabalho e o objetivo do pesquisador são a explicação compreensiva do social.

Contribuindo para a necessidade de coleta de informações que atendam às especificidades da pesquisa e dos atores ora investigados, a história oral também contribui para com os estudos de jornalismo e, nesse sentido, Ana Paula Ribeiro (2015) esquematiza contribuições para se pensar. Pela oralidade, acessamos dados inexistentes em arquivos, além de conhecer informações a partir de narrativas de quem viveu; além dos significados mobilizados na memória de quem viveu aquele determinado fato, objeto central para os estudos de recepção e da lógica mobilizada nos processos de construção dos relatos. Seguindo na ideia do mosaico científico, os relatos nos ajudam na compreensão social, cultural, econômica, estética e política de um determinado contexto, no que compete à pesquisa das pessoas com deficiência e sua rede de sociabilidade.

Portanto, o que se pretendeu foi contribuir para a reflexão acerca da relação jornalismo e seus públicos, pensando no exercício de produção de notícias cada vez mais conscientes quanto à produção, circulação e consumo. Pensar o consumo especificamente com deficientes intelectuais é reconhecer a necessidade de entender lógicas e processos de apropriação e construções de sentidos desses públicos a partir dos conteúdos jornalísticos. Ao conhecer as

especificidades desses sujeitos, buscou-se contribuir para com a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência intelectual, ao produzir ciência que possa ser útil para a formação acadêmica de jornalistas os permita estarem atentos às particularidades de consumo desse público. Da mesma forma, propiciar aos meios de comunicação um perfil mais detalhado e condizente com a realidade comunicacional vivenciada por grupos e indivíduos, que mesmo com avanços, ainda se sabe pouco.

No decorrer do texto será possível observar a trajetória da pesquisa e o passo a passo do seu desenvolvimento. Articulada e pensada a partir de uma realidade anterior à pandemia de COVID-19, seus resultados foram atravessados pelas marcas e implicações que as medidas de segurança e saúde trouxeram para a sociedade. Um novo desafio foi imposto, realizar um estudo de recepção no contexto do distanciamento social. Nesse processo, procuramos apresentar os embates e encruzilhadas com que nos deparamos e os movimentos que foram necessários para chegarmos aos resultados apresentados nesta dissertação.

Assim, no capítulo 2 são discutidas as perspectivas teóricas que dão sustentação à pesquisa: cidadania comunicativa (MATA, 2006), direito humano à comunicação (GUARESCHI, 2013) e jornalismo como forma de conhecimento (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 1998). Já o capítulo 3 privilegia e reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos comunicantes, debatendo suas particularidades e as implicações na práxis jornalística. No capítulo 4 são apresentados os pressupostos e estratégias metodológicas mobilizadas para dar conta da investigação, bem como o percurso de campo realizado para a coleta de dados. O capítulo 5 demonstra a sistematização, análise e problematização dos resultados de cada movimento de campo, convergindo para a compreensão das características da recepção jornalística das PCDI.

Por fim, ao concluir este texto, buscamos, de forma modesta, reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos comunicantes e avançar na construção do saber em relação aos seus hábitos e particularidades de consumo, contribuindo para o pleno exercício de sua cidadania comunicativa e, de maneira específica, contribuindo com o fortalecimento do próprio jornalismo e, conseqüentemente, da democracia.

2 CIDADANIA COMUNICATIVA: A INFORMAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Antes de avançar nas problematizações, é oportuno buscar a gênese do conceito de cidadania comunicativa, de modo a conhecer sua materialidade e especificidades. Essa noção, apresentada por Maria Cristina Mata (2006), vai ao encontro ao reconhecimento da capacidade do indivíduo de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões no que se refere à comunicação. Essa reflexão surge entre a comunicação dos silenciados e a democracia social nos anos de 1960, a partir da necessidade de uma melhor articulação dos direitos já conquistados - como a liberdade de expressão, direitos políticos e sociais - serem, então, ampliados com a adesão de novas vozes, tornando o debate plural. Nesse sentido, entende-se a cidadania comunicativa como algo imprescindível para a existência de uma sociedade democrática.

Assim, o direito à comunicação se fundamenta na necessidade social por informação, ou seja, a informação vista como um direito-meio que tem o potencial de proporcionar, a partir de escolhas e julgamentos de forma autônoma pelo sujeito, o acesso aos demais direitos (SOARES, 2012). Nesse sentido, o acesso à informação leva à reivindicação de prerrogativas frente aos poderes políticos e ao exercício pleno da cidadania; em outros termos, “o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (UNESCO, 1983, p. 287). Por sua vez, a sociedade contemporânea tem como característica a transmissão ou mediação, por parte dos *media*, de relações sociais; deste modo, reivindicar o direito à comunicação atravessa e fortalece o exercício da cidadania, bem como a vivência democrática.

Os conceitos de direitos humanos e cidadania, embora muitas vezes tratados como sinônimos, possuem pormenores que os diferem, ainda que possuam atravessamentos. Podemos compreender os direitos humanos como condições básicas para a vivência de todos em sociedade, estando intimamente ligados com a essência da liberdade de pensamento, de expressão, e da igualdade perante a lei. A cidadania é o exercício desses direitos - sejam eles de natureza civil, política ou social -, tendo a ver também com a maneira como se estruturam as relações sociais, de modo a estabelecer uma sociabilidade (SOARES, 2012). Desta forma, está associada à construção da figura do cidadão, sujeito que vive em uma determinada comunidade, respeitando um conjunto de estatutos pré-estabelecidos junto aos seus pares. Direitos e deveres estão interligados e seu exercício contribui para o funcionamento de uma sociedade; ou seja, exercer a cidadania é ter consciência do conjunto de direitos e deveres que possuímos, colocando-os em prática. É com essa perspectiva que podemos identificar a noção de cidadania comunicativa e do direito à comunicação: o acesso à informação leva o sujeito à

compreensão de seus direitos e deveres, dando, também, condições para que tome decisões e faça escolhas na sua vivência social e política. Portanto, a informação se concretiza em uma mediação para a vida em sociedade.

Nesse processo, é oportuno discutir as distinções e características da luta por cidadania no campo da comunicação entre pessoas com deficiência e demais sujeitos, que se atravessam, mas adquirem materialidades diferentes. Por exemplo, Armand Mattelart (2009) concentra esforços em construir caminhos para a democratização das comunicações a partir do acesso, pluralidade, difusão, regulação e educação midiática; ações estas que também se aplicam à realidade dos sujeitos com deficiência -, embora ganhe particularidades. O acesso para PCD não se restringe a ter ou não um aparelho receptor, mas sim em formas e práticas autônomas de recepção, portanto, conteúdos pensados, produzidos e traduzidos especificamente para aquele tipo de consumo e recursos. Daí a necessidade em compreender a acessibilidade comunicativa para além das transformações de ferramentas de acesso, focando no cuidado necessário durante o processo e produção de sentidos.

Uma preocupação, presente nas discussões expostas aqui, concerne o entendimento do jornalismo como uma instituição capaz de instigar a construção e percepção dos problemas e, também, de pressões na esfera pública a favor do encaminhamento de soluções pelo Estado (SOARES, 2012). Murilo Soares, pois, propõe a compreensão do jornalismo como forma de conhecimento público, a partir dos estudos de Michael Schudson (2010), como capaz de fazer com que os acontecimentos passem a existir na consciência das pessoas. Nessa lógica, o jornalismo se incorpora nos/dos conflitos sociais, econômicos e políticos correntes nas sociedades democráticas, tornando-se “expressão simbólica” desses embates (SOARES, 2012, p. 23). Seria, portanto, o jornalismo o principal elemento capaz de atuar na difusão da informação, visto que a mídia contribui para a construção social da realidade a partir do exercício jornalístico.

São essas provocações que a dissertação em questão busca fomentar: aproximando o conceito de cidadania comunicativa à realidade das pessoas com deficiência e tensionando seu direito à comunicação.

2.1 JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS

Uma das entradas para perceber e refletir acerca da relação entre jornalismo e direitos humanos é a que avança no entendimento do jornalismo como mediador desses direitos. No processo jornalístico, três atravessamentos devem ser distinguidos, segundo Silva (2006 apud

SOARES, 2012): o direito de saber; a necessidade de saber; e o desejo de saber. O primeiro ressalta a relevância da publicidade e transparência dos atos governamentais. Enquanto isso, a necessidade de saber se manifesta nas orientações para a vivência em sociedade, sejam elas vindas do Estado ou da sociedade civil. Por fim, o desejo de saber possui caráter de entretenimento sobre temas-espetáculo. Assim, para uma notícia, efetivamente, “cumprir seu papel de defesa dos direitos da cidadania” (SOARES, 2012, p. 29), deve-se dar relevância aos direitos e sua observância; pautar temas urgentes aos cidadãos de forma a cobrar do Estado e autoridades a tomada de posicionamentos; identificar responsáveis; e denunciar a violação de direitos e do bem-estar comum.

A mídia, como instituição constituída para atuar na mediação entre informação e sociedade, seleciona, filtra e organiza as informações para o público; tendo como premissa a legitimidade outorgada para representá-lo. Assim, o jornalismo necessita ser exercido de forma ética, visto que o contrato social entre público e mídia parte do reconhecimento de códigos deontológicos íntimos ao jornalismo para exercer tal função. Além do tratamento das informações, o compromisso com a apuração e com a pluralidade de vozes é o que dará legitimidade ou confiabilidade à mídia. Nesse sentido, é possível reconhecer que o direito humano à comunicação tem uma de suas bases no próprio fazer jornalístico, daí a necessidade da postura ética do profissional frente às suas obrigações.

Reconhecido o papel do jornalismo em mediar a vida em sociedade, bem como sua característica de mediação entre cidadãos e os demais conjuntos de direitos sociais, surge o argumento quanto ao jornalismo ser um direito humano. Para tal, é oportuno compreender as historicidades dos direitos humanos e suas transformações históricas. Conceituar direitos humanos se apresenta como uma tarefa difícil de ser alcançada em sua totalidade, haja vista que esses são variáveis em decorrência da época e da concepção político-ideológica vigente e/ou assumida; não podendo, assim, serem conceituados sem referência histórica. Guareschi compreende a evolução dos direitos humanos “à medida que a consciência da sociedade vai se aprimorando” (2013, p. 22), após constantes debates e diversas lutas travadas para as garantias e aperfeiçoamentos. Comungando da ilusão da busca pelo fundamento absoluto, Norberto Bobbio (1992) entende que a terminologia “direitos humanos” é abstrata e passível de definições, em sua grande maioria, tautológicas. Considerando as constantes mutações pelas quais o termo passa, compreende, diante disso, a impossibilidade de se apontar um único fundamento totalizador para essa categoria de direitos ao longo da história; bem como compreender a heterogeneidade da categoria de direitos humanos, que muitas vezes se chocam entre si, como os direitos individuais, em contrapartida dos coletivos, por exemplo. Dessa

forma, para a pedagogia acadêmica, a reflexão que segue agora se solidifica no entendimento de João Baptista Herkenhof:

Por direitos humanos são modernamente entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ele é inerente. Não são direitos que resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. (HERKENHOFF, 1994, p. 30).

Isso posto, para auxiliar na compreensão histórica das transformações que a noção de direitos humanos experimenta, a leitura sobre a sistematização das “gerações de direitos” apresenta-se conveniente (GUARESCHI, 2013; ALCURI et all, 2012). Importante compreender que alguns direitos atravessam gerações, como o de liberdade, de igualdade e direitos políticos, considerando-se que não são estáticos: “uma geração não supera a outra [...], uma geração traz novos elementos aos direitos fundamentais e complementa a anterior geração” (GARCIA, 2009, p. 143).

Nessa perspectiva, a primeira geração dos direitos humanos está ligada aos direitos individuais, naturais e abstratos, ou seja, centrados no indivíduo e na sua liberdade; conceito este que se apresenta no contexto histórico da Revolução Francesa, na luta da burguesia pela liberdade política, econômica e social. A segunda, atravessa os direitos coletivos, políticos ou positivos, avançando na igualdade política e social e tem por guia o marxismo, assim, “essa teoria defende que uma Estrutura (composta pela sociedade civil) sustentaria uma Superestrutura opressora, composta pelo Estado e pela Burguesia” (ALCURI et all, 2012, p. 146). Percebe-se que o foco deixa de ser a vivência individual e ganha força a noção de uma esfera coletiva: sai a personificação e entra a sociedade. Para Marcos Garcia (2009), a segunda geração tem a característica da igualdade,

e na sua essência são os direitos econômicos, sociais e culturais, como direitos de exigir prestação do Estado. São os direitos do trabalhador a condições dignas de vida, de trabalho, de saúde, de educação, e de proteção social. Foi a coletividade que assumiu a responsabilidade de atendê-los, mas o titular continua sendo o homem na sua individualidade. (GARCIA, 2009, p. 143).

Já a terceira geração dos direitos humanos surge ao final da Segunda Guerra Mundial e carrega o histórico dos regimes ditatoriais antecedentes. Intrínsecos à democracia, esses direitos ganham a característica de “difusos”: o direito à paz, à comunicação, ao autodesenvolvimento, à autodeterminação dos povos, aos direitos ambientais e das minorias. Assim, o direito à comunicação tem sua gênese materializada nesse contexto e o fim dos regimes ditatoriais faz com que seja reivindicado. Sua epifania se dá em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU): “toda pessoa tem

direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, artigo XIX).

A partir dessa percepção, Pedrinho Guareschi (2013) é taxativo: ao ser humano deve ser reconhecido o “Direito Humano à Comunicação”. De forma enfática, avança:

virá o tempo em que a Declaração Universal do Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação [...]. Esse direito ‘mais amplo’ vai além da pura liberdade de opinião, de expressão, de investigação e de difusão dessas informações. Ele faz parte de seu próprio ser. É um direito que o explicita, o desdobra, o multiplica e o complementa, planejando-o como ser humano. Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano; e as demais instâncias como a liberdade, a democracia, a política e a ética são impensáveis fora do exercício do direito humano à comunicação. (GUARESCHI, 2013, p. 176).

Nessa perspectiva, Guareschi (2013) apresenta o que pode ser compreendido como a quarta geração dos direitos humanos que tem relação com uma consciência mais abrangente do que constitui um cidadão e da “necessidade de participar ativamente na construção não apenas de espaços políticos e burocráticos, mas também na criação de espaços que vêm responder a necessidades mais profundas de liberdade e autonomia” (2013, p. 23). Defende, então, a livre expressão da opinião e manifestação de pensamentos, ou seja, o exercício pleno da cidadania.

Embora entendam os meios como abstratos, Vera Raddatz e Lara Nasi (2017) defendem a democratização destes como força propulsora para a materialização do direito à comunicação enquanto direito social; uma vez que, sem o acesso à informação e participação nos processos comunicativos, a cidadania é prejudicada.

O direito à comunicação não parece ser tangível, embora haja uma clareza na sociedade quanto à sua necessidade como direito humano. Afinal todos desejam cada vez mais expressar-se e comunicar seus pontos de vista. A democratização da comunicação e dos meios, as formas de acesso, a pluralidade de expressão das culturas, a igualdade para informar-se e ser informado, sem discriminação ou exercício de poder sobre os menos privilegiados economicamente, são condições necessárias à horizontalidade da comunicação na esfera pública no sentido de tornar-se um direito social. (RADDATZ; NASI, 2017, p. 83).

A partir dessas perspectivas, é possível compreender que a relação entre direitos humanos e comunicação se concretiza com a participação de todas e todos no processo comunicativo, carregando consigo as lutas em prol da dignidade humana. É essa a especificidade do direito à comunicação. Isto é, a particularidade que chama atenção e que o torna especial frente aos demais conjuntos de direitos é justamente o caráter de emancipação

social que a cooperação no processo comunicativo provoca. Esse não se limita a um serviço ou conquista possível de ser findada em um determinado espaço-tempo ou, então, por alguma particularidade - como o acesso à saúde, à educação, à moradia ou o conjunto dos direitos civis -; por sua vez, o acesso às informações, o contato com as demais noções de direito e a própria construção do conhecimento possibilitam ao cidadão exercer sua cidadania. Eis o encadeamento e a materialidade do direito humano à comunicação.

Note-se que a função confiada ao jornalismo, que dá sustentação a nossa interpretação, vai ao encontro do reconhecimento do caráter social exercido pelo jornalismo através de seus profissionais – jornalistas – que assumem e desempenham, na esfera pública, o papel de atores sociais capazes de trabalhar com as informações em prol da razão coletiva, do bem-estar social, da democracia, em nome da cidadania e em respeito aos Direitos Humanos. Assim, ao compreender o jornalismo a partir do seu papel social de informar, comunicar e orientar a sociedade - bem como possibilitar aos sujeitos a capacidade de avaliar, decidir e, conseqüentemente, exercer sua cidadania - se fortalece a defesa de uma postura que considera e respeita as diversidades das pessoas, tendo em vista suas capacidades e habilidades diversas para o consumo dos conteúdos produzidos. Haja vista a existência de barreiras comunicativas que impedem a totalidade dos sujeitos em consumir os conteúdos jornalísticos de forma autônoma e com isonomia, tais como os fluxos hegemônicos da informação, o oligopólio e monopólio das instituições de comunicação e influências de natureza político-econômica, por exemplo, ferem, na sua essência, os direitos consagrados pela DUDH e fazem com que o jornalismo não cumpra com os acordos sociais confiados a ele, passando a um estado de fragilidade no processo comunicativo.

2.2 A NECESSIDADE SOCIAL DA INFORMAÇÃO

A informação, componente intrínseco do direito à comunicação, é garantida nas democracias da contemporaneidade e deveria, cada vez mais, ser força propulsora na construção das sociedades e dos cidadãos. Soares (2012) considera a materialidade da informação enquanto instrumento mediador para com o contato dos demais direitos e, conseqüentemente, com o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, o jornalismo se apresenta como autêntica instituição de serviço público, legitimado pelos contratos sociais e capaz de lidar com o direito à informação; visto que, por ser uma forma de conhecimento público, tem o potencial de delinear os acontecimentos na consciência das pessoas.

É nesse contexto, de fornecer as condições para um juízo de cidadão, que se deve pensar o conceito de ‘direito à informação. A questão pode ser vista a partir de duas vertentes: (1) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito para todos. (2) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para *o melhor julgamento possível de cada um*’. (GENTILLI, 2005, p. 129-130, grifos do autor).

Esse entendimento concorda com a perspectiva de deliberação trabalhada por Rousiley Maia (2006), no imbricamento entre mídia e democracia - a partir da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas - reiterando o potencial da mídia em transpor a comunicação face a face, indo de contextos restritos para vastas audiências. Cria-se, pois, redes de comunicação simultâneas com conteúdos advindos de diferentes setores sociais, disponibilizando mensagens em amplas escalas espaço-temporais. Assim, para Victor Gentilli (2005), o direito à informação seria um pressuposto necessário para o gozo pleno dos direitos políticos e sociais. Por meio dele haveria a possibilidade de reivindicar e fiscalizar o poder político, bem como exercer o conjunto dos direitos sociais.

É possível dar continuidade a esse debate considerando-se dois marcos que convergem para o entendimento do direito à informação e, conseqüentemente, à cidadania comunicativa; visualizando o processo comunicacional como base para alcançar os demais direitos humanos: o Relatório *Um mundo e muitas vozes* (UNESCO, 1983) e, também, a historicidade dos Direitos Humanos e o direito à comunicação.

Os anos 70 foram marcados pelo debate sobre as desigualdades entre estruturas de comunicação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) empenhou-se em afirmar o direito à comunicação por meio da democratização das mídias. Constituída a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação da UNESCO, o grupo atuou entre 1977 e 1980, dando origem à publicação do Relatório *Um mundo e muitas vozes*, popularmente conhecido como Relatório MacBride. A missão da Comissão foi, precisamente, proceder um exame relativo às problemáticas envolvendo a comunicação na sociedade, cada vez mais atravessada pelos avanços tecnológicos e pela globalização. O embasamento que constitui o Relatório MacBride tornou-se referência para outros debates envolvendo o direito à comunicação, a partir de três eixos: o desequilíbrio no fluxo de informação e comunicação do mundo; a concentração dos meios de comunicação; e a formação de monopólios e oligopólios. Nesse sentido, apresenta temáticas que se repetem em diversas análises e reflexões presentes no documento, como:

o poder dos que controlam e dirigem a comunicação; a influência da comunicação sobre as hipóteses sociais e, por conseguinte, sobre a ação social; as desigualdades entre os diferentes grupos ou classes no interior de cada sociedade; e a dominação devido à colonização ou, pelo menos às vantagens derivadas de um processo de desenvolvimento mais rápido e mais precoce. (UNESCO, 1983, p. 08).

Torna-se oportuno pontuar as diferenças conceituais entre comunicação e informação, componentes intrínsecos ao direito à comunicação e que perpassam boa parte das discussões encontradas no Relatório. De forma sucinta, podemos compreender o ato de informar como a transmissão de dados, ou seja, algo ou alguém que repassa uma determinada mensagem ao receptor; nesses casos, não houve comunicação, mas sim uma emissão unilateral de uma determinada mensagem. Por outro lado, o processo de comunicação se desencadeia na relação entre emissor e receptor, no debate e na discussão; mais precisamente, na troca de informações vindas de todos os lados. Assim, a ideia de participação atravessa a compreensão de comunicação. É essa a noção de comunicação que norteia o Relatório MacBride e, consequentemente, fomenta reflexões sobre o direito à comunicação.

Todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem são os seguintes, sem que sejam de modo algum limitativos: a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e os outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. Para garantir o direito de comunicar seria preciso dedicar todos os recursos tecnológicos de comunicação a atender às necessidades da humanidade a esse respeito. (UNESCO, 1983, p. 288).

Ao compreender o direito à comunicação desta maneira, o Relatório discute a relação entre informação e democracia. Reitera que o fluxo unidirecional da informação propicia conteúdos distorcidos e controlados por uma minoria, o que leva à imposição de suas ideologias a um grupo maior: “os meios de comunicação não cumpriam seu papel de construção da cidadania. Sabe-se há muito tempo o impacto da informação na concepção do conhecimento do público” (ALCURI et al, 2012, p. 150). Ao apresentar apenas uma alternativa, tornar público apenas um determinado ponto de vista e espetacularizar a notícia, o jornalismo perde sua missão de guiar e orientar a população. Especificamente sobre o exercício jornalístico (1983, p. 379-420, 435-440), o Relatório enfatiza a importância da profissão e, inclusive, defende a sua concepção como um serviço público guiado por parâmetros éticos, reforçando o dever dos jornalistas em contribuir na produção “horizontal” da comunicação, entendida aqui como parte relevante do trabalho de equilibrar as trocas desiguais e na construção do “Livre Fluxo de Informação”.

Outro embate que perpassa essa discussão diz respeito à diferença entre liberdade de expressão e de imprensa. Guareschi (2013) busca externar que a única liberdade que constitui o direito humano à comunicação é a liberdade de expressão; rechaçando, então, o movimento que busca equiparar a liberdade de expressão à imprensa, apresentando formas de regulação da mídia como “censura” e afronta às liberdades. Expressão é a liberdade de manifestar publicamente opiniões e crenças. Já a liberdade de imprensa tem sua gênese no direito ao acesso e à circulação de informações, ao passo que se tornou um componente da liberdade de expressão. Segundo o autor, essa confusão é fomentada de forma proposital pelos conglomerados de mídia: “A censura também mudou de lugar: não é mais a mídia que é censurada, mas é a maioria da população que não pode exercer seu direito de dizer sua palavra, expressar sua opinião, comunicar seu pensamento” (GUARESCHI, 2013, p. 98).

A partir do contexto vigente e das problemáticas de acesso e participação na comunicação, o Relatório MacBride entende que o fluxo unilateral e vertical da informação leva à deformação das notícias quando “algumas inexatidões ou informações falsas substituem os fatos autênticos, ou quando se incorpora uma interpretação parcial à difusão das notícias [...], quando se silenciam fatos ou acontecimentos” (UNESCO, 1983, p. 262). Assim, questionam-se maneiras para findar com a lógica taxativa que guia os meios de comunicação social.

Sem uma circulação de duplo sentido entre os participantes, sem a existência de várias fontes de informação que permitam uma seleção maior, sem o desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo para tomar certas decisões baseadas no conhecimento completo de fatos heteróclitos e de alguns pontos de vista divergentes, sem uma maior participação dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes na adoção de decisões e na constituição dos programas dos meios de comunicação social, a verdadeira democratização não chegará a ser uma realidade. (UNESCO, 1983, p. 288-299).

Dessa forma, propõe-se a construção de um novo modelo de comunicação global, com um processo mais horizontal no fluxo de informação e de conhecimento, valorizando o diálogo e a participação. A partir do momento em que a sociedade civil é posta como protagonista, abre-se o olhar para a valorização das diferentes culturas e manifestações; enfim, romperemos com o risco de “acabarmos tendo uma massificação generalizada da sociedade” (GUARESCHI, 2013, p. 81). Portanto, é a partir dessas perspectivas que se materializa o direito humano à comunicação.

Antes de avançar, é propício chamar atenção para preocupações pertinentes aos estudos da comunicação no contexto da América Latina, uma vez que atravessam teórico-metodologicamente o estudo. Dito isso, faz-se oportuno discutir a contribuição latino-americana na arquitetura do Relatório MacBride, haja vista as particularidades e experiências

de mídia existentes em seus países. A presença da América Latina na Comissão foi exercida por dois intelectuais: o escritor colombiano, Gabriel Garcia Márquez, e o diplomata chileno, Juan Somavía. Ambos assumiram a postura de porta-vozes das pautas latino-americanas, além de atuarem como mediadores dos debates que aconteciam na UNESCO, junto à comunidade acadêmica e profissional da região. Buscando perceber influências de pensadores latino-americanos na constituição do Relatório, José Marques de Melo (2008) visualiza três expoentes da Escola Latino-Americana de Comunicação: Paulo Freire, com o conceito de “invasão cultural”, problematiza o impacto das companhias transnacionais que exportam produtos culturais; Fernando Reyes Matta, com a defesa da “comunicação alternativa”, rompendo com a muralha interposta na sociedade pelas indústrias midiáticas; e Luis Ramiro Beltrán, com a ideia de “comunicação horizontal”, a partir de um modelo humanizado, bilateral, com diálogo e não-mercantil.

Entretanto, Somavía e Garcia Márquez identificam algumas fragilidades no documento da UNESCO: a tendência à glorificação tecnológica; o perigo da dominação cultural; e a minimização da pesquisa científica. Por sua vez, Marques de Melo (2008) questiona, a partir dos apontamentos de Garcia Márquez e Somavía, “o que significa democratizar a comunicação?”. De forma sucinta,

o processo de democratização consiste essencialmente na transformação do indivíduo em sujeito ativo, superando o estágio em que figura como mero objeto da comunicação. Para tanto, deve-se aumentar: a) a variedade de mensagens intercambiadas; b) a participação cidadã, logrando melhor a qualidade a representação social. (MARQUES DE MELO, 2008, p. 51).

Buscando dar musculatura ao conceito do direito à comunicação, Marques de Melo (2008) defende que este não deve se restringir ao direito de ser informado, mas avançar no pressuposto do direito de “expressão”, de liberdade na circulação de ideias e do conhecimento. Nesse sentido, os processos educacionais são alicerces para a construção de um repertório intelectual dos sujeitos comunicantes, sendo um exercício do direito à comunicação. Ou seja,

a comunicação não atua independentemente de fatores como educação, tecnologia e vontade política. Em outras palavras, as tarefas pendentes no sentido de democratizar a comunicação na nossa sociedade situam-se em patamares prévios aos processos midiáticos – escolarização eficaz, investimento em infra-estrutura e distribuição de renda. Sem que tais fatores sejam acionados e produzam efeitos duradouros, as tarefas de democratização da comunicação correm o risco de ficarem simplesmente reduzidas a figuras de retórica. (MARQUES DE MELO, 2008, p. 53).

Apesar das lacunas e das dificuldades em experimentar plenamente o teor do Relatório MacBride, José Marques de Melo deixa uma avaliação otimista: “suas utopias aguardam terreno fértil para vicejar” (2008, p. 44). Cabe lutarmos por esse terreno.

2.2.1 Refundar o conceito de comunicação

Tendo todo esse contexto, Guareschi instiga um exercício que culminaria em transformar alguns pressupostos que dão sustentação à compreensão da comunicação que a contemporaneidade se acostumou a ter. Eis um convite que o autor nos deixa.

Ao buscar contribuir com uma nova compreensão do processo comunicativo, Pedrinho Guareschi (2013) retoma entendimentos a partir dos quais parte para o processo de refundação do conceito. A comunicação enquanto construtora da realidade “significa o que se mostra visível, o que tem valor, o que traz as respostas, o que legitima e dá densidade significativa a nosso cotidiano” (2013, p. 34). A mídia possui, no contexto contemporâneo, o poder de estabelecer a partir de destaques e silenciamentos o que é real ou não, importante ou não, o que deve ser visto e o que não deve. Nesse sentido, a mídia não só constrói uma realidade como dá uma conotação valorativa a ela. O autor chama atenção para o fato de que os conteúdos veiculados pela mídia ganham a característica de bom e verdadeiro, a menos que seja explicitado o contrário. As personalidades que aparecem naquele espaço não são apenas as que “existem”: elas também são “importantes” e dignas de credibilidade.

Guareschi chama atenção para o conceito de *Agenda-Setting* (MCCOMBS, 2009) e o poder da mídia em conduzir o debate público. A função do agendamento foi então entendida como a capacidade da mídia em pautar, selecionar, silenciar, hierarquizar e valorar determinados assuntos; o que será discutido nas demais agendas, tanto a pública, a governamental ou até mesmo, a influência de uma mídia na agenda de outros veículos, o que McCombs (2009, p. 174) chama de agenda intermídia.

Dando continuidade, Guareschi tensiona o caráter material do ser humano. Encontra nas relações a constituição e construção da nossa subjetividade, cada vez mais atravessada pelos meios de comunicação. Desse modo, o autor compreende como indissociável a relação entre ser humano e liberdade, ao passo que “só a podemos compreender radicada em alguém, e temos que nos perguntar logo: liberdade de quem, para quem? A liberdade não está no ar, ela sempre se concretiza num ser humano, único *sujeito* de liberdade” (2013, p. 77, grifo do autor). Deste modo, rechaça a concepção neoliberal e autoritária do conceito de ser humano e liberdade, pois

compreender o ser humano como indivíduo e enquanto uma peça de máquina não significa, respectivamente, poder falar em direitos sociais e políticos.

Só será possível garantir ao Ser Humano esses atributos de liberdade e sujeito de direitos na medida em que ele for assumido como ‘pessoa = relação’ [...]. O sinal = (igual) quer dizer isso mesmo: pessoa é igual a relação. E por relação designamos uma realidade (ser, fenômeno etc.) cuja existência depende do ‘outro’. O ‘outro’ é intrínseco a esse ser, faz parte da sua própria definição. (GUARESCHI, 2013, p. 83).

É a partir dessa concepção do Ser Humano que podemos falar em direito à comunicação, rompendo com o sentido empregado nos discursos da mídia privada. Democracia, nesse contexto, implica participação, direito à voz, à expressão de opinião e pensamento. Já a compreensão de liberdade é uma condição da vivência em sociedade que se materializa na oportunidade da livre expressão de todos, e não apenas de alguns. A partir destes pressupostos, Guareschi parte para pensar uma comunicação autêntica e fundamentada na *ética do discurso*.

Essa linha de raciocínio surge na tentativa de avançar para o entendimento de que as leis/normas/valores, que regem uma determinada comunidade não podem e não devem ser assumidas como prontas. Para tal, Guareschi (2013) encontra nas discussões propostas por Habermas uma entrada para refundar o conceito de comunicação. Esse processo atravessa, de maneira especial, o conceito de “ação comunicativa”, pois, a partir dele, seriam gerados os de razoabilidade, racionalidade e criticidade. Representando uma ruptura com a ação estratégica, esses voltam-se a interesses de um indivíduo ou grupo específico, potencializando maneiras de envolvimento de todos os sujeitos nas deliberações, tendo como objetivo a busca pelo consenso e benefício coletivo.

Nesse sentido, a materialidade de dois pressupostos - elementos que dão sustentação à conversa, mas que muitas vezes não são enunciados - chamam a atenção: aqueles presentes em uma fala normal e aqueles presentes na argumentação. Habermas constata que toda fala tem uma finalidade e um objetivo, os quais consistem no entendimento entre os seres humanos. Nessa enunciação, três exigências são demandadas: que a verdade seja dita; que a ação correta seja tomada, a depender da situação; e que a fala seja sincera. Fato é que nem sempre todas essas exigências se concretizam, “*a única maneira que temos de consertar isso é novamente falando!*” (GUARESCHI, 2013, p. 116, grifos do autor). A linguagem se constitui como premissa básica para as coisas fazerem sentido e para que haja uma conversa válida (sem enganação ou falseamento); a comunicação é a garantia da possibilidade de relacionamento e convívio social entre os seres humanos.

O pressuposto da argumentação possibilita às pessoas raciocinarem, apresentarem suas razões e defendê-las. Quando, a partir da discussão, chegam a acordos, os seres humanos têm a possibilidade de passar a agir, transformar, construir.

Se a linguagem é o instrumento (meio) *imprescindível* de todo *sentido* e *validade*, o *discurso*, isto é, a argumentação é o instrumento (meio) *imprescindível* de toda possibilidade de os seres humanos poderem construir uma fundamentação de um *pensar* comum e de um *agir* comum. (GUARSECHI, 2013, p. 117, grifos do autor).

Pedrinho Guareschi enxerga no discurso o último recurso para estabelecer uma concepção de como as coisas devem ser, ou seja, a própria ética. “Não há uma ética estática, pronta, objetificada. Ela é um pressuposto contínuo na busca de *relações* melhores entre os seres humanos e desses com as coisas, o mundo. E isso se consegue como? Discutindo, argumentando, debatendo, buscando razões, isto é, através do *discurso*” (GUARESCHI, 2013, p. 118, grifos do autor). Assim, a comunicação traz consigo uma ética, haja vista que o exercício comunicativo dita com as coisas foram, são e como devem ser.

A partir disso, Guareschi pontua que a comunicação autêntica deve se valer de dois preceitos: o diálogo e a igualdade. A comunicação é uma relação na qual o comunicador nunca está só e esse “diálogo se deve dar em pé de igualdade, em que não há um que sabe mais e outro que sabe menos, mas há um que sabe uma coisa e outro que sabe outra” (2013, p. 122). Aqui é feita a ruptura do conceito “tradicional” de comunicação para a composição de um outro olhar sob o processo. Surge, assim, uma nova compreensão do exercício do comunicador ou do jornalista; em vez apenas emitir respostas, cabe à mídia problematizar o fato, contextualizando, perguntando, convidando à reflexão, valendo-se de uma comunicação educativa, a partir da interação e do diálogo.

2.3 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO

Ao defender a necessidade social da informação, parte-se do pressuposto do jornalismo como forma de conhecimento. Para isso, o estudo pioneiro de Adelmo Genro Filho (1987) e as considerações de Meditsch (1998) embasam a construção desta reflexão. Em suma, Genro Filho faz a assimilação do jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular - diferente da arte e da ciência - e traz uma provocação contemporânea, sintetizada por Pontes, de que “a necessidade da informação é maior e a necessidade de informações que ofereçam singularidade ao invés de certeza sensível, muito mais” (2017, p. 173). Na sequência, abordaremos alguns pontos centrais que nos ajudam a compreender essa afirmativa.

Eduardo Meditsch (1998) faz a defesa do jornalismo como forma de produção de conhecimento, capaz tanto de produzir outros saberes quanto degradá-los. Para sustentar e defender sua compreensão, o autor perpassa por três nuances principais. A primeira interpretação surge a partir da definição do conhecimento como um ideal abstrato a se alcançar, não um dado concreto; tornando-se parâmetro para julgar todos outros saberes produzidos. Nesse sentido, a modernidade creditou “a Ciência” como única instituição capaz de produzir conhecimento digno de crédito. Assim, o jornalismo não produziria conhecimento válido e contribuiria unicamente para a degradação do saber. Apesar de receber críticas, a influência deste ponto de vista, segundo Meditsch (1998, p. 27), “ainda pode ser constatada em grande parte da produção acadêmica contemporânea sobre o jornalismo, que de uma forma ou de outra o situa no campo do conhecimento como uma ciência mal feita, quando não como uma atividade perversa e degradante”.

Uma outra abordagem admite que o conhecimento produzido pelo jornalismo não é de todo inútil, entretanto, o situa como uma ciência menor. Meditsch evidencia reflexões sobre o conhecimento, produzidas pelo sociólogo Robert Park, ao passo que abandona o conhecimento como um ideal para enxergá-lo como um dado da vida social, uma vez que a sociedade lida simultaneamente com várias espécies de conhecimento. Assim, “Park começa a definir o Jornalismo a partir do que tem de diferente, do que lhe é específico, como forma de conhecimento da realidade”. (MEDITSCH, 1998, 27). Ou seja, distingue tipos de conhecimento: um “conhecimento de”, utilizado no cotidiano, sintético e intuitivo; e um “conhecimento sobre”, analítico e sistemático, produzido pela ciência. Park situa a notícia num nível intermediário entre elas.

Entretanto, a comparação dos atributos jornalísticos com outros campos ajuda a compreender suas diferenças, mas avança pouco na visualização de suas especificidades. Nesse sentido, o autor aponta uma terceira nuance dessa compreensão, que compreende justamente o que o jornalismo tem de único e original.

O Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerte. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. (MEDITSCH, 1998, p. 28).

Ao rechaçar o ideal de uma verdade única e obrigatória, Meditsch tensiona alguns pressupostos e características que atravessam o jornalismo como forma de conhecimento. A

partir de Paulo Freire, é possível compreender e defender que o conhecimento não se transmite, ele *se reproduz*. O saber não pode ser transmitido, pois, quando a informação é comunicada de uma pessoa para outra com sucesso, ela não foi simplesmente transferida, mas foi *reconhecida* pela pessoa que a recebeu; “o cérebro humano não é um recipiente onde se possa depositar conhecimentos: a aprendizagem implica numa operação cognitiva, onde quem aprende tem um papel tão ativo quanto quem ensina”. (MEDITSCH, 1998, p. 29-30). Assim, a comunicação está intrinsecamente ligada à cognição, compreensão esta que supera os modelos teóricos clássicos de transferência direta de uma mensagem do emissor para o receptor. Isto, conseqüentemente, avança para a valorização da capacidade do sujeito - e da socialização de suas experiências - em produzir novos sentidos a partir daquilo que é comunicado.

Adelmo Genro Filho (1987), ao compreender o jornalismo como forma de conhecimento, observa que o mesmo opera no campo lógico do senso comum, ao passo que o difere da percepção individual pela sua forma de produção: nele, a imediaticidade do real é um ponto de chegada, e não de partida. Desprezado pela teoria por muito tempo, o saber partilhado do senso comum passou a se tornar peça chave da interpretação acerca da teoria do conhecimento, ao passo que as ciências humanas se debruçaram na observação do cotidiano para o desvendamento das relações sociais. Isso posto, Eduardo Meditsch (1998, p. 32) é taxativo:

É o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do Jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retorna à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas, em comparação, será menos artificial e esotérico.

A linguagem do conhecimento também é posta à prova. Os cientistas se justificam por sua universalidade, entretanto, é propriamente um conceito que só se aplica por determinados nichos, o que leva a uma incomunicação entre diferentes campos. Por sua vez, o ideal de universalidade no jornalismo caminha em outra direção, “o auditório universal que idealmente persegue refere-se a uma outra rede de circulação de conhecimento, constituída pela comunicação para devolver à realidade a sua transparência coletiva”. (MEDITSCH, 1998, p. 32). É justamente na constituição deste auditório que o jornalismo encontra uma das suas principais justificativas de existir: a de mediar a comunicação entre o cientista, o médico, o operário e o estudante.

Genro Filho (1987) apoia-se na compreensão de Hegel sobre o universal, particular e singular para materializar o modo de conhecimento produzido pelo jornalismo. Assim, o entende como cristalizado no singular, uma vez que é pelo ângulo de sua singularidade que a informação será reproduzida; no entanto, o conteúdo vai estar associado à particularidade e à universalidade que são delineadas pelo fazer jornalístico.

O singular, então, é a forma do Jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo. (GENRO FILHO, 1987, p. 163).

Essa compreensão difere de defender que o jornalismo trabalhe com fatos, que se deve prezar pela objetividade e neutralidade quanto ao que está em tensão na esfera social.

Dizer que o jornalismo trabalha com e produz a singularidade significa, primeiramente, que os jornalistas (conscientes ou não, querendo ou não), relacionam singularidade, particularidade e universalidade, pois ao apresentar um dado acontecimento social sob a forma de um fenômeno (da singularidade), um processo de discussão e de seleção das mediações (particularidade) que produzirem esses acontecimentos passa a pautar o trabalho jornalístico, resultado de um horizonte universal em disputa ou mais consolidado. Esse processo de exposição de um fato na notícia pela forma de fenomênico não significa que o conteúdo não se relacione com o universal e o particular. Muito pelo contrário. Sempre o faz. (PONTES, 2017, p. 172).

Buscando conceituar a notícia como resultado de uma práxis cristalizada no singular, Genro Filho arquiteta sua compreensão ao expor o “segredo da pirâmide”, que resultaria na inversão da mesma, ou seja, no encontro de mudanças na estrutura e características clássicas empregadas, especialmente, no lead. Em outras palavras, “ao invés de enfatizar o imediato, o único, o fenômeno como o mais importante, e a mediação menos importante, descartável, insere o fenomênico como resultado e como cauda de uma série de interferências na dinâmica social, na qual o jornalista realiza uma seleção, coloca o fenomênico em uma relação de sentido” (PONTES, 2017, p. 174).

Tendo essa compreensão, Meditsch reitera ainda mais a responsabilidade do exercício jornalístico na esfera social, visto que “estará se dando um passo no sentido de aumentar a exigência sobre os seus conteúdos. Conhecimento implica em aperfeiçoamento pela crítica e requer rigor” (1998, p. 37). Compreende e valoriza, pois, o jornalismo como instituição fundante para a vivência social e para o exercício pleno da sociabilidade e cidadania. Este entendimento reforça a defesa da comunicação como um direito humano e prática da cidadania comunicativa.

2.4 O JORNALISMO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA CIDADANIA COMUNICATIVA

Em suma, o movimento proposto aqui busca posicionar a comunicação - de maneira específica, o jornalismo - como um direito essencial para a conquista, exercício e manutenção da cidadania. Nesse sentido, se reconhece a comunicação como peça fundamental nas discussões que estão em constantes tensões na sociedade e, conseqüentemente, na efetivação do debate público e na garantia da visibilidade das demandas sociais. É prudente reconhecê-la, inclusive, não apenas como um direito, mas também enquanto processo necessário que leva ao surgimento, manutenção, consolidação, aprimoramento e renovação da plenitude dos direitos civis; uma vez que a socialização da informação é fundamental à garantia e manutenção do exercício pleno da cidadania.

A discussão envolvendo a cidadania e sua relação com a comunicação pode ser observada a partir das implicações que a Revolução Industrial trouxe consigo, a considerar suas transformações econômicas, sociais e culturais que resultaram em alterações também nos processos comunicacionais (BANDEIRA, 2011). Essas mudanças provocaram um aumento nos debates sobre a comunicação, especialmente a midiática, sua influência e poder na visibilidade das questões públicas e privadas, que influenciam diretamente os temas relacionados à cidadania. Mata (2006) chama atenção para o crescente volume de estudos que interligam, a partir do final do século XX, essas duas esferas, especialmente aqueles preocupados em ponderar as dimensões políticas da comunicação.

Nesse sentido, é oportuno trazer a compreensão de cidadania que dá sustentação à reflexão de Mata: “práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder y, por consiguiente, como práctica que implica el participar efectivamente en la elaboración de las reglas que, con validez de norma instituida o legitimada, tienen capacidad de ordenar la vida en sociedad” (2006, p. 08)⁸. Assim, a experiência cidadã não se resume apenas ao exercício dos deveres e direitos numa relação indivíduo-Estado, mas abrange todo um modo de participação e intervenção no espaço público, influenciando a apropriação de direitos e possibilidades. Mata alerta para a necessidade de pesquisas que articulem comunicação-cidadania: perceber de que forma os cidadãos tornam-se visíveis no espaço

⁸ Uma prática que implica a capacidade de ser sujeito em todas as áreas em que se constrói o poder e, conseqüentemente, como uma prática que implica participar efetivamente na elaboração das normas que, com validade de norma instituída ou legitimada, tenham a capacidade de ordenar a vida na sociedade. (MATA, 2006, p. 08, tradução nossa).

mediático; problematizar quais são as representações que a mídia constrói de cidadania; e como se representam como espaço de visibilidade e produção de direitos e deveres.

A partir dessa perspectiva, Mata materializa três modos de representação do cidadão na mídia. O primeiro seria o *sujeito de necessidade*, a partir de um contexto de pobreza e vulnerabilidade, constituiria a “não-cidadania” (MATA, 2006, p. 09), aqueles sujeitos que praticamente perderam o direito de ter direito. Um segundo modo de representação se constitui como *sujeitos de demanda*, sendo aqueles que, a partir de organizações e movimentos específicos ou gerais, ocupam os espaços midiáticos para reclamar e propor; a presença desses cidadãos na mídia é a garantia de sua própria existência como tal, ao participarem de alguma forma do debate e deliberação pública. Por fim, Mata (2006) identifica o sujeito de decisão, ou seja, aquele efetivamente capaz de tomar decisões políticas.

Si los sujetos de necesidad están en los medios como demostración de marginación de la vida en común constituida por deberes y derechos, si los sujetos de demanda visibilizan la caducidad o debilidad de anteriores formas políticas de representación, los sujetos de decisión constituyen el modelo mediático de la democracia: el que se construye con el voto individual, con la elección desde la intimidad hogareña mediante el recurso a algún dispositivo técnico o desde la interpelación igualmente técnica que producen las encuestas de opinión sobre variadas cuestiones de carácter público. (MATA, 2006, p. 10)⁹.

A partir do entendimento desses modos de representação dos cidadãos na mídia, “ellos han construido una representación de sí mismos como espacios de saber y colectivización de saber vinculados con la condición ciudadana, como lugares insustituibles para la vida en común y la producción de la política” (MATA, 2006, p. 10)¹⁰. Seja visibilizando o estado de exclusão, apresentando alternativas ou debatendo questões de diferentes naturezas, os meios massivos configuram-se como recurso para ação coletiva social.

Assim, para dar conta de debater a problemática cidadania-comunicação é necessário convergir a compreensão de público e cidadão, uma vez que “en la imposibilidad de pensar la sin reconocer, al mismo tiempo, la condición de públicos que los ciudadanos tenemos

⁹ Se os sujeitos de necessidade estão na mídia como demonstração de marginalização da vida em comum constituída por deveres e direitos, se os sujeitos de demanda tornam visível fragilidade de formas antigas de representação, os sujeitos de decisão constituem o modelo midiático de democracia: aquele que se constrói com o voto individual, com a eleição a partir da intimidade do lar por meio do uso de algum dispositivo técnico ou do questionamento igualmente técnico produzido pelas pesquisas de opinião sobre diversos assuntos públicos. (MATA, 2006, p. 10, tradução nossa).

¹⁰ Construíram uma representação de si mesmos como espaços de conhecimento e coletivização de saberes vinculados à condição de cidadania, como lugares insubstituíveis de vida em comum e de produção de políticas. (MATA, 2006, p. 10, tradução nossa).

en nuestras sociedades mediatizadas” (MATA, 2006, p. 13)¹¹. Nessa lógica, ao retomar a concepção de cidadania, o compromisso com o público, o direito de decidir, participar e construir coletivamente projetos para a sociedade, a pesquisadora entende que o exercício da cidadania comunicativa necessita da garantia de direitos específicos para a comunicação. Com base nessa perspectiva, Mata desenvolve, então, uma noção de cidadania comunicativa como “la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho” (2006, p. 13)¹². Assim sendo, essa concepção envolveria dimensões sociais e culturais ligadas aos valores de igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e não discriminação, da mesma forma que ocorre com outros direitos civis, competindo ao Estado garantir seu exercício. Pensando assim, e reconhecendo a indissociação entre discurso e prática, o exercício da cidadania comunicativa propulsiona a existência de uma sociedade de cidadãos.

Si no existen posibilidades de ejercer ese conjunto de derechos y prácticas expresivas, se debilitan las capacidades y posibilidades de los individuos para constituirse como sujetos de demanda y proposición en múltiples esferas de la realidad, toda vez que la producción de esas demandas y proposiciones resulta impensable sin el ejercicio autónomo del derecho a comunicar, es decir, a poner en común. (MATA, 2006, p. 14)¹³.

Em síntese, podemos compreender o conceito de cidadania comunicativa formulado por Mata (2006) a partir do que lhe é fundante: a participação ativa dos sujeitos - calcados no seu lugar de fala e na sua experiência de mundo - até as estratégias de apropriação dos meios de comunicação para a expressão de sua cultura, saberes, filosofias, opiniões e demandas. É uma forma de ampliação da capacidade de intervenção e de ação das múltiplas naturezas sociais, sejam elas de caráter político, cultural ou comunicacional; fato que interliga a comunicação à cidadania, pois a partir da comunicação se conhece a opinião e a expressão do indivíduo, levando-o a participação sem restrição na vida social.

É oportuno pautar que as pessoas com deficiência, ao exercer a sua cidadania, provocam a inclusão social. Para Sasaki (1997), é possível entender este movimento como a forma pela qual a sociedade cria mecanismos para incluir em seu organismo pessoas com demandas e

¹¹ Na impossibilidade de pensar a respeito sem reconhecer, ao mesmo tempo, a condição de público que os cidadãos têm em nossas sociedades mediadas. (MATA, 2006, p. 13, tradução nossa).

¹² A capacidade de ser sujeito de direito e de demanda no campo da comunicação pública e o exercício desse direito. (MATA 2006, p. 13, tradução nossa).

¹³ Se não houver possibilidades de exercer esse conjunto de direitos e práticas expressivas, as capacidades e possibilidades dos indivíduos de se constituírem como sujeitos de demanda e proposição em múltiplas esferas da realidade são fragilizadas, uma vez que a produção dessas demandas e proposições é impensável o exercício autônomo do direito de comunicar, ou seja, de compartilhar (MATA, 2006, p. 14, tradução nossa).

necessidades específicas e, de forma simultânea, as possibilitam assumir papéis na estrutura social.

Cabe à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais, e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. (SASSAKI, 1997, p. 45).

Isso posto, ao aproximar o jornalismo deste debate, se faz prudente reconhecê-lo como mediador do espaço público de visibilidade, balizando a formação de discursos e sentidos plurais da sociedade; considerando-se que contribui para a organização dos acontecimentos contemporâneos, fazendo-os existir na consciência das pessoas.

A cidadania refere-se à entrada do sujeito no espaço público, lugar onde as pluralidades serão apresentadas. O apelo à cidadania convoca a sociedade a revisar as questões trazidas pelo grupo, abre a discussão para a busca de um entendimento e permite também, como já vimos, que se apresentem as reivindicações de direitos. O jornalismo, espaço público de grande visibilidade na contemporaneidade, lugar central onde os movimentos apresentam suas demandas, mostra essa busca de direitos pelos movimentos sociais. (FERNANDES, 2002, p. 09).

Nesse sentido, um jornalismo pensado a partir da perspectiva da cidadania comunicativa tem como preocupação pautar a agenda do cidadão, não apenas os interesses dos políticos e dos grupos detentores do poder econômico.

Todo esse movimento de reconhecer a comunicação enquanto direito humano é fundamental para o exercício pleno da cidadania, levando em consideração, de fato, as especificidades das pessoas com deficiência. Em um esforço de aproximação, Marco Bonito reconhece que a prática da cidadania comunicativa se constitui no reconhecimento da comunicação como uma base para o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos, “pois possibilita o agrupamento de interesses sociais distintos e particulares, necessidades e propostas, dando sentido a uma existência pública individual, representando a si mesma como coletiva e política” (2015, p. 165-166). Dentro desse contexto maior, uma tarefa se torna pulsante para as particularidades das pessoas com deficiência: avançar e consolidar direitos à informação e à comunicação. A relação entre cidadania e comunicação nos leva a refletir as regulações comunicativas, visto que elas “determinam as lógicas comunicacionais predominantes, bem como os recursos tecnológicos disponíveis aos diferentes setores da sociedade, que serão determinantes para o exercício da cidadania comunicativa” (BONITO, 2015, p. 164).

No Brasil, o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, se torna o marco para pensar a cidadania das pessoas com deficiência. Em seu artigo 21, trata da “Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação” (BRASIL, 2009), exigindo do Estado medidas e ações propositivas para assegurar às PCD o acesso à comunicação sem barreiras. Por sua vez, o Estatuto da Pessoa com Deficiência instituído pela lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, também busca consolidar garantias para esses cidadãos, conceituando terminologias e entendimentos para esse contexto. A partir disso, amplia-se a compreensão da comunicação, agora entendida como:

forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015, Art. 3 - V).

Assim, a cidadania comunicativa compreende a comunicação como base para o exercício pleno dos direitos do cidadão, haja vista que a partir dela se constrói redes de sociabilidade, fortifica as organizações, movimentos sociais e possibilita a ação. Nesse sentido, entende-se “a cidadania comunicativa como um ‘espaço’ em que as PCD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo” (BONITO, 2016, p. 188). Deste modo, pode-se também exercer a cidadania a partir do acesso e criação de novas - e próprias - vivências: no entendimento de Bonito, essa relação é um indício positivo do direito à comunicação e de processos de democratização, “que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional” (2016, p. 188).

Dentro dessa perspectiva, a acessibilidade comunicativa, noção conceituada por Marco Bonito (2015), serve como suporte e direcionamento para se discutir o acesso, participação e consumo das PCD no tocante aos meios de comunicação. Esta deve ser pensada, praticada e consagrada nas práxis jornalísticas durante todo o processo de construção da narrativa; segundo Bonito (2012, p. 14), o “jornalismo tem uma função social nobre, transformar as informações em conhecimento público, logo não podemos continuar a fazer distinção, por preconceito comunicativo, de quem deve ou não ter acesso ao conhecimento gerado”. Audiodescrição, Libras, Braille, Legendas para Surdos e Ensurdidos são exemplos de recursos e práticas que visam dar autonomia ao consumo jornalístico de pessoas com deficiência.

Nesse processo de acessibilidade, existe uma diferença nas nomenclaturas que precisa ser enfatizada de modo a evitar compreensões incorretas e/ou falhas. Podemos compreender a acessibilidade a partir de duas entradas: a comunicacional e a comunicativa; sendo esta última a que verdadeiramente nos interessa. A acessibilidade comunicacional tem caráter pedagógico, de transmissão de informações, sendo fundada com o acesso do sujeito ao conteúdo. Por outro lado, a acessibilidade comunicativa está preocupada com a produção de sentidos durante o processo de adaptabilidade, ou seja, a acessibilidade além da transformação do conteúdo para uma determinada ferramenta de acesso, pensada a partir dos conteúdos e discurso. Por exemplo, em uma Audiodescrição de um filme há determinada cena onde a trilha sonora é o ponto central daquela narrativa, então, a acessibilidade comunicativa se preocupa não só em informar que há uma música tocando, mas em dar as especificidades para que a tradução seja contemplada.

Assim, um importante passo é garantir a consagração, no que se refere às lógicas e rotinas de produção jornalística, dos recursos/práticas que atentam e assistam às pessoas com deficiência; seja com a introdução dos debates sobre acessibilidade comunicativa no âmbito da formação do jornalista, como também no exercício cotidiano da profissão (SOUSA, 2014). Debate este que se dará no capítulo seguinte.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COMO PÚBLICO JORNALÍSTICO

As reflexões que constituem este capítulo concentram-se em perceber as especificidades das pessoas com deficiência intelectual, para assim, problematizá-las e reconhecê-las na qualidade de sujeitos comunicantes. Antes disso, se faz oportuno trazer a compreensão de que é possível categorizar a deficiência intelectual como “limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos” (PAN, 2008, p. 63). De igual modo, é importante explicitar a noção de jornalismo presente nessa reflexão, portanto: um serviço fundante para o desenvolvimento da sociedade, considerando sua função de organizar e transmitir informações que possam ser compreendidas pelo público, fazendo sentido à vida cotidiana e à construção da cidadania. Da mesma forma, é necessário perceber a cidadania comunicativa em conexão com as lutas dos direitos humanos, conforme entende Bonito (2015), uma vez que engloba relações sociais, culturais e comunicacionais não apenas restritas às responsabilidades do Estado, mas se arrastam por toda dimensão social e econômica que promovem desigualdade e exclusão.

Realizamos consultas, na tentativa de construção do estado da arte pertinente à comunicação e sua relação com as PCD, a partir do Portal de Periódicos da CAPES e de lá, com os portais de buscas internacionais, destaca-se a ausência de estudos que privilegiam produtos jornalísticos e o consumo de sujeitos com deficiência intelectual, embora algumas publicações tenham se tornado recursos para a realização dessa aproximação. Algumas produções nos ajudam a constituir um referencial teórico para o debate proposto. Nesse sentido, Bonito (2016) problematiza, então, a necessidade de reconhecimento e inclusão da acessibilidade comunicativa como uma das características fundamentais e conceituais do jornalismo digital. O texto de Wilkinson e McGill (2009), traz uma comparação a partir das publicações dos anos de 1983 e 2001 do jornal *The Guardian*. Notou-se uma maior cobertura acerca de pessoas com autismo ou síndrome de Down em relação às pessoas com deficiência intelectual, que dentre dessas especificidades é um grupo mais populoso no Reino Unido. Uma diferença notada na representação foi o uso da palavra “pessoa” antes da particularidade da deficiência. Também é provocado a reflexão em relação às representações em jornais e políticas públicas para esses grupos, sendo possível medir o volume de mídia sobre um determinado grupo e os investimentos nele. Já Titchkosky (2005) provoca uma reflexão quanto à necessidade das notícias e, conseqüentemente, da sociedade extrapolar a compreensão quanto às

deficiências apenas como um limite para aquele sujeito. Considera-se que o significado de deficiência é produzido a partir de narrativas e questões culturais, dado que a “normalidade” é imposta e, conseqüentemente, o que difere é negado. Também é ventilada a possibilidade de alternativas para narrativas quanto à limitação das pessoas com deficiência, o que auxiliaria uma ressignificação dessas limitações na sociedade.

A provocação para se pensar, debater e levar consideração em relação à questão de gênero em pessoas com deficiência nos estudos e pesquisas vem do trabalho de Gold e Auslander (1999). A pesquisa comparou, durante um período, jornais do Canadá e de Israel com abordagens sobre mulheres e homens com deficiência. Algumas considerações foram levantadas: houve uma maior cobertura de homens em comparação a de mulheres e elas foram associadas a mais tipos diferentes de problemas do que os homens, com destaque à violência e vitimização, características que se apresentam como ponto de atenção a investigação que propomos.

Buscando materialidade nos Anais dos principais eventos do campo da Comunicação, o texto de Bonito, Santos e Beilfuss (2017) nos ajuda a compreender formas de se pensar a acessibilidade nas lógicas de produção de jornalismo de um grupo de Comunicação, a RBS¹⁴. Embora as preocupações da análise sejam visualizar recursos e práticas para o consumo de pessoas com deficiência visual e auditiva, a ausência deles explicita a não produção de conteúdos sem barreiras e que possam ser utilizados por todos, de maneira universal. A partir do contato com onze repórteres, dez editores e um técnico de informática, foi constatado que a maioria nunca sugeriu ou pensou em produção de conteúdo acessível no Grupo RBS. Reconheceram a importância da informação para o cidadão e, conseqüentemente, a acessibilidade comunicativa, mas não sabiam na prática como fazer. Assim, constataram a necessidade de uma mudança cultural no seu modo de fazer e pensar em relação à produção cotidiana, já pensando na formação dos profissionais. Em outro estudo, Bonito, Albuquerque e Nasi (2014), discutem o consumo de bens e produtos culturais, a partir dos meios de comunicação, por pessoas com deficiência visual, compreendendo-as não apenas como consumidoras, mas também, como usuárias das tecnologias de comunicação. Joana Belarmino de Sousa (2014), quando debate acessibilidade para sujeitos com deficiência visual, entende que ela precisa ser incorporada à formação universitária dos jornalistas, visto que são nas redações onde todo o processo da notícia é pensado e construído, intrínseco ao profissional.

¹⁴ Maior empresa de comunicação do estado do Rio Grande do Sul.

Caberia, portanto, ao próprio jornalista preocupar-se com a acessibilidade, concomitantemente aos grupos midiáticos.

Isso posto, retomando a postura de reconhecer as PCDI como sujeitos comunicantes - o receptor na condição de sujeito ativo no processo comunicacional - atravessam-se os estudos de diversos autores que utilizam os Estudos Culturais como perspectiva teórico-metodológica. Nesse sentido, rompem com uma ideia de passividade do sujeito ao receber a mensagem enviada pelo emissor através dos meios, ao passo que visualizam o exercício de produção de sentidos e de apropriação dos sujeitos, nas interações mediadas dos processos comunicativos. Buscando uma definição, Saggin e Bonin (2017) nos instiga a compreender os sujeitos comunicantes como aqueles que estabelecem vínculos com as mídias, situadas no âmbito do processo de midiaticização.

Os processos de produção comunicativa dos sujeitos são aqui pensados a partir da perspectiva de que o mundo da produção de sentidos não é mecanicamente ordenado, senão múltiplo, caótico, marcando distanciamento da ideia de recepção passiva de matriz estruturalista. As vinculações existentes entre as pessoas e as vastas gamas de configurações socioculturais não se dão de maneira direta, senão em processos marcados pela complexidade, produzindo sujeitos com singularidades. As apropriações midiáticas dos sujeitos se articulam à multiplicidade de dimensões constitutivas de suas realidades: histórica, cultural, social, ética, política, tecnológica, psicológica e semiótica. (SAGGIN; BONIN, 2017, p. 101).

Deste modo, nos deparamos com a encruzilhada que motivou esse debate. Quando pensamos em práticas que visam possibilitar o acesso ao produto jornalístico por parte de sujeitos com algum tipo ou grau de deficiência, nos deparamos com recursos que auxiliam nesse processo, como: a acessibilidade web, com leitor e a ampliação de telas; o Braille e a Audiodescrição para os deficientes visuais; a exploração de legendas e o uso da Libras para os surdos ou sujeitos com baixa audição; e também mecanismos que auxiliam o manuseio e acesso de pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida, por exemplo. Todavia, quando pensamos as especificidades das pessoas com deficiência intelectual, nos seus múltiplos graus - seja a dificuldade na fala, na leitura, no aprendizado, na cognição, na memória ou/e atenção - podemos nos perguntar: de que forma devemos pensar recursos de acesso que atendam e assistam a essa realidade? Como pensar suportes acessíveis para o consumo desses sujeitos? Sua utilização é necessária? Ou seria a deficiência intelectual apenas outra mediação de consumo, como tantas, por exemplo, de classe, gênero, escolaridade, religião e cultura; também afetada pela sociabilidade, vivência, experiência e limitações dadas pela deficiência? São essas as preocupações que se busca elucidar aqui. Assim, partimos para o exercício de caracterizar as PCDI num contexto histórico, avançando no debate em relação às suas particularidades para

vivência autônoma e, por fim, tensionar o ideal da acessibilidade comunicativa (BONITO, 2015) no exercício jornalístico.

3.1 BREVE HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

O número de pesquisas que privilegiam as pessoas com deficiência no campo da comunicação é baixo; como debatido anteriormente, mais baixo ainda quando realizado em recorte para perceber a deficiência intelectual. Sendo assim, torna-se oportuno contextualizar, de forma breve, a presença, os movimentos e as lutas das PCD na história brasileira.

As pessoas com deficiência representam 15% da população mundial, mais de um bilhão de cidadãos, conforme publicado em 2011 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no Relatório Mundial sobre a Deficiência. No Brasil, o Censo IBGE 2010 aferiu que 23,9% da população, aproximadamente 45 milhões de pessoas, mencionaram apresentar algum tipo ou grau de deficiência. (IBGE, 2012). É importante frisar que, em 2018, houve uma releitura desses dados a partir da nota técnica do IBGE 01/2018, aderindo orientações do Grupo de Washington de Estatísticas sobre Deficiência, vinculado à Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revisou os dados e adotou um novo critério de margem de corte, que fez com que o número de pessoas com deficiência no Brasil ficasse em 12,7 milhões, representando 6,7% da população em geral, bem abaixo daqueles identificados anteriormente.

Ademais, o marco para pensar a história das pessoas com deficiência no país se dá com a estruturação, ainda no século XIX, da educação específica para cegos e surdos, seguindo a experiência europeia. De acordo com Lanna Júnior (2010), nessa época foi introduzido o sistema de escrita em Braille para cegos e, entre 1880 e 1960, a língua de sinais foi proibida para não comprometer o aprendizado da linguagem oral; fato este que exemplifica a dominação da cultura hegemônica dos ouvintes sobre os surdos.

Na virada do século foram estabelecidas escolas especiais para crianças com deficiência intelectual (na época denominada como deficiência mental) em redes paralelas ao serviço público, devido à omissão do Estado.

A educação especial representou um avanço para a época e foi introduzida principalmente por iniciativa das associações Pestalozzi (nome do criador do método) e, posteriormente, pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Os termos *excepcionais* e *portadores de necessidades especiais* eram usados e, embora anacrônicos e incorretos, persistem na sociedade, particularmente por serem repetidos pela mídia. (MAIOR, 2017, p. 30, grifos da autora).

No âmbito da saúde, as pessoas com deficiência física eram atendidas em centros de reabilitação mantidos por iniciativa não governamental. Esse tipo de atendimento corresponde ao modelo biomédico da deficiência, o qual a entende como consequência de uma doença ou acidente, geradora de alguma incapacidade a ser superada mediante tratamento de reabilitação. Essa lógica está ligada ao ideal da integração social e da tentativa de normalização das PCD para se enquadrar aos padrões sociais exigidos, seja estética ou funcionalmente.

Nota-se que as políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência são específicas, isoladas e majoritariamente restritas à saúde, assistência social e educação especial em escolas também específicas. Nesse processo, muitas vezes, a autonomia do indivíduo não é exercida, visto que são representadas por terceiros, sejam eles familiares ou profissionais. Foi a partir da consolidação de estudos, já na década de 1960, que a situação começou a ganhar outro sentido, impulsionando o crescimento do movimento e da luta por direitos das PCD, especialmente no que se refere à autonomia e protagonismo. Segundo Izabel Maior (2017, p. 31),

surgiu assim o modelo social da deficiência em contraposição ao modelo meramente biológico. O modelo social baseia-se nas condições de interação entre a sociedade e as pessoas com limitações funcionais. Acima de tudo, as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos, com autonomia e independência para fazer suas escolhas, contando com os suportes sociais que se fizeram necessários.

A década de 1980 tornou-se expressiva para o movimento das pessoas com deficiência, uma vez que, reunidas em Brasília, diversas associações formularam uma pauta comum de lutas e reivindicações. Foi nesse contexto que surgiu a palavra *pessoa* como forma de conferir identidade e dignidade ao grupo (LANNA JÚNIOR, 2010). No processo constituinte, uma vitória merece atenção pelo fato de não permitir uma cidadania separada para as PCD, mas sim a inserção dos seus direitos nos diversos capítulos da Constituição Federal.

À vista disso, 15 anos depois, se promulga a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (BRASIL, 2009), na qual foi proposto o conceito de deficiência que reconhece a experiência da opressão sofrida pelas pessoas com impedimentos. Assim, “o novo conceito supera a ideia de impedimento como sinônimo de deficiência, reconhecendo na restrição de participação o fenômeno determinante para a identificação da desigualdade pela deficiência” (MAIOR, 2017, p. 32).

É importante compreender, então, que a luta das pessoas com deficiência é uma luta constante e pode ser observada em múltiplas faces da esfera social, visto que a busca pela

autonomia e inclusão se configura em um ideal para toda a vida e em todas as suas circunstâncias.

3.1.1 Marcos legais

Tendo esse contexto elaborado até aqui, é importante frisar que a política de inclusão, acessibilidade e garantias para as pessoas com deficiência possui leis próprias. Outra parte importante dos direitos está inserida, de forma transversal, na legislação geral de diferentes áreas que constituem a cidadania das pessoas. Busca-se destacar, pois, a legislação que atravessa o debate da comunicação; problematizar o acesso à comunicação por parte de PCDI nos leva a compreender a informação como um direito humano e fundamental para o exercício pleno da cidadania. Ou seja, e

a prática da cidadania comunicativa se dá num processo em que se reconhece a comunicação como alicerce para o exercício da cidadania, pois possibilita o agrupamento de interesses sociais distintos e particulares, necessidades e propostas, dando sentido a uma existência pública individual, representando a si mesma como coletiva e política (BONITO, 2015, p. 165-166).

Partindo desse entendimento, o primeiro movimento que propomos aqui busca retomar alguns pontos importantes para se pensar o direito à comunicação e à informação das PCD. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo XIX, alicerça a relação íntima entre comunicação e cidadania, uma vez que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948). No contexto das PCD, foi a partir da promulgação em 2007, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - resultado da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2006 - que se olhou especificamente para essa relação. Daí se solidificaram alguns entendimentos fundamentais para pensar o direito à informação e à comunicação.

‘Comunicação’ abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

‘Discriminação por motivo de deficiência’ significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social,

cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável; 'Desenho universal' significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O 'desenho universal' não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias. (BRASIL, 2009).

No Brasil, o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, se tornou o marco para se pensar a cidadania comunicacional das PCD. Em seu artigo 21, trata da "Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação" (BRASIL, 2009) e exige do Estado medidas e ações propositivas para assegurar as PCD o acesso à comunicação sem barreiras. O Estatuto da Pessoa com Deficiência instituído pela lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, avança na consolidação de garantias para esses sujeitos, ao passo que conceitua terminologias e entendimentos para esse contexto. A partir disso, amplia o entendimento da comunicação, agora vista como:

forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015, Art. 3 - V).

Quanto às garantias do acesso à informação e à comunicação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência apresenta a obrigatoriedade de viabilizar acessibilidade nos portais da internet mantidos por empresas - com sede/representação comercial no País ou por órgãos de governo - para uso da pessoa com deficiência. O Poder Público deve promover incentivo à oferta de telefones e *smartphones* com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam recursos de indicação e ampliação sonoras, de todas as operações e funções disponíveis. Os serviços de imagens e sons devem permitir o uso de recursos como a Audiodescrição, legenda oculta e o intérprete de Libras. No ambiente digital, arquivos acessíveis devem ser priorizados, uma vez que podem ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, aplicação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

O esforço em avançar e consolidar direitos à informação e à comunicação para as PCD vai ao situar-se num contexto maior: a prática da cidadania comunicativa. Essa relação entre cidadania e comunicação nos convida a debater as regulações comunicativas, visto que por meio delas são articuladas as lógicas comunicativas hegemônicas, os recursos para o exercício

da cidadania comunicativa. Este processo compreende a comunicação como base para o exercício da cidadania, dado que a partir da comunicação se edifica redes de sociabilidade; solidifica movimentos sociais e nichos de interesses, necessidades e propostas, e possibilita a praticidade, a ação. Nesse sentido, entende-se “a Cidadania Comunicativa como um ‘espaço’ em que as PcD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo”. (BONITO, 2016, p. 188).

Desse modo, também se exerce a cidadania a partir da possibilidade de acesso e criação: “este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional” (BONITO, 2016, p. 188).

Pensar o jornalismo na perspectiva da cidadania comunicativa exige um esforço de introduzir essa compreensão em todas as instâncias de exercício, permeando desde a produção até o consumo. Introduzir recursos e práticas de acessibilidade nessas rotinas produtivas consiste em furar uma cultura cristalizada que impõe a lógica de produção para um público hegemônico, sem se ater às singularidades das audiências/clientes. Assim, Sousa (2014) entende que a acessibilidade precisa ser incorporada à formação universitária dos jornalistas, ao passo que são nas redações - marcadas pela convergência midiática - onde todo o processo de construção e veiculação da notícia está intrínseco ao profissional. Seria, portanto, o próprio jornalista o primeiro a preocupar-se com a acessibilidade.

3.2 AS PARTICULARIDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Algumas reflexões em relação ao processo de cognição e aprendizado dos sujeitos pesquisados merecem esforços para que se torne possível refletir de que forma o jornalismo pode construir conteúdos e estruturar recursos de acessibilidade que assistam às especificidades das PCDI. Nesse sentido, Miriam Pan (2008) compreende a deficiência intelectual como limitações no intelecto e no comportamento sociável dos sujeitos. Compreensão que vai ao encontro com a definição formulada pela Organização Mundial da Saúde:

uma condição de desenvolvimento interrompido ou incompleto da mente, que é especialmente caracterizado pelo comprometimento de habilidades manifestadas durante o período de desenvolvimento, que contribuem para o nível global de inteligência, isto é, cognitivas, de linguagem, motoras e habilidades sociais.

Estas são características gerais da deficiência, embora não necessariamente todas se manifestem de maneira igual, variando de pessoa para pessoa, desde dificuldades para resolver

problemas, compreender ideias abstratas, estabelecer relações pessoais e sociais, seguir regras, e desenvolver atividades do cotidiano.

Preocupados em adentrar no debate pertinente ao campo da medicina, para esta pesquisa, em específico, buscamos alicerce nos estudos do campo da Educação; ali encontramos algumas considerações que nos ajudaram a perceber como se manifesta a deficiência intelectual nas pessoas.

Assim, no contexto educacional, nota-se que o aluno precisa de mais tempo para aprender recursos necessários que atendam às suas especificidades, haja vista que as limitações desses sujeitos “são principalmente na área cognitiva e acaba interferindo na aprendizagem, na apropriação de conceitos abstratos, na compreensão de ideias e na capacidade de resolver problemas, e possuem um ritmo mais lento” (BAVIA; CONEGLIAN, 2014). Agindo pedagogicamente, caberia, portanto, ao professor promover mediações necessárias com recursos e alternativas diferenciadas, focando no desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Importante visualizar, aqui, uma primeira porta de entrada para se pensar a produção de jornalismo direcionada a esses sujeitos, buscando formas de estímulos na atenção, percepção, autonomia e comunicação. Nesse sentido, Costa (2006) explicita os estudos de Lev Vygotsky em relação à capacidade do indivíduo de criar processos adaptativos, com a finalidade de avançar frente aos impedimentos por ora encontrados. Essa “plasticidade” - capacidade de se transformar do organismo e, conseqüentemente, do ser humano - necessita de contexto sociocultural nesse processo de superação, considerando-se que esse processo não se realizaria de uma forma espontânea e automática (COSTA, 2006).

É possível perceber uma aproximação entre o perfil desses sujeitos com características encontradas em crianças, principalmente quando pensado na perspectiva das limitações impostas à socialização, bagagem de mundo, alfabetização, escolaridade, vivência, etc. Apesar disso tudo, fato é que tanto crianças quanto pessoas com deficiência são cotidianamente tocadas por conteúdos jornalísticos a partir de seus inúmeros veículos. Bavia e Coneglian (2014) apontam problemáticas ao realizar esse tipo de articulação. As pessoas com deficiência intelectual,

muito embora sejam caracterizados, sob o aspecto cognitivo, como tendo um nível intelectual semelhante ao de uma criança, em sua maioria, possuem características e necessidades diferenciadas, ademais apresentam também diferenças de estruturas físicas, emocionais e, até mesmo, intelectuais frente à sua condição de vida (BAVIA; CONEGLIAN, 2014, s/p).

Ao buscar uma aproximação, principalmente para se refletir consumo jornalístico - como é o caso desse tensionamento - deve-se ter cuidado de não “infantilizar” o deficiente, fato

rotineiro em muitas atividades, incluindo na educação especial e também nos núcleos familiares, “e desta forma, embora de camadas sociais que necessariamente ingressam mais cedo no mercado de trabalho, em relação aos ‘deficientes’, há o prolongamento da infância” (BAVIA; CONEGLIAN, 2014, s/p).

Da mesma forma que a Educação institucionalizou processos e entendimentos para o trato das especificidades cognitivas e intelectuais dos PCDI, cabe ao jornalismo, ciente de sua importância para o exercício da cidadania e da vida social, compreender que algo precisa ser feito em suas lógicas de produção para assistir às particularidades das pessoas com deficiência intelectual. Quais possibilidades, técnicas e recursos é algo que saberemos ao passo que essa preocupação chegar às problemáticas de pesquisas de nosso campo.

3.3 ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NA PRÁXIS JORNALÍSTICA

Antes de avançar nas problematizações é importante retomar uma compreensão já discutida anteriormente, no que diz respeito à diferença nas nomenclaturas que necessitam de ênfase para evitar confusão e interpretação ambígua. Quando debatemos acessibilidade podemos compreendê-la a partir de dois pressupostos: a comunicacional e a comunicativa. A acessibilidade comunicacional tem sua materialidade na pedagogia, ou seja, na transmissão de informação/mensagem e tem suas preocupações findadas com o acesso do sujeito ao conteúdo transmitido/veiculado. No que lhe toca, a acessibilidade comunicativa - que é a que nos interessa neste debate - volta sua atenção e preocupação para a produção de sentido durante o processo de adaptabilidade, assim dizendo, acessibilidade para além da mudança do conteúdo de uma determinada ferramenta ou recurso de acesso; pensada e consagrada a partir dos conteúdos e discursos.

Isso posto, pouco é sabido sobre os hábitos de consumo de pessoas com deficiência. Os meios de comunicação ao ignorar esse público e não os atender de forma acessível, “também ferem com os direitos delas, pois entendemos que a informação é a ponte de acesso a outros direitos. Não há informação acessível e, por isso, há restrições para que estas pessoas consumam de uma maneira igualitária e universal a informação” (BEILFUSS, 2016, p. 36). Assim, a acessibilidade comunicativa deve ser pensada, praticada e consagrada nas práxis jornalísticas durante todo o processo de construção da narrativa, haja vista que, segundo Bonito (2012, p. 14), o “jornalismo tem uma função social nobre, transformar as informações em conhecimento público, logo não podemos continuar a fazer distinção, por preconceito comunicativo, de quem deve ou não ter acesso ao conhecimento gerado”. Num esforço de problematizar as

possibilidades, discutimos aqui quatro recursos já consagrados e que visam dar autonomia ao consumo jornalístico de diferentes PCD: Audiodescrição; Libras; Legendas para Surdo e Ensurdidos; e Braille.

Pensando recursos de acesso ao conteúdo para deficientes visuais, nos deparamos com a Audiodescrição (AD), compreendida como “uma modalidade de tradução intersemiótica [...] um recurso pedagógico de tecnologia assistiva orientado para as necessidades de pessoas com deficiência visual, seja ela parcial ou integral” (MAYER, 2012, p. 23). Assumindo a tarefa de fornecer informações adicionais ao público - não apenas ao deficiente visual -, a AD busca apresentar detalhes visuais importantes para o desenvolvimento da ação, além de indicar tempo, espaço e movimentação das personagens; seja no cinema, teatro, palestras, reportagens, programas ao vivo, qualquer vivência social é possível de ser audiodescrita. Especificamente no jornalismo, a técnica não se limita a descrever o fato em si, mas da inserção de informações jornalísticas para auxiliar no entendimento do contexto para a pessoa que irá ouvir o áudio. Não exclusiva dos meios audiovisuais, a AD pode ser utilizada também para textos e fotos. Na internet, surge a possibilidade de o recurso ser utilizado na descrição de fotos, infográficos e ilustrações por meio da legenda alternativa. Quando utilizada para conteúdo em áudio ou vídeo, a narração merece atenção extra. Deve ocorrer de forma clara, simples, objetiva e fluida, apresentando as cores, além do uso de adjetivos, pois “estes são responsáveis por mostrar ao telespectador as expressões de humor e as características de quem aparece na tela” (BEILFUSS, 2016, p. 38).

Ainda pensando em recursos para o consumo por parte de pessoas com deficiência visual, surge a leitura em Braille. A partir do tato, a escrita e leitura se dá através de símbolos em alto-relevo, composto por seis pontos, que, quando combinados, formam 64 sinais - devendo ser lidos da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos simultaneamente. As produções são reguladas no Brasil pelo Ministério da Educação, a partir de diretrizes e normas regidas pela Comissão Brasileira do Braille, para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação. No jornalismo, um dos usos do Braille pode se dar nos jornais impressos. Nos anos de 1990, os jornais Diário do Nordeste e O Povo, ambos do Ceará, foram os pioneiros no país a disponibilizar exemplares neste código. Em 2008, uma experiência similar ocorreu no Diário de Pernambuco, embora não tenha avançado devido à falta de patrocínio. Em 2017, o jornal A União, da Paraíba, criou uma edição mensal nesse formato. Sousa (2014) lembra do alto custo despendido para a impressão de exemplares em Braille, tornando sua circulação inviável; o que se conhecem são experiências de impressões de

resumos de notícias, sobretudo em datas comemorativas, como o dia Nacional de Luta das Pessoas com deficiência em 21 de setembro.

Os portais jornalísticos na Internet também se encontram com necessidades de adaptação, considerando-se os consumidores com algum grau de deficiência visual, cujo consumo jornalístico se limitava ao veiculado pela televisão. Embora as tecnologias tenham avançado na inclusão de PCD para com o acesso aos computadores e *smartphones*, a navegação ainda é prejudicada pela falta de preparo das organizações em possibilitar conteúdos acessíveis para seus públicos. Sousa (2014) apresenta pesquisas que comprovam a baixa navegabilidade e usabilidade, por pessoas cegas com seus dispositivos, nos portais de notícia dos principais veículos jornalísticos do país, como O Globo, Exame, Folha de São Paulo, Carta Capital e outros. É necessário, então, refletir sobre as possibilidades da inclusão do sistema de Libras nos conteúdos escritos no site, além de Painéis de Acessibilidade onde o usuário tem controle quanto aos tamanhos das fontes, ao contraste das luzes e dos destaques de links, como possibilidades de inclusão, autonomia e cidadania de uma parcela de cidadãos.

Quando pensamos nos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, as Legendas para Surdos e Ensurdecidos (LSE), são produzidas utilizando o sistema *Closed Caption* (CC). Transmitidas via sinal de televisão, essas legendas têm como objetivo permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar os programas veiculados com a descrição não só de falas, mas de outros sons que reverberam no conteúdo transmitido - como chuva, buzina, palmas, choro, etc. É prudente considerar algumas especificidades desse recurso, que difere das legendas normais ao fazer uso apenas da transcrição da fala, “se tratando de LSE, que necessita dos nomes dos personagens, barulhos que compõem a cena e da fala na legenda, quem assiste também precisa de uma pausa de reflexão, para interligar as informações da LSE e da imagem” (BEILFUSS, 2016, p. 42). Quando pensamos nas produções *ao vivo*, que majoritariamente atravessam as produções jornalísticas, duas possibilidades para a produção das legendas são apresentadas: estenotipia informatizada e reconhecimento de fala. No primeiro caso o profissional, fazendo uso de um estenótipo eletrônico, registra em alta velocidade e de forma simultânea a fala, com a transcrição sendo veiculada no momento em que o telespectador assiste ao programa. Um método mais moderno e acessível, entretanto, utiliza-se da tecnologia para o reconhecimento da fala a partir de um *software* que interpreta vozes, produzindo textos veiculados nas legendas: as vozes são mediadas por um profissional que dita de forma natural o que escuta para o programa de computador e é ele quem depois acrescenta os sons ambientes. Nesse mesmo método é possível ainda inserir dados recebidos diretamente do *teleprompter*, aumentando ainda mais o percentual de acerto nesse tipo de operação.

Outro recurso é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua realizada através de gestos. Mais popular no cotidiano da mídia audiovisual no país, é regulamentada por lei, categorizada como disciplina curricular e com formação para intérprete (BRASIL, 2002). Para os conteúdos audiovisuais, a Libras é utilizada como recurso na chamada Janela de Interpretação de Língua de Sinais, um modelo de espaço de sinalização para produções audiovisuais; regulamentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na NBR 15290/2016 - Acessibilidade em comunicação na televisão. Algumas premissas devem ser respeitadas para tal: o espaço da janela precisa manter-se preservado sem qualquer interrupção ou encobrimento por parte de imagens ou legendas; devendo sempre estar posicionado à esquerda da tela, sem sobreposição de símbolos ou outras imagens. Algumas orientações quanto à medida das margens também devem ser respeitadas, a fim de centralizar o intérprete, sendo: espaço livre na parte superior: entre 10 a 15 centímetros acima da cabeça; inferior: cinco centímetros abaixo do umbigo; na parte lateral: considerar o espaço máximo dos cotovelos no momento em que os dedos médios se tocam em frente ao peito.

Embora consagrados como recursos e práticas de acessibilidade, em diversos produtos comunicacionais, quando pensamos nas rotinas de produção jornalística nos deparamos com uma invisibilidade para com as particularidades das PCD. Sousa (2014) e Bonito (2012) provocam sobre a deficiência do jornalismo em produzir conteúdos que possam ser consumidos de forma autônoma pela audiência. Nesse sentido, Beilfuss (2016) teve como preocupação compreender as práxis jornalísticas do Grupo RBS, o maior grupo de comunicação da região Sul do Brasil, de modo que fosse possível identificar as razões que causam a falta de acessibilidade comunicativa, analisando conteúdos com barreiras informativas, que prejudicam a recepção por parte de pessoas com deficiência. Num exercício de sistematização, Bonito, Santos e Beilfuss (2017) apresentam pontos-chave.

Após a pesquisa *in loco*, algumas descobertas puderam ser observadas. A maioria dos profissionais associou a palavra “acessibilidade” com reportagens que tratavam de PCD como personagens das matérias. Houve relatos da falta de preparação profissional para trabalhar com produção de conteúdo acessível no jornalismo, fatos que se inter-relacionam à ausência de menção sobre uma produção de conteúdo acessível institucionalizada ou normatizada pela empresa, “claramente a cultura da práxis jornalística cotidiana não considera ou mesmo ignora as barreiras comunicativas que prejudicam a significação por parte das pessoas com deficiência” (BONITO, SANTOS, BEILFUSS, 2017, p. 07). Consequentemente, os jornalistas também não demonstraram conhecer e pensar sobre práticas de acessibilidade: quando perguntados se o profissional produz ou já produziu alguma reportagem com conteúdo

acessível, foram poucos, segundo Beilfuss (2016), os que sabiam de que se tratava um conteúdo com acessibilidade.

Na oportunidade, foi relatado pelo setor de tecnologia que o Grupo nunca realizou uma pesquisa sobre PCD como usuários do site ou do aplicativo para *smartphones* e *tablets* da RBS. Uma pequena experiência de preocupação para com as especificidades das PCD foi relatada por uma editora: quando os conteúdos para as plataformas de webjornalismo - as artes e os infográficos - são publicados depois que as duas profissionais cegas que trabalham no Grupo os testam e dão seu aval sobre o conteúdo.

Beilfuss (2016) teve a oportunidade de acompanhar reuniões de pauta para produção dos telejornais da RBS, e em nenhuma oportunidade foi pensado ou falado em produção de conteúdo acessível às pessoas com deficiência. Em suas considerações de campo, pontua que na sede televisiva da empresa as preocupações e provocações da acessibilidade comunicativa era um debate inédito, com isso, visualiza-se que a maioria dos profissionais nunca tinha ouvido falar sobre o assunto; somente alguns se manifestaram favoráveis à ideia, “é nítido que se as pessoas tivessem mais conhecimento sobre a acessibilidade comunicativa que a cultura nas redações jornalísticas poderiam mudar e passar a produzir conteúdos acessíveis” (BONITO, SANTOS, BEILFUSS, 2017, p. 10). É possível observar também um desconhecimento sobre a forma de produzir conteúdo acessível: uma justificativa que apareceu em diversos relatos para a falta de acessibilidade foi o fator tempo, atrelado a sobrecarga de trabalho e o enxugamento das redações (BEILFUSS, 2016, p. 28).

De maneira geral, a partir da experiência relatada e analisada em relação ao Grupo RBS, nota-se que:

foi possível perceber que os profissionais sabem, depois de terem acesso a informação de que existe a possibilidade de gerar conteúdos acessíveis, que estão cometendo um erro. Concordam que a comunicação e que o jornalista tem um papel social muito importante e que esta profissão é tida como uma espécie de porta-voz da sociedade, porém, renegam a acessibilidade comunicativa em nome das práticas consagradas do cotidiano do jornalismo. (BONITO, SANTOS, BEILFUSS, 2017, p. 11).

Isso posto, aquela problemática apresentada no início do texto volta à tona. Visualizamos recursos que possibilitam o acesso de deficientes visuais e auditivos ao consumo jornalístico. Quando pensadas as possibilidades de acesso para pessoas com deficiência intelectual, nos deparamos numa encruzilhada: quais níveis e tipos de necessidade são demandados para a aplicação de recursos a esse público? Quais possibilidades podemos encontrar para produzir? Desse modo, torna-se prudente debater como se dá o processo de

aprendizado e cognição das PCD intelectual para ganharmos musculatura nessa reflexão e debate, que certamente não se esgota nesta investigação.

4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

“Faz sentido falar em estudos de recepção?”, é com esta pergunta e em um contexto de debate acerca das convergências e hipermediações, onde os sujeitos assumem, ao mesmo tempo, o posto de usuário, leitor, prosumidor ou receptor-ator, que Grohmann (2013) busca fomentar perspectivas para o debate. Assim, interessa tratar e reconhecer esses públicos como sujeitos e compreender de que forma eles “reapropriam e negociam os sentidos do que ‘usam’ dos meios de comunicação, a partir de suas relações de comunicação” (GROHMANN, 2013, p. 73).

Ao trazer a perspectiva dos Estudos Culturais e seus desdobramentos para a discussão, é prudente reconhecer que a materialidade nessa pesquisa em jornalismo se dará a partir de suas interfaces. Escosteguy (2018, p. 102) salienta que “o enquadramento da interdisciplinaridade é imprescindível porque as problemáticas e perguntas sobre o cultural, construídas dentro deste campo, exigem mais do que um enfoque e/ou uma metodologia associados a uma disciplina específica”, estando inserido numa conjuntura maior e tendo a possibilidade de seus efeitos adentrarem em discussões internas e competentes a outros campos. O jornalismo pesquisado juntamente aos Estudos Culturais - a partir de caráter integrador, holístico, contextual e conjuntural -, tem nas pesquisas de recepção a possibilidade de analisar os conflitos, as negociações e os consensos que estão em constante tensão na esfera social. Assim, é possível ampliar a partir das mediações culturais a “compreensão dos processos comunicacionais, considerando suas multidimensionalidades constitutivas, suas complexidades e contradições” (BONIN, 2018a, p. 60).

Optar pelos estudos de recepção é deslocar o foco da pesquisa do ideal quantitativo, caminhando no sentido contrário da lógica empregada a uma pesquisa de audiência, assumindo a tarefa de compreender como um determinado grupo constrói sentidos a partir daquele conteúdo veiculado pela mídia e, posteriormente, como é consumido. Esses sentidos, segundo Martín-Barbero (2015) são possíveis de serem observados e compreendidos a partir da cultura, ao passo que muitas dessas experiências são atravessadas por vivências mediadas por questões culturais, religiosas, etárias, étnicas, de gênero e de classe; manifestações estas que tornam o processo de percepção difícil num primeiro olhar, surgindo desse modo a necessidade de um aparato metodológico que dê conta de uma aproximação em busca de entendimentos.

Pensar metodologias nos leva a uma prudente cautela no reconhecimento de dilemas e limites da pesquisa em jornalismo, com a finalidade de compreender e qualificar esse campo, produzindo assim conhecimento sobre o próprio jornalismo (GADINI, 2005). Assim, percalços

conceituais e metodológicos precisam ser superados, conforme debate Gadini (2005, p. 9): “o fortalecimento de um campo social pressupõe a existência de conceitos específicos, a emergência e consolidação de uma tradição científica e de estratégias de pesquisa capazes de obter adesão e legitimidade pública diante de outros atores sociais”. A “importação” de proposições, conceitos e metodologias de outras áreas faz com que se acentue a fragilidade da construção de arcabouços teóricos-metodológicos de pesquisa em jornalismo, porém, isso não leva a desconsiderar percursos interdisciplinares, tão pouco tratar as pesquisas jornalísticas de forma isolada e fechada, voltando-se apenas e estritamente às questões técnicas e operacionais do exercício do jornalista. Nesse sentido,

uma das poucas coisas que resta parece ser mesmo o objeto, uma vez que o problema da pesquisa acaba sendo formulado com base em conceitos oriundos de outros campos, que não o jornalismo. Daí porque é fundamental ter a interdisciplinaridade como uma referência (de diálogo com outros campos, aproximação e tensionamento) sem abandonar as características, marcas e referências que especificam o jornalismo (GADINI, 2005, p. 8).

Na tentativa de mensurar características e desafios nas pesquisas que assumiram o propósito de estudar a recepção jornalística, buscou-se um panorama desses estudos em Programas de Pós-Graduação em Jornalismo - considerando a década de 1990 até o tempo presente - a partir de diversos levantamentos e estudos mencionados por Graziela Bianchi (2019) e Valquíria John (2014).

Assim, buscamos relacionar aqui uma provocação feita por Martín-Barbero (1995, p. 39-40): “a recepção não é apenas uma etapa do processo de comunicação. É um lugar novo, de onde vemos repensar os estudos e a pesquisa de comunicação”. Sendo um lugar novo, é prudente contribuir com pesquisas e investigações de modo a construir uma compreensão maior do processo.

4.1 PRESSUPOSTOS DOS ESTUDOS CULTURAIS

O direcionamento dos Estudos Culturais reconhece as interdisciplinaridades como práticas fundamentais para desvendar e conhecer problemáticas, nas quais a discussão cultural seja atravessada. À vista disso, reduzir a perspectiva teórico-metodológica na condução da pesquisa trará resultados que não se sustentam quando submetidos a um contexto sociocultural mais amplo. Segundo Restrepo (2014), a reivindicação da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade é um dos pontos que diferencia os Estudos Culturais dos demais estudos sobre Cultura; essa postura surge, justamente, a partir de um esforço em superar o reducionismo. Tensionando a Sociologia e Antropologia, o autor provoca:

No es la arrogancia cómoda de predicar (usualmente desde una escandalosa ignorancia) que estas disciplinas están ‘superadas’ o ‘mandadas a recoger’. Es la invitación a rearticular creativa y críticamente aquellos aspectos conceptuales o metodológicos de orígenes disciplinarios múltiples (o incluso de campos transdisciplinarios o no disciplinarios como la teoría feminista) en función de las preguntas y en el estilo propio de los estudios culturales. (RESTREPO, 2014, p. 04)¹⁵.

Nesse sentido, Ortiz (2004) chama atenção para o fato de que reconhecer a importância da multidisciplinaridade não leva ao rechaço das fronteiras que constituem outros campos do saber, visto que as entende como necessárias para a existência de um saber autônomo. “A multidisciplinaridade não é pois um valor em si, mas um valor relacional (isto é, estabelece-se em relação às “verdades” disciplinares)” (ORTIZ, 2004, p. 122). Por sua vez, Escosteguy (2004) destaca o ponto de que esse movimento de abalo às divisões organizadoras, até então vigentes, encorajou a superação de fronteiras disciplinares para os Estudos Culturais e possibilitou adentrar num vasto campo temático, de objetos de investigação e arcabouço teórico-metodológico.

Isso posto, quando discutida a consolidação dos Estudos Culturais na América Latina e no contexto brasileiro, é perceptível um processo de negociação e modelamento a partir de suas novas realidades, quando comparado com os estudos britânicos (ORTIZ, 2004; ESCOSTEGUY, 2004). Haja vista que,

quando os estudos culturais migram, trata-se de um processo de negociação cultural. Em cada um desses lugares onde eles chegam, os termos vão mudando, há elementos que permanecem e existem outros que mudam sua face. Se não fosse assim, o processo estaria incompleto, pois não daria conta das particularidades da sociedade em questão. (ESCOSTEGUY, 2004, p. 19).

Essa compreensão é intrínseca às próprias preocupações da disciplina, a partir do seu engajamento com as diferenças culturais, considerando a importância dada ao contexto, o foco localizado - e historicamente específico -, o cuidado e atenção para as especificidades e particularidades relacionadas a uma determinada conjuntura histórica-social. Outro pressuposto caminha ao encontro do dilema da identidade nacional, fato que levou, segundo Ortiz (2004, p. 125), “a intelectualidade latino-americana a compreender o universo cultural (cultura nacional, cultura popular, imperialismo e colonialismo cultural) como algo intrinsecamente vinculado às questões políticas. Discutir ‘cultura’ de uma certa forma era discutir política”.

¹⁵ Não é a arrogância confortável da pregação (geralmente por ignorância escandalosa) que essas disciplinas estão ‘fora da caixa’ ou ‘enviadas para serem recolhidas’. É o convite a rearticular criativa e criticamente aqueles aspectos conceituais ou metodológicos de múltiplas origens disciplinares (ou mesmo campos transdisciplinares ou não disciplinares como a teoria feminista) com base nas questões e no estilo dos estudos culturais. (RESTREPO, 2014, p. 04, tradução nossa).

Foi a partir desse cenário que a configuração da pesquisa em comunicação passou a apresentar sinais de mudanças, que, por sua vez, não foram provocados somente em deslocamentos internos ao próprio campo, mas atravessados por movimentos mais abrangentes das ciências sociais como um todo. O debate sobre a modernidade tornou-se importante, haja vista que a influência marxista vigente nos anos 1970 e os tensionamentos da globalização impulsionaram a repensar o alicerce teórico que lhe dava sustentação.

De modo especial, interessa destacar em termos de teorias circulantes no campo intelectual a passagem de um marxismo determinista para um marxismo de corte gramsciano. No primeiro era imperativo explicar e analisar os conflitos através de uma única contradição: a diferença de classe. Isto impedia de pensar a pluralidade de matrizes culturais ou a diversidade cultural. A flexibilização dessa lógica mediante influência da reflexão de Antonio Gramsci permitiu o redesenho nas relações entre cultura e classe social. O redefinido passa a ser tanto o sentido de cultura quanto o de política, permitindo (re)descobrir as culturas populares e a constituição de identidades diversas. (ESCOSTEGUY, 2000, p. 03).

A partir dos anos 1980, é visível e sentida a repercussão de Gramsci nos estudos de comunicação, visto que o campo buscava acompanhar o que estava em constante efervescência na esfera social, a partir dos movimentos populares e na dinâmica cultural vigente. Esses objetos de investigação carregam a marca da interdisciplinaridade, ao perceber que o suporte de uma única disciplina não daria conta de sustentar uma análise e investigação que tocasse na complexidade do momento em foco.

Dessa maneira, podemos avançar na tentativa de constituir uma cartografia dos Estudos Culturais no Brasil a partir dos escritos de Ana Carolina Escosteguy (2004), quando preocupada em sistematizar o percurso atravessado pela disciplina no contexto brasileiro. Assim, visualizam-se, do ponto de vista da comunicação, três ciclos de desenvolvimento de ideias dos Estudos Culturais. Localizado entre a virada dos anos 1960 para 1970, o marco inaugural é a tradução da obra de Raymond Williams, *Cultura e sociedade* (1969), considerada um dos textos fundadores dos Estudos Culturais. Entretanto, vigorava na pesquisa em comunicação uma forte influência do funcionalismo, a partir de abordagens estritamente comunicacionais, fato que levou a obra a não encontrar um ambiente para se propagar entre os intelectuais daquela época.

O segundo ciclo, já na virada da década de 1980 para os anos 1990, possui influência da publicação de outro clássico, *De los medios a las mediaciones*¹⁶ (1987) de Jesús Martín-Barbero, inaugurando o que ficou conhecido como a “teoria latino-americana da comunicação e, por outros, como escola latino-americana” (ESCOSTEGUY, 2004, p. 22). É a partir de

¹⁶ Dos meios às mediações.

Martín-Barbero que se começa a constituir os estudos de recepção no continente e no Brasil, que estão ligados com o próprio desenvolvimento dos Estudos Culturais. Na visão de Escosteguy (2004), os estudos de recepção seriam um dos pilares de sustentação e organização dos Estudos Culturais no país, ao lado das pesquisas preocupadas com as identidades culturais regionais, étnicas, de raça, de gênero e as identidades nacionais.

O início do século XXI, constitui-se o terceiro ciclo, no qual há muitas referências e até mesmo críticas à perspectiva investigativa dos Estudos Culturais; entretanto, se conhece pouco dos próprios textos norteadores, visto a escassez de traduções em português de obras originais, levando, em muitos casos, à consulta de textos por comentadores. “Vivemos um *momento de chegada* dos estudos culturais, no Brasil, na medida em que é exígua a circulação de seus ‘clássicos’. Utilizo tal expressão, *momento de chegada*, por falta de termo melhor que sugira que ainda é recente e precário o debate entre nós sobre os estudos culturais” (ESCOSTEGUY, 2004, p. 34, grifos da autora).

Com esse contexto, torna-se possível visualizar mudanças na pesquisa brasileira em comunicação após a consolidação de investigações a partir dos Estudos Culturais. Escosteguy (2004) aponta três: a problematização da comunicação enquanto fenômeno calcado nas próprias tecnologias, provocando a valorização das experiências dos sujeitos na produção de sentido; o deslocamento do olhar centrado nas tecnologias para os sujeitos e; o apreço pelas identidades culturais dos sujeitos comunicantes mediadas pelas tecnologias.

Tendo a investigação da recepção como pilar dos Estudos Culturais no Brasil (ESCOSTEGUY, 2004), é oportuno tensionar as tendências teórico-metodológicas desenvolvidas para tal na América Latina. Nilda Jacks (1996) pontua que diversas abordagens dos estudos de recepção foram colocadas em prática no contexto latino-americano a partir de duas provocações: o conceito de Hegemonia de Antonio Gramsci e da visão cultural dos meios de comunicação, formulada pelos Estudos Culturais da Escola de Birmingham. São cinco as correntes de influência percebidas: 1) Consumo Cultural, desenvolvida por Néstor García Canclini; 2) Frentes Culturais, coordenada por Jorge González; 3) Recepção Ativa, desenvolvida pelo Centro de Indagación y Expresión Cultural y Artística (CENECA), preocupado em investigar a influência cultural da televisão; 4) Uso social dos meios, concebido por Martín-Barbero; e 5) Enfoque Integral da Audiência, arcabouço teórico-metodológico formulado por Guillermo Orozco. Na sequência, faremos uma breve apresentação dos principais pontos de cada tendência.

A perspectiva desenvolvida por Canclini, Consumo Cultural, se apresenta como uma teoria sociocultural capaz de abordar os processos comunicacionais e recepção de bens

simbólicos, ao passo que entende o consumo atrelado aos processos socioculturais, rechaçando a compreensão de que este seria um ato individual, irracional, a partir de gostos e motivações pessoais. “Isto deixa para trás concepções derivadas do racionalismo frankfurtiano e do mecanismo economicista para incorporar a complexidade da vida cotidiana, o espaço da criatividade do sujeito e a possibilidade interativa na relação com os meios de comunicação” (JACKS, 1996, p. 44-45); pode-se dizer, então, que sua natureza é interdisciplinar, atravessada por aspectos econômicos, sociológicos, antropológicos e psicanalíticos.

Canclini propõe a articulação de seis teorias, sob o argumento que nenhuma é auto-suficiente para explicar o consumo: a) ‘lugar de reprodução da força de trabalho e da expansão do capital’, b) ‘lugar onde as classes e os grupos competem pela apropriação do produto social’, c) ‘lugar de diferenciação social e distinção simbólica entre os grupos’, d) ‘sistema de integração e comunicação’, e) ‘cenário de objetivação dos desejos’ e f) ‘processo ritual’. (JACKS, 1996, p. 45).

Outra tendência, Frentes Culturais, foi desenvolvida por González no Programa de Estudios sobre las Culturas Contemporaneas, no México, e parte de uma adaptação do conceito gramsciano de Hegemonia. Segundo Jacks (1996), para compreender como as coalizões de poder conquistam o consenso de grupos subordinados, deve-se seguir pela da estratégia de incorporação na esfera pública de símbolos culturais pertencentes a estes grupos, levando-os à identificação. Esse tipo de abordagem “considera a cultura como arena para confrontação das mais diversas ‘frentes culturais’, cada qual disputando o consentimento/aprovação e reconhecimento de sua identidade cultural por outras ‘frentes’” (JACKS, 1996, p. 46). Nota-se que a noção de identidade é um pressuposto caro para os estudos de recepção; sendo assim, Jacks chama atenção para o fato de que o movimento de manter ou conquistar o reconhecimento público é fundamental para compreender as relações das audiências com os meios massivos e o papel destes na construção das identidades contemporâneas.

A terceira abordagem se materializa na Influência Cultural da Televisão, estruturada no Chile, a partir do Programa de Educación para la Recepción Activa de la TV, o qual investiga a relação entre mensagens e telespectadores. Os desdobramentos teóricos realizados pelo CENECA colocaram em dúvida o poder onipotente da televisão, quando “rechaçaram a visão do receptor como ‘recipientes’ e do contexto como ‘variáveis intervenientes’; entenderam que a recepção e a influência cultural da televisão precisam ser historicizados, e que a recepção é um processo construtivo, dialético e conflituoso” (JACKS, 1996, p. 47).

Por sua vez, Uso Social dos Meios é uma reflexão construída por Martín-Barbero, a partir do contexto latino-americano, que tem sua gênese na necessidade de compreender a inserção das camadas populares num cenário de subdesenvolvimento. Concomitantemente ao

processo de modernização, faz-se um esforço em investigar o aparecimento de novas identidades e novos grupos sociais, influenciados, em especial, pelas tecnologias de comunicação. Há nesse processo, segundo Jacks (1996) um deslocamento no objeto investigativo do processo comunicativo: da produção para o consumo, na tentativa de perceber os usos sociais que os sujeitos fazem dos conteúdos veiculados pelos meios massivos em suas relações sociais cotidianas.

Os “usos”, portanto, são inalienáveis da situação sócio-cultural dos receptores, que reelaboram, ressignificam, ressemantizam os conteúdos massivos conforme sua experiência cultural, suporte das apropriações. Considerar o receptor também como produtor, é a principal mudança trazida por este enfoque, que privilegia o cotidiano como lugar a ser pesquisado e o consumo como categoria de análise. (JACKS, 1996, p. 47).

Por fim, Nilda Jacks aponta para o Enfoque Integral da Audiência, abordagem desenvolvida por Orozco, que tem como esforços compreender como se realiza a interação entre TV e audiência. Nesse sentido, se reconhece a audiência como sujeito e a considera em “situação”, condicionada individual ou coletivamente. “Considerar, portanto, a recepção um processo, resultante da interação receptor/TV/mediações, que entram em jogo no contínuo ato de ver TV, mas que extrapola-o” (1996, p. 48). É a visualização de múltiplas mediações: a própria televisão, como instituição social produtora de significados; o receptor, ao realizar mediações de caráter psicológicos de ordem cognoscitiva, interligadas com o conhecimento, crenças e emoções, ou a estrutural, a partir de elementos identitários que servem como referência ao receptor; situacional, a partir da forma e do sentido deste ato, estar acompanhado ou sozinho, disperso ou não, em casa ou fora, por exemplo; institucionais, a partir daquilo que pertence ao receptor (igreja, família, partido, etc.); e por fim, a cultural, a partir da qual as demais se localizam e se configuram, “pois aí todas as informações se organizam, o consumo se efetiva, o sentido é produzido, a identidade se constrói” (JACKS, 1996, p. 48).

Feito esse processo de recuperar os pressupostos dos Estudos Culturais e das tendências nos estudos de recepção, especialmente a partir das experiências latino-americanas, podemos avançar no debate em relação às suas características e particularidades. Assim, um dos fatores que caracterizam os Estudos Culturais é o reconhecimento do protagonismo no sujeito e de suas práticas cotidianas nas produções de sentidos a partir dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. Esse enfoque busca deslocar a lógica hegemônica dos estudos que privilegiam a estrutura dos meios e o determinismo tecnológico e textual, em outras palavras, “é a recepção ou a valorização da capacidade dos receptores populares em produzir sentidos diferentes aos priorizados pela cultura hegemônica que desponta como a problemática que vai viabilizar esse

deslocamento” (ESCOSTEGUY, 2018, p. 106). Ao retomar a experiência popular, Martín-Barbero busca

mudar o eixo de análise e seu ponto de partida. O resgate dos modos de resposta do dominado modificava o processo de decodificação do campo da comunicação, com seus canais, seus meios e suas mensagens, para o campo da cultura, ou melhor, dos conflitos que a cultura articula, os conflitos entre culturas e a hegemonia. (MARTÍN-BARBERO, 1986, p. 42).

Nesse sentido, a compreensão dos processos comunicacionais não deve ser reduzida ao entendimento dos meios e de suas rotinas produtivas. Ao mesmo tempo, as análises não podem ficar somente nos discursos veiculados por estes canais. Daí surge a ideia de mediação proposta por Martín-Barbero, na tentativa de superar os entendimentos parciais e avançar na compreensão dos processos comunicacionais a partir das suas multidimensionalidades, complexidades e contradições.

A mediação seria a intersecção entre fatores, o lugar onde duas fontes de influência ao processo de recepção parecem se encontrar, se cruzar. [...] A mediação seria um ponto intermediário, o “meio-termo” entre dois objetos. Daí a importância dessa proposta dentro da obra de Martín-Barbero, que defende sempre a saída da “razão dualista” da investigação, que contrapõe polos opostos. A mediação seria esse “lugar” que está entre esses opostos, e que permite uma compreensão mais completa dos fenômenos complexos. O que não quer dizer que a mediação seja feita por um ente físico apenas, pois os mediadores são verdadeiros atores sociais e não apenas intermediários, de acordo com o autor. (BOAVENTURA; MARTINO, 2010, p. 12).

Desta forma, os estudos de recepção se apresentam como possibilidade de compreensão dos sentidos construídos por um determinado grupo, a partir dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. “São considerados múltiplas relações sociais e culturais, portanto, trata-se de uma ruptura com concepções passivas da audiência, substituindo-as por uma abordagem mais dinâmica onde se passa a pensar a relação existente entre o campo de emissão/produção e recepção/consumo” (ESCOSTEGUY, 2004, p. 23). Assim, é fundamental compreender a recepção como uma das etapas constitutivas do processo comunicacional, interligada com as demais de produção e circulação.

O consumo não é o final, a produção não é o início. É um circuito, ou seja, as mercadorias estão em circulação, como os discursos, como a comunicação: “produção” e “consumo” não são categorias estanques e não podem ser entendidas separadamente, unilateralmente, como fazem outras teorias, pois as “coisas” mudam de posição (GROHMANN, 2013, p. 73).

Nessa perspectiva, Escosteguy (2007) confronta os circuitos de cultura e os de comunicação a partir das bases propostas por Stuart Hall e Martín-Barbero. Trata-se de um circuito que envolve circulação, produção e consumo. Nesse sentido, é possível visualizar a recepção como parte de um processo, ou seja, se constitui como um momento dentro da

totalidade do exercício comunicacional. Grohmann entende o discurso como partida para a realização do circuito, ao passo que “para haver ‘consumo’ é preciso que os sentidos destes discursos sejam apreendidos. O conteúdo é ressignificado, pois só há ‘consumo’ quando o sentido é apreendido, quando ele existe para ‘nós’, pois comunicação é produção de sentido” (GROHMANN, 2013, p. 73-74).

Assim sendo, é prudente partir para um entendimento que culmina na valorização da capacidade do sujeito em produzir sentidos para com aquela informação recebida, abandonando, dessa maneira, uma compreensão que norteou as ideias hipodérmicas que colocavam o receptor como fim - e nada mais - dentre esse processo. Pensando na totalidade do processo dos modelos comunicativos, Ronsini (2010) adverte para com a ideia de totalidade também na recepção, que

consiste em considerar os textos, suas leituras e modos de vê-los para compreender, concretamente, a reprodução e a contestação do poder político e econômico (organizado no capitalismo pelo poder exercido pelas classes dominantes) a partir das relações sociais e culturais nas quais os receptores estão inseridos (RONSINI, 2010, p. 13).

Provocado nesse sentido e buscando pistas para a realização de pesquisa em recepção, Martín-Barbero (2015) nos apresenta algumas preocupações para o desenvolvimento do estudo. A contextualização, pensada como fator preponderante nos processos comunicacionais, a partir de suas dimensões socioculturais, políticas, históricas e econômicas - ao passo que esses processos constituem e são constituídos destes contextos - reconhece a recepção atrelada às demais etapas, ao tempo que pensa seus vínculos com a ordem social. O sujeito, por carregar vivência multidimensional e multicontextual, leva consigo esses múltiplos contextos, experiências, culturas e vivências na produção de significação. Bonin (2018a, p. 63) alerta para a compreensão de que “eles são concebidos como sujeitos também produtores de significações, portanto de comunicação, ainda que desigual ou assimetricamente situados nos processos comunicacionais midiáticos”. Por fim, deve-se estar atento para reconhecer os sentidos produzidos na recepção, uma vez que “são múltiplos, complexos, podendo apresentar afinidades, cumplicidades, contradições, ambiguidades, resistências, apropriações e mesmo subversões em relação às ofertas simbólicas midiáticas” (BONIN, 2018a, p. 63). Segundo Bonin, a pesquisa em recepção, seria, portanto, uma prática epistêmica viva, ou seja, constitui uma conquista e construção progressiva do objeto a partir do trato com as realidades pesquisadas. Assim, esse movimento “precisa se dar de maneira a instaurar campos dinâmicos de produção de pensamentos vivos, que interrelacionam tensamente dimensões epistêmicas, teóricas, metódicas e empíricas da investigação” (BONIN, 2018b, p. 16-17).

De maneira específica, para a construção desta pesquisa, foram enfocadas técnicas que valorizam os sujeitos, sua produção de sentidos e significações para o estudo de recepção, tendo o entendimento de que são eles o “alicerce do campo da comunicação, para além das noções de ‘emissor’ e ‘receptor’, pois os ‘sentidos da recepção’ não se dão somente no ‘contato midiático’, mas na vida cotidiana, considerando as circulações e os ‘significados nômades’” (GROHMANN, 2013, p. 74).

A qualidade e o potencial do trabalho de campo são reiterados por Becker (1997), o qual explicita a confiabilidade nas evidências produzidas via trabalho de campo, a partir das múltiplas observações da variedade de dados que o pesquisador pode manusear. Munhoz (2006), quando focada em discutir a singularidade dos fenômenos, nos ajuda a aproximar da realidade os objetivos da pesquisa em recepção. Ao passo que, por se tratar de materialidades e contextos específicos a partir de sua característica dialética, com possibilidade de registro de disputas, embates, consensos, mediações e sentidos, o pesquisador precisa ter consciência que o “processo de desvelamento da realidade não pode autorizar o estudioso a transformar seus resultados numa representação abstrata, num conceito fixo, a partir do que poderia pretender deduzir a essência de outras realidades particulares/singulares semelhantes, do mesmo gênero” (MUNHOZ, 2006, p. 29).

Portanto, cabe aos estudos de recepção a construção de um arcabouço teórico-metodológico que privilegie e valorize a contextualização, assim como a compreensão de sentidos, mediações e apropriações que, por ventura, os sujeitos possam construir a partir do consumo jornalístico. Dessa forma, é possível produzir conhecimento que seja pertinente, sólido e que ajude o campo da Comunicação a atuar desde a produção até o consumo e ressignificação da notícia junto aos seus.

4.2 RECEPÇÃO JORNALÍSTICA: PANORAMAS E DESAFIOS

“Não é equivocado dizer que, pelo menos em alguma parte, a própria crise do jornalismo se alimenta de um desconhecimento a respeito de seus públicos” (BIANCHI, 2019, p. 333). Nesse sentido, o desafio vem em conseguir contribuir para o fomento de pesquisas do campo, que por ora privilegiam os processos de produção, circulação, gestão, política e financiamento, com suas preocupações voltadas a compreender os comportamentos, hábitos, anseios e especificidades dos públicos. Entender esse público não mais como números de audiência se mostra como uma das compreensões-chave para se pensar a interface jornalismo e recepção: a de não buscar quantificar os estudos nos moldes de uma pesquisa de medição ou verificação de

audiência, mas sim, o oposto. “Os então nomeados estudos de recepção estariam ocupados em trazer e tratar questões evidenciadas a partir de um olhar que privilegia os espaços e atuações daqueles/para aqueles a quem se destinam as produções comunicacionais, sejam elas de que natureza forem” (BIANCHI, 2019, p. 321).

Desta maneira, procura-se compreender como um determinado grupo constrói sentidos a partir daqueles conteúdos veiculados pelos meios de comunicação consumidos pelos sujeitos, que muitas vezes têm essas experiências atravessadas por vivências mediadas por questões culturais, religiosas, etárias, étnicas, de gênero e de classe; manifestações estas que se tornam difíceis de serem percebidas num primeiro olhar. Desse modo, é necessário o ordenamento de um aparato metodológico que dê conta de uma aproximação em busca de entendimentos. É a partir da cultura, segundo Martín-Barbero (2015), que encontramos uma entrada para realizar esse exercício de observação e compreensão dos sentidos produzidos.

Bianchi (2019), John (2014) e John, Caminada e Costa (2017) relacionam em seus estudos diversos mapas de investigações sobre recepção jornalística, o que nos possibilita compreender a configuração de um determinado panorama. O cenário escasso encontrado na década de 1990, com o total de duas dissertações, avança significativamente nos anos 2000 para 54 trabalhos (10 teses e 44 dissertações), fato que leva John (2014) a considerar os anos 2000 como a “gênese” dos estudos de audiência em jornalismo. Considerando o volume de pesquisas realizadas até a metade da década de 2010, nota-se a continuidade do crescimento com 46 trabalhos desenvolvidos (três teses e 43 dissertações). Um dos motivos que pode contribuir para a progressão nos estudos, envolvendo a recepção jornalística, é a consolidação dos Programas de Pós-Graduação dedicados exclusivamente ao Jornalismo a partir de 2007¹⁷; antes restritos à linhas de pesquisas em Programas abrangentes no campo da Comunicação.

Observando os meios pelos quais a recepção jornalística ocorre, a televisão aparece como o que engloba o maior número de estudos, seguido pela internet.

A televisão segue como o meio mais estudado se forem levadas em conta apenas as pesquisas que focam em único veículo, porém, a internet aparece com exponencial crescimento ao se levar em conta os trabalhos que congregam mais de um meio. Destaca-se praticamente o desaparecimento do rádio nas investigações sobre o jornalismo e, apesar da soberania das mídias digitais, há ainda valorização da imprensa nas pesquisas. (JOHN; CAMINADA; COSTA, 2017, p. 154).

¹⁷ Na vanguarda, o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi o primeiro no Brasil, com a abertura do curso de mestrado em jornalismo no ano de 2007. Na sequência surge, em 2013, o mestrado profissional em jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e também o mestrado acadêmico na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Em 2015, iniciou-se o mestrado profissional no FIAM-FAAM Centro Universitário e, em 2016, o mestrado profissional, produção jornalística e mercado na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). Os dois últimos foram fechados.

Também é possível fazer uma observação quanto ao perfil de recepção que as pesquisas têm se dedicado mais a estudar: Mulheres e Jovens, seguidos por Mulheres e Homens e Família (BIANCHI, 2019).

Na tentativa de constituir um percurso dos estudos de recepção e, em especial, os que privilegiam a audiência jornalística, a década de 1990 é marcada, no contexto brasileiro, pela emergência das investigações em recepção (JACKS; MENEZES; PIEDRAS, 2008), sendo na primeira década do século XXI a consolidação desses estudos, inclusive das pesquisas específicas sobre os conteúdos jornalísticos (JOHN, 2014; JACKS et al., 2014). Embora não haja um levantamento que perpassa a totalidade da década de 2010, os movimentos realizados até a sua metade, 2015, provocam a compreensão de que os estudos de consumo do jornalismo estão emergindo, ou seja, representam consideráveis avanços numéricos, apesar das pesquisas em recepção jornalística se encontrarem em uma fase preambular.

O desafio a partir de agora é englobar situações jornalísticas cada vez mais complexas para se investigar o lugar do público do jornalismo. Cabe, portanto, pensar caminhos e recursos para a investigação.

É oportuno, entretanto, problematizar as dificuldades de se encontrar estudos que sistematizam a realidade da pesquisa em recepção jornalística no Brasil e de estratégias teórico-metodológicas mobilizadas em periódicos ou anais dos principais eventos científicos do campo (COMPÓS, SBPJor e Intercom). Quando tocadas as especificidades da recepção jornalística e sua relação com a audiência, nota-se que o volume maior de artigos é resultado de investigações específicas, tornando-se possível interpretar que o baixo volume de pesquisas empíricas leva, conseqüentemente, à ausência de debate e do próprio fortalecimento teórico e metodológico da disciplina. O esforço de sistematização dos estudos, como é possível ser visto nas análises de Bianchi (2019), John (2014) e John, Caminada e Costa (2017), dá ao campo jornalístico condições de avançar, cada vez mais, em investigações capazes de conhecer seus públicos.

4.3 PERCURSO CONSTRUÍDO PARA A INVESTIGAÇÃO

Nesse espaço, foi possível recuperar e apresentar todos os movimentos realizados durante o processo de pesquisa, que culminaram com a análise, sistematização e reflexão dos dados que se darão no capítulo seguinte. É importante, aqui, realizar uma demarcação temporal: para alcançar as materialidades apresentadas neste documento, o início da investigação se deu no primeiro semestre do ano de 2019, atravessando todo o calendário até sua finalização em

fevereiro de 2021. Ao pontuar esse panorama, chamamos atenção ao fato de que a pesquisa, e de forma especial a ida a campo, se deu em meio à pandemia de COVID-19 no Brasil; tendo seus desdobramentos e evoluções interferindo direta e concomitantemente no desenvolvimento do trabalho, fato este que impôs a necessidade de mudanças na estratégia metodológica até então construída.

Antes de esmiuçar possibilidades metodológicas para pesquisas em recepção jornalística, é fundamental ponderar alguns entendimentos para a realização de uma boa investigação. Nesse sentido, o trato para com os recursos metodológicos no processo de desenvolvimento da pesquisa merece atenção do pesquisador, ao passo que as definições e escolhas das técnicas para a exploração devem emergir a partir do contato com o objeto a ser construído um percurso, para que, então, faça sentido à realidade daquele objeto, sendo capaz de contribuir no desfecho da problemática de pesquisa. Nessa lógica, Bourdieu (2002) reitera a indissociação entre método e prática, uma vez que seria errado pensarmos metodologia de forma separada do objeto de pesquisa, ou seja, algum método que se apresente *a priori* ao objeto e que não necessite de apoio em outras correntes metodológicas.

A pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: ‘É proibido proibir’ ou ‘Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos’. (BOURDIEU, 2002, p. 26).

Essa liberdade metodológica não pode se confundir com uma espécie de “vale-tudo”. A rigorosidade na construção do objeto deve considerar influências possíveis e cabíveis. Isto leva à vigilância, que, como Bourdieu aponta, significaria identificar no cientista e no campo científico características internas e competentes que possam aparecer no resultado da pesquisa. Portanto, a metodologia é uma porta de entrada para refletir sobre forças e embates que englobam as disputas nos campos sociais, seja no acúmulo de autoridade ou de capital científico, já que o campo é uma construção que vai acompanhar as opções práticas da pesquisa.

Preocupada com recursos e técnicas metodológicas para a pesquisa em recepção, Bonin (2018a) alerta para o cuidado em construir percursos metodológicos em perspectivas complexas, que prezem pelo contexto e a realidade dos sujeitos de pesquisas. Outra apreensão vem do Método do Abstrato ao Concreto, no entendimento da dialética como um “conjunto de princípios que orientam a compreensão da realidade, como um modo para apreensão da mesma - fluente e contraditória -, como um método científico para explicar essa realidade” (MUNHOZ, 2006, p. 26). Tal entendimento busca superar o ideal positivista do paradigma dominante, isto

é, seu binarismo e quantificação, que leva a uma redução da complexidade do mundo a partir da divisão e categorização sistemática.

Assim, pensar em estudos de recepção nos provoca a explorar potencialidades do trabalho de campo e as possibilidades da pesquisa qualitativa; importante ressaltar que não necessariamente nos leva a abandonar os moldes quantitativos da pesquisa de audiência, uma vez que é a partir da quantificação que conhecemos possibilidades de investigação de perfis, espaços, mediações, grupos e atores, por exemplo. Quantificar nos ajuda a conhecer nosso objeto de pesquisa e quais rumos tomar para compreender sentidos e apropriações resultantes do consumo jornalístico de nossos pesquisados. Por outro lado, avançar na construção de uma abordagem qualitativa impulsiona a compreensão de especificidades e detalhes que escapam ao tato de uma metodologia metodicamente conduzida (BECKER, 1997). Com esse entendimento, Howard Becker tece reflexões que creditam conclusões derivadas deste método, que logo mais serão abordadas nesse texto.

Logo, o movimento aqui posto busca discutir as estratégias que foram mobilizadas para a utilização de métodos e técnicas para o contato, coleta e análise das particularidades das pessoas com deficiência intelectual, respeitando sempre a singularidade de cada um. Para tal, devido à dificuldade na leitura e escrita levou à preocupação em valorizar a fala; bem como as estratégias para a sistematização da pesquisa em recepção (BONIN, 2018b); e os recursos utilizados para o desenvolvimento do estudo se articulam, aqui, nas potencialidades do trabalho de campo e na valorização da experiência oral dos sujeitos pesquisados. Na sequência, essas opções serão explicitadas.

4.3.1 As potencialidades do trabalho de campo

Importante ressaltar que a lógica do rigor, fomentada pelas especificidades das pesquisas nas ciências exatas e naturais, se manifesta de outra forma nas humanidades, trazendo, porém, preocupações oportunas de caráter metódico para os trabalhos particulares das ciências humanas e sociais. Após entrar na vida do nosso sujeito pesquisado, acompanhando e participando da sua rotina, ações como conversar, investigar, registrar, sistematizar, avaliar e concluir podem nos levar a caracterizações distintas de objetos semelhantes; exigindo cautela, pois qualquer análise tendenciosa perturba o ideal de pesquisa moldada no paradigma experimental. Becker (1997) atenta para o fato de que a simples adoção de teorias e metodologias diferentes levará o pesquisador a observar outras coisas e, conseqüentemente, deparar-se com respostas distintas; ou seja, demonstra que o observador está investigando

coisas diferentes. Por sua presença contínua, há, ao mesmo tempo, o sacrifício de ideias e hipóteses que lhes eram claras diante do fato coletado em campo, como também há condições de realizar mais testes da mesma hipótese, principalmente comparando os pesquisadores com os métodos formais utilizados. Becker (1997) também explicita restrições e cuidados para o desenvolvimento do trabalho de campo, principalmente visualizando o papel do pesquisador no processo de coleta. Existe um esforço por parte dos sujeitos pesquisados em buscar “ajudar o cientista”, o que leva esses atores a fazerem coisas que de outro modo não fariam, a partir da dúvida do que “se espera” que façam. Convencer as pessoas de que o pesquisador não é importante naquela relação os leva à liberdade de reação e ação. Ao passo contrário, seguirão as pistas que lhe são dadas do que precisa ser dito ou mostrado.

Pensando na riqueza dos dados colhidos em campo, é a partir das especificidades que se tem um detalhamento em relação aos eventos estudados. O período prolongado de tempo, em uma variedade de situações e a partir de diferentes maneiras de chegar à questão, nos leva à redução do perigo do *bias*¹⁸ nas constatações. As observações numerosas, segundo Becker (1997, p. 86) “nos convencem de que nossa conclusão não está baseada em algumas expressões momentâneas e passageiras, sujeitas a circunstâncias efêmeras e incomuns”. A flexibilidade nos procedimentos de coleta nos leva a utilizar inúmeros processos e técnicas em ambientes e circunstâncias diversas: cruzamento de conclusões; medidas não-convencionais sugeridas pela experiência na situação; a própria experiência como evidência; além de “estilos agressivos e ardilosos para provocação a ponto de fazer com que eles digam coisas que de outro modo guardariam para si” (BECKER, 1997, p. 91).

Nesse contexto, a pesquisa exploratória se apresenta como importante recurso, sendo capaz de colher as especificidades do sujeito investigado que ajudam o pesquisador no desenvolvimento das estratégias de investigação. Isso posto, é importante considerá-la como prática metodológica inter-relacionada e atravessada com os enredos e demais articulações teóricas, constituindo assim um alicerce para o percurso investigativo. A partir dessa perspectiva, Bonin (2018b) visualiza nos movimentos exploratórios a capacidade de gerar materialidade empírica. Estas, no caso, deverão atravessar o processo de construção da pesquisa, quando confrontadas com as articulações teóricas-metodológicas, ao passo que, “promove vivências empíricas cruciais de aproximação, reconhecimento e experimentação

¹⁸ Becker (1997) entende como necessária a explicitação de todos os passos da pesquisa para evitar o bias do pesquisador, uma vez que, recusa a suposta neutralidade do pesquisador e propõem que tenham consciência da interferência de seus valores na seleção e no encaminhamento do problema estudado. Resta reconhecer o bias para poder prevenir sua interferência nas conclusões.

mental, corporal e sensitiva das realidades de investigação; no caso das pesquisas de recepção, dos processos e produtos comunicacionais focalizados dos sujeitos e de seus contextos” (BONIN, 2018b, p. 18).

Portanto, antes da estruturação final das estratégias de pesquisa, os movimentos exploratórios se apresentam como necessários para fomentar a construção de investigação em vários momentos, ângulos e perspectivas, haja vista que,

colaboram para desestruturar concepções prontas sobre os fenômenos; para gerar e estimular a produção e a experimentação de pensamentos produtivos e originais para sua compreensão; para vivenciar, questionar e experimentar métodos, operações e procedimentos investigativos. Eles permitem aproximações e reconhecimentos entre os sujeitos da pesquisa necessários à construção de vínculos e de esferas de tradutibilidade de epistemes distintas (pesquisador-pesquisado); possibilitam a vivência de choques epistêmicos e psíquicos pelo pesquisador, que impulsiona descentramentos, desestabilizações e colaboram à desconstrução de estereótipos e de pré-noções simplificadas sobre os fenômenos. Dinamizam, enfim, a construção de uma posição favorável à produção de perspectivas teórico-metodológicas afinadas e solidárias com as realidades sob investigação. (BONIN, 2018b, p. 18-19).

À vista disso, a partir dos arranjos, pistas e constatações fomentadas na pesquisa exploratória, pode-se chegar a um nível de amadurecimento e materialização dos desenhos investigativos concretos para a pesquisa em recepção, a partir de experimentações e testes de procedimentos, bem como de amostras que percebam especificidades relacionadas às problemáticas investigadas. Jiani Bonin (2018b, p. 22) destaca a oportunidade que os movimentos exploratórios trazem para a constituição de vínculos epistêmicos produtivos às investigações em recepção, nos quais os sujeitos não se resumem a fontes de informação, mas são interpretados como coprodutores do processo de investigação e construção do saber. Assim, conforme Bonin essas relações que se edificam a partir de diversas dimensões sociais, se abastecem de envolvimento de várias ordens, ao mesmo tempo que necessitam “distanciamentos reflexivos para pensar” (2018b, p. 22).

4.3.2 A valorização e exploração da oralidade

Para estudar a recepção é fundamental compreender as trajetórias de constituição comunicacional e midiática de sujeitos, de suas culturas e subjetividades. As especificidades das pessoas com deficiência intelectual que possuem, majoritariamente, sua escrita e leitura prejudicadas, nos forçam a buscar recursos metodológicos capazes de explorar o histórico midiático dos sujeitos pesquisados a partir, então, da valorização e exploração da oralidade.

Neste sentido, Bonin (2018b) enxerga na técnica de pesquisa a partir da história oral uma porta de entrada para elucidar essas trajetórias, visto que nos fornece uma visão subjetiva dos processos, além do detalhamento. Assim, é importante entendê-la e exercitá-la como uma etapa do processo de pesquisa, o que pressupõe, necessariamente, o cruzamento com outras bases teóricas e metodológicas (RIBEIRO, 2015). Pela oralidade, somos postos em contato com dados que extrapolam a materialidade encontrada em arquivos e conhecemos informações a partir das narrativas de quem viveu; assim, segundo Ribeiro (2015, p.75), “mais importante que o factual, é o significado que ele adquire para quem lembra”. Tal conteúdo é objeto central para os estudos de recepção, além da lógica mobilizada nos processos de construção dos relatos e da memória, da dinâmica do ocultamento, da valorização, das experiências, das relações e mediações. Atravessada pela compreensão do mosaico científico, a história oral nos ajuda na compreensão social, cultural, econômica, estética e política de um determinado tempo e contexto.

É importante chamar atenção para o fato de que se a história oral é uma metodologia que produz (ou fabrica) um conjunto de fontes pode servir como referência para os mais diversos trabalhos sobre a história da mídia e do jornalismo. A pesquisa, neste caso, não se caracteriza pela coleta de dados ou informações guardadas ou acumuladas por um terceiro (indivíduo, grupo ou instituição). Pressupõe o ato criador dessa fonte pelo próprio pesquisador. (RIBEIRO, 2015, p. 75).

Nessa perspectiva metodológica, a história de vida, no entendimento de Ribeiro (2015), se apresenta como uma técnica que muito pode contribuir para os estudos de comunicação e, de maneira particular, para os de jornalismo. Becker (1997), ao defender a história de vida como mosaico científico, também faz o esforço de lembrar sobre a possibilidade de coleta de materiais úteis para a formulação de uma constatação mais geral, com cada parte contribuindo para a compreensão de um todo. Tendo o cuidado de reconhecer que a história de vida não propicia - , por si só - a prova definitiva de uma proposição, ela pode dar pistas de entrada para a compreensão ou até mesmo sinais de abandono em relação às teorias que não se sustentam para o caso em questão. A partir dela se forma “uma visão do lado subjetivo de processos institucionais” (BECKER, 1997, p. 108) e reitera:

A história de vida, se bem feita, nos fornecerá os detalhes desse processo cujo caráter, de outro modo, só seríamos capazes de especular, do processo ao qual nossos dados devem se referir em última análise, se quisermos que tenham valor teórico e não somente operacional e de vaticino. Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais nossos aspectos do eu são trazidos à existência. (BECKER, 1997, p. 110).

É fundamental considerar essa trajetória a partir das conjunturas políticas, socioeconômicas e culturais nas quais está inserida. Ribeiro (2015) defende a metodologia cruzada a partir de três níveis de contextualização - individual, institucional e macrossocial - considerando o esforço do pesquisador em compreender o enquadramento da memória realizado pelo entrevistado, ou seja, em visualizar as “lógicas mobilizadas nos processos de construção dos relatos e o significado que o passado adquire para quem lembra” (RIBEIRO, 2015, p. 87).

Nesse contexto de exploração da história oral, especialmente voltada para a pesquisa de recepção, um recurso metodológico se destaca e se constitui assertivamente: as entrevistas possibilitam perceber e tocar em especificidades que outras técnicas e métodos não são capazes de conhecer. Assim, buscando explorar ao máximo as potencialidades do uso das entrevistas como estratégia metodológica, Jean-Claude Kaufmann (2013) defende a ideia da “entrevista compreensiva” como método que possibilita e privilegia a relação e sociabilidade entre pesquisador e pesquisado, sendo asserção para uma coleta bem-sucedida.

Para fomentar a defesa da entrevista compreensiva, Kaufmann debate sobre o que chama de “racionalização sem razão”, quer dizer, o metodologismo como ação burocrática que reduz o impacto das ideias nas investigações. Assim, enxerga-se na figura do “artesão” uma postura necessária para os pesquisadores no combate ao “empirismo abstrato”, resistindo ao trato do saber simplesmente através de dados. O artesão intelectual é aquele que sabe dominar e personalizar os instrumentos - método e teoria - num projeto concreto de pesquisa.

Ele realiza uma obra [...] que se destaca por sua importância, que está acima do fluxo uniforme de dados simples e de outras informações. A informação não é o saber; a acumulação de informação pode até mesmo matar o saber [...] Ele é ao mesmo tempo: homem de campo, metodologista, teórico e recusa deixar-se dominar pelo trabalho de campo quanto pelo método ou mesmo pela teoria, quando esta é dogmática. (KAUFMANN, 2013, p. 33-34).

Assim sendo, o autor defende uma perspectiva na qual o objeto científico é construído a partir de múltiplas dimensões. Daí o aspecto que potencializa a entrevista compreensiva, que, por sua vez, substitui a rigidez dos questionários para uma escuta cada vez mais atenta à fala. Nesse sentido, Kaufmann entende que “cada pesquisa produz uma construção particular do objeto científico e uma utilização adaptada dos instrumentos: a entrevista não deveria nunca ser empregada exatamente da mesma forma” (2013, p. 36).

Deste modo, é necessário compreender a função das entrevistas no percurso investigativo. Como suporte ou movimento exploratório, a entrevista assume um caráter

reflexivo em busca da riqueza do material que foi descoberto. E quando empregada visando o recolhimento de informação, torna-se um rico modelo metodológico.

Ao assumir uma postura impessoal, o pesquisador, conseqüentemente, terá um retorno mais formal do entrevistado, com envolvimento mínimo. Já a entrevista compreensiva caminha na direção oposta: a relação entre entrevistador e entrevistado é de envolvimento, fato esse que surte efeito na análise, constituindo um elemento decisivo, segundo Kaufmann (2003).

Em suma, são com essas perspectivas, buscando a compreensão de sentidos e significações para o consumo das PCD, que as estratégias de investigação se baseiam. O percurso metodológico, proposto nesta pesquisa, buscou o imbricamento de métodos e técnicas visando a constituição de uma avaliação contextual e complexa, de modo a perceber a partir de múltiplos ângulos as mediações, sentidos e significações presentes na esfera social.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS DE CAMPO

O esforço aqui é apresentar o planejamento, as mudanças e o percurso construído para conhecer a recepção jornalística das pessoas com deficiência intelectual. Sendo assim, por estarmos lidando com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Ponta Grossa – CEP/UEPG, conforme parecer no ANEXO A.

Após um determinado tempo focado em construir uma bagagem teórica que fornecesse sustentação para a articulação da problemática e dos objetivos da pesquisa, tornou-se oportuno realizar um primeiro movimento de aproximação de duas perspectivas mencionadas: o jornalismo e a pessoa com deficiência intelectual. Esse contato, realizado em junho de 2019, teve como principal objetivo compreender como os meios de comunicação, em especial os produtos jornalísticos, estavam inseridos no cotidiano das PCD, bem como perceber pistas de consumo e apropriação. É importante reiterar as especificidades da amostragem: foi realizada com cinco alunos da turma da Educação para Jovens e Adultos da Escola Novo Amanhecer, mantida pela APAE do município de Santa Fé (PR), região metropolitana de Maringá. Apesar de ser uma turma do EJA, naquele momento a mediação do mercado de trabalho não era um fator levado em consideração. Como principais desdobramentos e encaminhamentos provocados dali, temos: o foco em investigar conteúdos áudio e audiovisuais; a força do jornalismo local na construção do que era notícia, principalmente na noção do que era factual naquele dia em questão; e a mediação/presença da família no ato do consumo. Posteriormente,

se deu a revisão das referências conceituais e das estratégias metodológicas a partir dos resultados desse primeiro movimento.

O passo seguinte previa a realização de uma nova pesquisa exploratória, em maior número de participantes e em maior profundidade, já contando com potenciais integrantes do *corpus* de investigação. O movimento se concretizou em fevereiro de 2020, quando 28 participantes do Programa Jovem Aprendiz, coordenado pela APAE de Maringá, que visa a inserção de PCD no mercado de trabalho, responderam ao roteiro prévio de indagações. As parcerias do Programa são com redes de supermercados da cidade, nos quais os participantes assumem a função de empacotadores nos caixas. A faixa etária dos sujeitos participantes variou de 16 a 42 anos, todos os quais já inseridos ou em processo de inserção no mercado de trabalho. O resultado deste movimento constituiu a materialidade do documento de qualificação apresentado à banca examinadora e eixos centrais de sua análise darão sustentação para as reflexões a seguir.

No início do mês seguinte, em março, houve no Brasil os primeiros registros de transmissão comunitária do coronavírus e, conseqüentemente, a principal medida de prevenção ao vírus foi acionada: o isolamento social. Com isso, a UEPG suspendeu o calendário acadêmico por tempo indeterminado. A flexibilização por parte da CAPES da defesa das pesquisas em 24 meses, junto das incertezas e o medo provocado pela alta taxa de transmissão da COVID-19, com os novos arranjos e compromissos assumidos na rotina de isolamento provocaram uma estagnação no desenrolar da investigação.

Com a retomada das atividades acadêmicas pela universidade no final de julho de 2020, iniciou-se um longo processo adaptativo a partir da nova realidade imposta pela pandemia, que demandou esforços e atenção na atualização e busca por maneiras de colocar em prática a metodologia articulada, preservando a saúde e a vida dos pesquisadores, pesquisados, dos familiares e do coletivo.

No exercício de retomada, o primeiro marco foi o exame de qualificação, realizado em outubro de 2020. A partir dali, buscou-se encontrar saídas para realizar um estudo de recepção, envolvendo sujeitos que possuem especificidades que merecem ser respeitadas, num cenário de distanciamento social. Como resultado, ponderou-se o uso da tecnologia como forma alternativa à impossibilidade da realização de encontros presenciais; também, por conta disso, foi observada a necessidade de reduzir numericamente o potencial número de sujeitos participantes.

Reduzindo-se o número para cinco, em novembro - respeitando-se as medidas de distanciamento e proteção - foi possível realizar as entrevistas de forma presencial. Destes, já

era conhecido o perfil e particularidades de três, que haviam participado da pesquisa exploratória em fevereiro daquele ano; as entrevistas, então, serviram para avançar a partir da análise prévia do resultado daquele movimento. Outros dois foram entrevistados pela primeira vez, num exercício de constituição do histórico midiático e comunicacional particulares.

O movimento seguinte foi dado em janeiro de 2021. Na oportunidade, foi constituído um grupo, mediado pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, com todos os sujeitos participantes. A finalidade foi, portanto, acompanhar o cotidiano midiático dos pesquisados por uma semana, ao passo que eram estimulados a compartilhar naquele ambiente as notícias que mais lhes chamavam atenção. A orientação era que levassem ao grupo aquela experiência da forma que considerassem melhor, ou seja, por mensagem escrita ou falada, *prints*, assim como, links de reportagens, vídeos, etc. A intenção aqui também foi visualizar como os mesmos mobilizavam a tecnologia para transmitir a informação. Assim, a expectativa para com os dados colhidos pelo grupo estava em perceber: quais telejornais e emissoras eram privilegiados? O que mais reverberava? Quais as pautas articuladas? Ainda, quais ganharam aderência na agenda pessoal? Como as emissoras participam dessa narrativa? É importante contextualizar que o foco no jornalismo televisivo se deu a partir dos movimentos exploratórios e das entrevistas, oportunidades estas que apresentaram a televisão como meio de comunicação mais enraizado em suas rotinas.

Suprindo um movimento, que por prevenção à COVID-19 não fora possível realizar, de acompanhar junto a eles, em suas residências, o telejornal, esse exercício possibilitou, estrategicamente, uma simulação e tentativa de proximidade no momento do consumo.

Por fim, optou-se por constituir virtualmente um grupo focal, por meio da plataforma Google Meet, no dia 26 de janeiro de 2021, oportunidade em que todos os participantes estiveram juntos para dialogar. Nesse encontro, a partir dos programas e notícias sinalizadas por eles, pautas similares foram apresentadas para provocar o debate, bem como sugestões de melhorias para o jornalismo, pensados a partir de suas necessidades e experiências. A discussão da relação da deficiência e suas implicações no consumo foi uma consequência.

O objetivo deste tópico foi relatar todo o percurso realizado para a construção da análise e sistematização dos resultados e problematizações. Como visto, o texto não adentrou especificamente nos resultados obtidos a partir de cada recurso ou técnica metodológica. De forma proposital, optamos por mobilizar os dados no próximo capítulo, no qual este percurso metodológico também será atravessado.

5 ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA

Antes de avançar na apresentação e sistematização dos dados colhidos em campo, torna-se oportuno realizar um movimento de resgate de algumas provocações-chave para tensionar nossa problemática de pesquisa: compreender as apropriações e usos que as pessoas com deficiência intelectual fazem dos conteúdos jornalísticos. Para tal, foram articuladas técnicas e recursos metodológicos que buscassem revelar dados para identificar os hábitos de consumo jornalístico da pessoa com deficiência; analisar a interação que possuem com os meios de comunicação; explicitar apropriações que esses atores fazem dos conteúdos jornalísticos; e avaliar a participação do jornalismo nas relações cotidianas.

Desse modo, o texto que segue busca expor e debater os resultados sistematizados a partir dos movimentos de campo.

5.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA: NUANCES E CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO COMUNICACIONAL DE PCDI

O desenvolvimento deste primeiro movimento se deu em fevereiro de 2020 e contou com a participação de 28 sujeitos, com idade entre 16 e 42 anos. Estes eram membros do Programa Jovem Aprendiz, coordenado pela APAE de Maringá, e possuíam algum tipo ou grau de deficiência intelectual, além de já estarem inseridos ou buscando a inserção ao mercado de trabalho¹⁹. No APÊNDICE A é possível observar os eixos norteadores para as entrevistas. O APÊNDICE B traz as notas colhidas e algumas transcrições dos depoimentos dos entrevistados. O foco da pesquisa exploratória foi encontrar pistas do consumo comunicacional da pessoa com deficiência intelectual para que pudéssemos avançar nos desdobramentos da investigação. Sendo assim, o texto que segue busca expor e debater os resultados sistematizados a partir dos movimentos de campo.

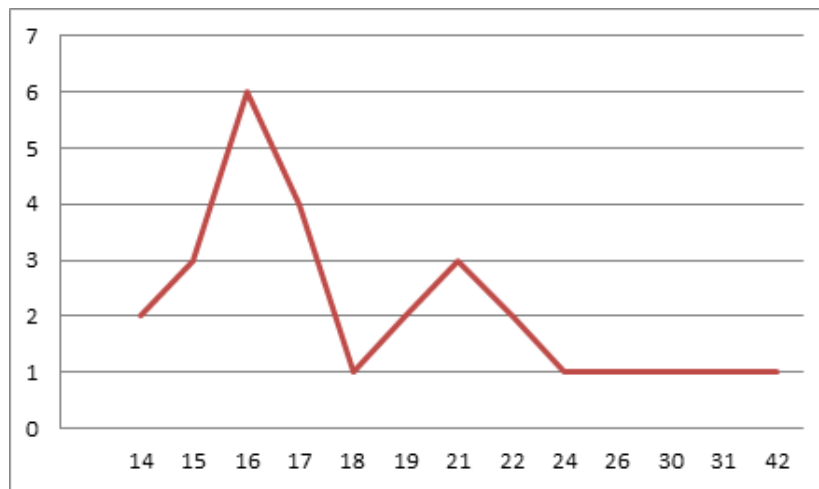
Antes de traçar o perfil do corpo de entrevistados, é importante ressaltar que a turma destinada para a realização da entrevista foi escolhida pela direção da instituição, a partir do conhecimento da proposta e dos objetos da pesquisa, apresentando uma turma que constituía o projeto do Jovem Aprendiz da APAE, no qual, por dois períodos na semana participavam das atividades da Escola e no restante atuavam no mercado de trabalho. Assim, todos os integrantes

¹⁹ As parcerias do Programa são com redes de supermercados da cidade, no qual, os participantes assumem a função de empacotadores nos caixas.

da turma foram entrevistados, ou seja, o pesquisador não interferiu na composição do quadro dos sujeitos entrevistados. Isso posto, vamos às características.

Ao todo, foram entrevistados 28 participantes em dois dias de audição. Classificando por gênero, temos que 64,2% dos entrevistados são homens, ou seja, 18. Já as mulheres são 10, o que corresponde aos 35,7% restantes. Embora com idades diversas, é possível observar um maior volume de sujeitos com idade entre 14 e 17 anos, o que corresponde a mais da metade dos entrevistados.

Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados (quantidade x idade)



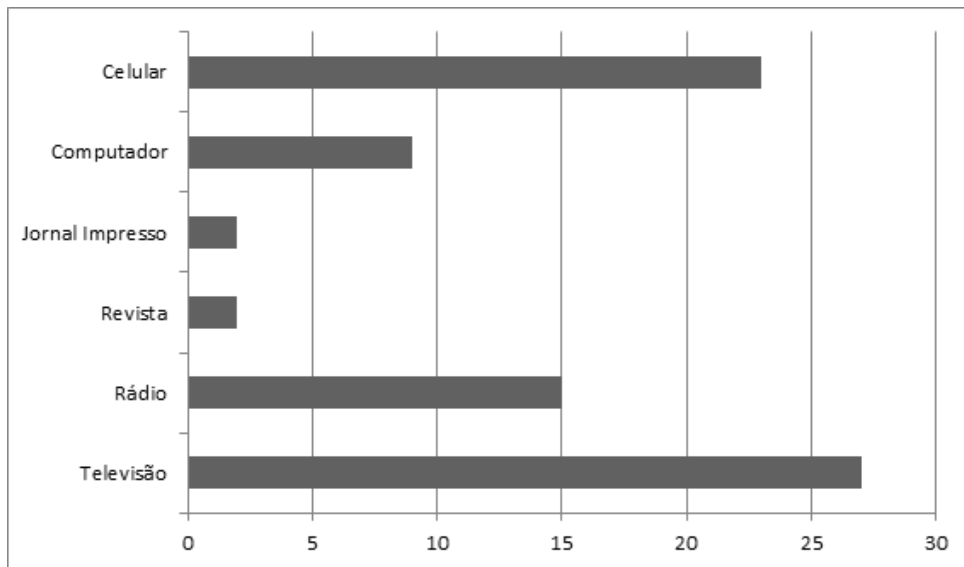
Fonte: O Autor (2021)

Quanto à escolaridade, 68% frequentam algum tipo de ensino, destes apenas três estão matriculados na Educação Especial, os demais estão inseridos no ensino básico, e perpassam do sétimo não do Ensino Fundamental a terceira série do Ensino Médio. O período matutino é reservado para aqueles que estudam, uma vez que as possibilidades de trabalho acontecem no turno da tarde. Já estão inseridos no mercado de trabalho 19 integrantes do programa, estes atuam em duas faixas de horário, das 14 às 18 horas, outros das 16 às 20. No que diz respeito às suas residências, aproximadamente 38% moram com os “Pais”²⁰, outros 23% apenas com a Mãe. Há ainda, 15% que moram com a Mãe e o padrasto, ainda 11,5% com a Avó.

Para compreender quais meios de comunicação consumiam, foram listados os seguintes: televisão, rádio, revista, jornal impresso, computador e celular. A televisão é a mídia mais consumida pelo grupo, apenas um entrevistado não acessava os conteúdos veiculados na TV. O celular aparece na sequência.

²⁰ Nesse contexto, compreendido com residentes junto ao Pai e Mãe biológicos.

Gráfico 2 - Meios de comunicação consumidos (nº por pessoas)



Fonte: O Autor (2021)

A partir desse contexto, algumas características do consumo comunicacional puderam ser observadas e nos foram fatores determinantes para os movimentos seguintes no processo de investigação. Para preservar a identidade dos sujeitos participantes, quando sua fala citada, adotaremos apenas a letra inicial do nome e idade.

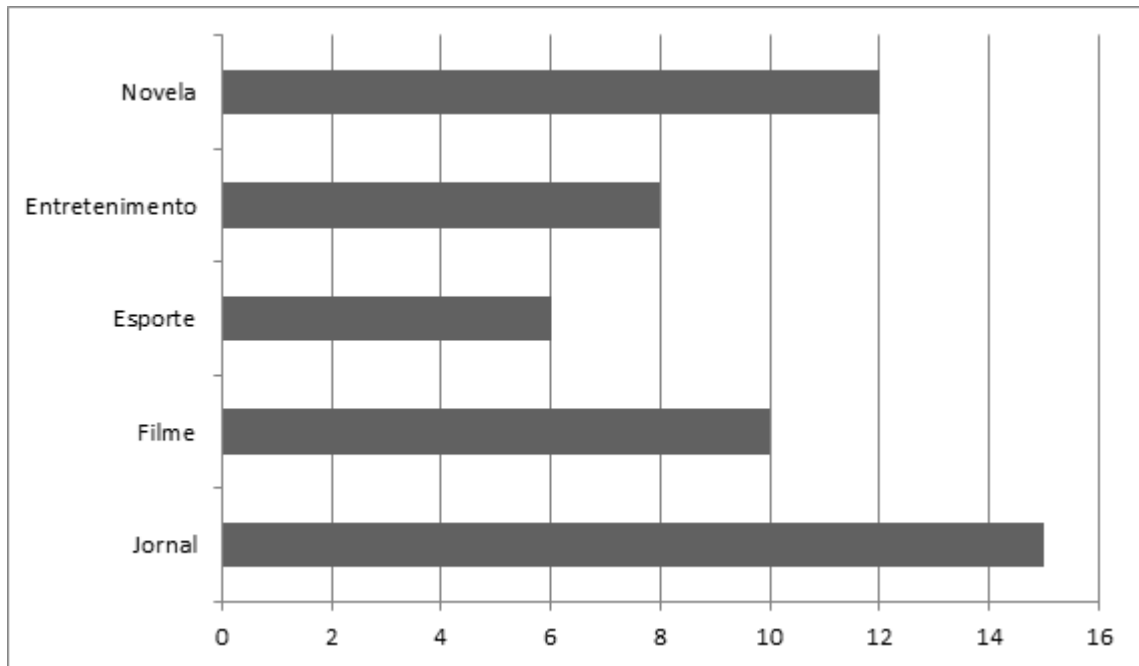
5.1.1 O consumo da televisão

À exceção de um, os demais sujeitos participantes atestam a televisão em sua rotina diária, embora as particularidades, gosto e finalidades do consumo sejam distintos. Assim sendo, é possível sistematizar os usos que os sujeitos fazem do aparelho de TV. Para uns, a televisão se torna um passatempo entre uma atividade e outra, para outros um ritual, no qual assistem à programação acompanhados dos familiares. Há aqueles que utilizam o aparelho da televisão como suporte para outros fins, como o videogame e a Netflix²¹.

Em relação aos produtos comunicacionais veiculados na televisão, existe a predominância no consumo de jornais, acompanhado de novelas e filmes.

²¹ Provedora de filmes e séries de televisão via streaming.

Gráfico 3 - Consumo na televisão



Fonte: O Autor (2021)

As produções jornalísticas extrapolam minimamente o consumo da maioria dos entrevistados, 53%. Nesse percentual estão inclusos aqueles que assistem aos telejornais mesmo não gostando do que vêem. Como o caso de P. (21), telespectadora do Jornal Nacional, “vejo as reportagens, mas às vezes nem presto atenção”, ou de M. (19), que assiste “de vez em quando” na companhia do pai, “dou uma olhadinha, depois vou mexer no celular”. Para outros, o jornalismo não agrada por questões pessoais, como no caso de R. (15) que, apesar de assistir jornal, não gosta, seus conteúdos remetem a um acidente de trânsito sofrido pelo irmão no ano anterior, “parece que está acontecendo de novo”, ou para Y. (17), “por causa de muitos problemas que tenho, eu sinto que vou morrer toda vez que vejo jornal... então eu evito”. São poucos os que acompanham o telejornal sem fazer objeções, como no caso de F. (16) que assiste sozinho, visto que a avó vai dormir cedo, ou de G. (14), morador da Casa Lar, que acompanha as notícias para conversar com os demais moradores e funcionários da Casa. R. (15) lembra da importância de acompanhar as notícias para seu estudo, pois questões da atualidade são cobradas nas avaliações do Colégio, daí a importância do jornalismo para se informar.

As telenovelas vêm na sequência dos produtos mais consumidos na TV. Chama a atenção, nesse caso, a companhia de familiares nesse contato, uma grande parte dos entrevistados dizem acompanhar as novelas junto aos seus entes. Destacam-se os folhetins da Rede Globo e da Rede Record. Os programas de entretenimento também são procurados para

o acesso, aparecem programas de fofoca, *reality shows* e desenhos. Há ainda uma parcela que procura a televisão para acompanhar esportes, sendo o futebol objeto da maioria. Quando mapeados os canais mais assistidos, o resultado é a liderança na audiência entre os entrevistados da RPC TV e Rede Massa, afiliadas da Rede Globo e do SBT no estado, respectivamente. Na sequência, aparecem a RIC Record e a Bandeirantes.

Outro fator interessante quando perguntado sobre o uso da televisão é a prontidão em muitos relatos do consumo da plataforma Netflix. Há, de certo modo, uma ressignificação dos objetivos e finalidade do uso da televisão por esses sujeitos. De forma direta, 37% dos entrevistados afirmaram consumir a plataforma.

O que se nota são múltiplas apropriações da televisão no dia a dia dos sujeitos. Por pertencerem a uma geração conectada em rede, o acesso à televisão vai perdendo a centralidade, uma vez que novas formas de consumo de produtos comunicacionais e, conseqüentemente o jornalismo, emergem. Como o caso da utilização da Internet, no acesso ao YouTube e redes sociais para consumirem conteúdo. Como no caso de Y. (17), por não assistir jornal, “tudo o que sei de jornalismo é por causa dos memes da internet, que eu acabo pesquisando um pouco sobre”, ou G. (14) que utiliza o G1 para acompanhar as notícias pelo celular: “tem notícias de ator, fofocas, futebol”. Já G. (15), acompanha o canal da Record no YouTube.

5.1.2 O rádio associado à música

Um dos meios de comunicação mais popular no Brasil, a programação do rádio é consumida por 53,5% dos entrevistados, um total de 15. É oportuno destacar o uso que os sujeitos participantes fazem do rádio mediado por *smartphones* e celulares. São poucos, embora haja, aqueles que atestam acompanhar os conteúdos transmitidos via aparelhos específicos de recebimento de sinal.

A finalidade do acesso aos conteúdos do rádio converge à musicalidade. 66% dos participantes buscam o acesso a músicas. J. (26) é um exemplo: ouve rádio especialmente para acompanhar as músicas sertanejas. A única estação citada foi a Maringá FM 97.1, líder de audiência na cidade. Existe, ainda, dentre os entrevistados, público para as programações religiosas transmitidas por outras rádios, entre programas protestantes e católicos, são três aqueles que os acompanham.

Daqueles que acompanham os conteúdos radiofônicos, apenas um consome as programações jornalísticas. Fato que pode ter referência ao baixo número de interessados em consumir jornalismo, mas também, em relação às características adotadas pelas rádios da cidade

de Maringá, nas quais é destinado um volume maior da programação para o entretenimento e o consumo de música.

5.1.3 O imediatismo, a predominância do local e a qualidade jornalística

Fato recorrente nos relatos dos entrevistados, os acontecimentos na cidade de Maringá e na região metropolitana eram trazidos para a entrevista para exemplificar o que de mais recente havia acontecido e, também, consumido. Outra característica possível de ser percebida diz respeito à temporalidade das notícias, aquelas que chamavam a atenção tinham relação com a temporalidade das notícias, aquelas que chamavam a atenção tinham relação com as atuais pautas jornalísticas, como o caso das enchentes que afetaram o litoral paulista²² e fluminense²³ e da pandemia de Coronavírus. Muitas vezes, questionado sobre o que era importante para o contexto do entrevistado naquele momento, o mesmo trazia as preocupações imediatas relacionadas aos fatos.

Perguntados sobre as notícias atuais, M. (19) lembra dos casos de dengue que afetam a região²⁴, já F. (16) lembra dos casos de atropelamento, “Maringá... atropelamento, porque aqui só tem atropelamento”, casos comuns também lembrados por G. (17) e J. (26). Por sua vez, MF. (16) diz gostar de acompanhar as notícias e traz características do seu consumo, “de acidente... como está Maringá, sobre as coisas que acontece na cidade... é legal ficar vendo essas coisas, saber de tudo”. Relatos envolvendo casos de feminicídio também foram constantes, B. (22) lembra da morte de Jaciara²⁵, sua colega de trabalho, moradora de Sarandi; já D. (21) lembra o caso envolvendo Maria Glória, estuprada e assassinada quando visitava uma cachoeira na região de Maringá²⁶.

Foi comum a lembrança dos casos envolvendo o coronavírus, quando perguntados sobre as últimas notícias que consumiram. S. (16) classifica o caso como uma catástrofe e registra preocupação, “não acharam ainda uma solução”, R. (15) também se mostra apreensiva, “só espero que isso acabe... é horrível”. P. (21), M. (42), Y. (17), L. (15) e G. (16) também citam o caso. G. (15), no contexto da pandemia de COVID-19, lembra do resgate envolvendo brasileiros que estavam na China e o processo de quarentena a que foram submetidos²⁷. L. (14)

²² Para outras informações consulte RIBEIRO (2020).

²³ Para outras informações consulte CHUVAS ([S.I]).

²⁴ Consulte PARANÁ (2020) para outras informações.

²⁵ Consulte PEÑA (2020a) para outras informações.

²⁶ Consulte PEÑA (2020b) para outras informações. Acesso em: 25 jan. 2021.

²⁷ Para outras informações consulte BIERNATH (2020).

também chama atenção para os casos do coronavírus, da prevenção e da quarentena, além dos alagamentos no Rio de Janeiro e em São Paulo, temporais também lembrados por L. (22) e por I. (18), “as tragédias, as mortes”.

Ainda que em menor quantidade, há aqueles que trazem casos que ganharam repercussão no passado. Y. (17) lembra das queimadas na região Amazônica²⁸, que classifica como “terrível”. S. (16) traz em memória o rompimento da barragem de mineração de Brumadinho (MG)²⁹, que completava um ano, esse tipo de notícia “muito forte” não a agrada, “esse me pegou... forte”. G. (16), telespectador do SBT, lembra também das notícias envolvendo a morte do apresentador Gugu Liberato, no final do ano de 2019³⁰.

Nesse contexto de memória dos fatos, chama a atenção o imediatismo nos relatos que possuem relação com as especificidades das pessoas com deficiência intelectual, visto que a deficiência afeta área cognitiva e acaba interferindo na aprendizagem e na apropriação de conceitos (PAN, 2008; BAVIA; CONEGLIAN, 2014).

Um fator que também é possível tensionar a partir das materialidades coletadas nas entrevistas, diz respeito à qualidade da produção jornalística no âmbito local. Eram comuns em relatos o fato de “não gostar” do jornalismo pela forma que o mesmo era feito e também críticas aos conteúdos que eram veiculados. Programas sensacionalistas ganham destaque e audiência, entretanto, críticas a suas pautas também são comuns. J. (26) reclama da quantidade de notícias ruins, o que a torna “não muito chegada” ao jornalismo. P. (21), por sua vez, critica o estilo do programa Cidade Alerta, “eles ficam falando de morte, estupro... o dia inteiro falando... você fica vendo aquilo... antes eu assistia muito, agora não assisto mais”. Exemplificando a partir de figuras do jornalismo na região, G. (14) lembra de Pinga Fogo, tradicional apresentador da Band na cidade, “ele só sabe falar de morte”, pauta que não lhe agrada. Outro apresentador famoso na cidade é Salsicha, R. (15) questiona seu perfil, “ele é muito revoltado... ele não me engana não, tem vez que mente..., mas ele protege o Paraná... quando ele fica bravo ninguém gosta... Salsicha é Salsicha mesmo”. Aqueles que não acompanham o telejornalismo têm suas explicações, R. (16) diz não acompanhar uma vez que as notícias não chamam sua atenção, “é sem graça, não tem nada de diferente”. Para K. (21) a pauta massiva não agrada, “só passa reportagens... com coisas erradas, mortes, estupro, marido matando mulher, filho matar pai”, acredita que para melhorar, o jornalismo precisava passar “mais coisas boas...”. Já B. (22) é

²⁸ Consulte MARQUES (2020) para outras informações.

²⁹ Saiba mais em JORNAL NACIONAL (2020).

³⁰ Para outras informações consulte G1 (2019).

outro que diz não acompanhar o telejornalismo pelo fato de só transmitirem “coisa ruim”, é pela Internet acompanha o que acontece no mundo, mesmo motivo de FA. (17).

5.1.4 Reconhecimento da importância do jornalismo

Apresentando as características e percepções sobre o jornalismo do grupo entrevistado, um fato comum apareceu nos relatos: o reconhecimento da importância do jornalismo para a sociedade. Mesmo entre aqueles que afirmavam não gostar e/ou não consumir produtos jornalísticos, houve a consideração.

Nesse sentido, foi comum o entendimento da importância do jornalismo em informar as pessoas, compreensão seguida por T. (19), MF. (16), L. (15), G. (14) e S. (16). FA. (17) fala do direcionamento que os jornais são para as pessoas, “ele fala pra nós como estão as coisas, o que está acontecendo”. J. (22) fala da importância de as pessoas acompanharem os jornais, “ficam informadas e conectadas”, L. (14) acrescenta a ideia de prevenção que o jornalismo pode assumir, “informa a gente para nos prevenir”. Embora não acompanhe, K. (21), registra a importância do jornalismo “para ter mais informação para dar para as pessoas, para fazer as coisas certas”. I. (18) faz o caminho inverso para chegar à mesma constatação, entende que se não consumimos “ficamos perdidos”.

A visão do jornalismo como forma de “assistência” para o dia a dia também apareceu em algumas falas. L. (22), por exemplo, fala da importância de as pessoas assistirem o jornal antes de saírem de casa, “para as pessoas saberem de tudo o que acontece antes de saírem de casa... sempre é bom”. D. (21) chama ao fato de o jornalismo dar “segurança” para as pessoas. Já R. (15), relaciona o jornalismo ao fato de dar conselhos aos cidadãos.

Por sua vez, G. (15) reitera a importância do jornalismo para a sociedade, “aí todo mundo fica informado, mas tem jornais que dão uma maquiada, né”, faz referência à Rede Globo, “Mas a Globo eu não assisto não... a Globo é manipulada, na minha opinião. Os outros canais... sei lá, parece que fala a verdade... a Globo só tenta colocar uma imagem ruim do Bolsonaro”. Sobre pessoas que não gostam de jornalismo, “eu acho que sou um dos poucos, nessa idade, que gosta... porque a maioria, hoje em dia, é tudo irresponsável, não pensa na vida”.

5.1.5 Outras formas de consumo mediadas pelo celular

Embora, *a priori*, descartado das preocupações iniciais da pesquisa, devido às dificuldades relacionadas ao letramento da pessoa com deficiência intelectual, o consumo a partir da leitura foi registrado por mediação dos *smartphones*.

O uso de aplicativos de mensagens e redes sociais no celular são algo frequente, 23 dos 27 entrevistados atestaram possuir o aparelho. Aproximadamente 56% acessam o YouTube, 47% o Facebook e 43% o WhatsApp. Porém, são poucos aqueles que consomem conteúdos jornalísticos compartilhados na internet. M. (19) esporadicamente acessa alguma notícia pelo aparelho, “de vez em quando... aquela passada... de vez em quando eu olho, quando é alguma coisa importante”, questionado sobre o que seria importante para ele, exemplifica trazendo as notícias relacionados a saúde, como o caso da dengue. G. (14) chama atenção para as notícias falsas disseminadas no ambiente virtual. Pelo Facebook e pelo WhatsApp recebe conteúdo, “mas as coisas nem tudo é verdade”. Já G. (15) enxerga na internet a possibilidade de a população saber a realidade sem “maquiagem”, “a internet está aí para mostrar a verdade, na minha opinião... ela está aí para mostrar o que a televisão não mostra”.

S. (16) afirma acompanhar as notícias pelo G1, portal mantido pelo Grupo Globo. Já T. (19) busca por notícias na Folha de São Paulo. J. (24) diz que mesmo não utilizando o celular para buscar por notícias acaba recebendo-as, principalmente pelo Facebook.

Além dos usos para entretenimento, alguns citam posturas específicas que para com as ferramentas dos *smartphones*. A própria Juliana, utiliza o Google para pesquisar palavras que não conhece, MF. (16) para pesquisar sobre jogos, vídeos e previsão do tempo, “até converso com o Google”

5.2 ENTREVISTAS: CONSTITUIÇÃO DO HISTÓRICO MIDIÁTICO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

Com a finalidade de conhecer hábitos de consumo jornalístico dos participantes, perceber a interação que eles possuem com os meios de comunicação, além de compreender a presença e o papel do jornalismo em suas relações cotidianas, as entrevistas foram realizadas no decorrer do mês de novembro de 2020 com os cinco integrantes do *corpus* de pesquisa que nos acompanharam até os movimentos finais de campo. Isso posto, é oportuno apresentar as características do grupo. Sendo assim, para preservar a identidade dos participantes, a referência a eles se dará por pseudônimos. Na sequência, expomos um breve histórico de vida para, posteriormente, perceber o histórico midiático dos sujeitos entrevistados.

Aroldo (45), é funcionário público em Santa Fé (PR), uma pequena cidade da Região Metropolitana de Maringá, concursado há 18 anos. Trabalha como *office-boy* na Secretaria de Assistência Social da prefeitura. Questionado sobre que tipo de atividade realiza: “levo documento, busco documento, vou no Correios.... Então essa é minha correria”. Ajuda, também, na distribuição das cestas para as famílias em estado de vulnerabilidade. “Esse é o meu serviço”. Das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, todos os dias. Foi aluno na APAE, deixando a escola para assumir o cargo na prefeitura. Mora junto à mãe, onde, na mesma propriedade, seu irmão, casado, mora aos fundos com sua esposa. Aroldo não sabe ler.

Augusta (56), mora no mesmo município de Aroldo. É mãe de uma filha, que vai se casar no próximo ano no estado de Mato Grosso. Mora com a irmã e com os sobrinhos, que, na ocasião da entrevista, estavam viajando. Sua cachorra Melody acompanhou a entrevista. Augusta possui uma deficiência motora em um dos braços. Ao explicar sobre o projeto, disse já ter feito uma entrevista antes, foi “com o professor Luiz, gravei no meu serviço... era pro tempo das pessoas deficiente [alusão à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência], daí eu peguei e fiz, as meninas [em referência à equipe da APAE] me filmaram”. Trabalha no restaurante de uma empresa de cana-de-açúcar, que produz álcool e açúcar. Sai ainda de madrugada para a labuta, “bem cedo, a gente pega o ônibus... a gente dorme dentro do ônibus, a gente só chega lá quando o motorista acorda a gente. Limpo as mesas, varro o chão.... quando precisa de mim, o chefe me chama e eu vou lá dentro fazer doce, colocar nos copinhos, lavo louça”. Chega em casa no final da tarde. Perguntada sobre a educação, na APAE, “estudei muito tempo... eu ainda sou aluna, se eu sair do serviço eles me pegam de novo (risos)”.

Rosa (24), é moradora de Maringá (PR), está no terceiro ano do Ensino Médio em colégio regular. Mora com os pais e atualmente não está trabalhando. Sua rotina diária consiste em ir à escola, ajudar nas tarefas de casa e distribuir currículos nos supermercados da cidade em busca de uma oportunidade de trabalho. Rosa é integrante do Programa Jovem Aprendiz, coordenado pela APAE da cidade, que visa a inserção de PCD no mercado de trabalho.

Dandara (16) tem 16 anos, além da deficiência intelectual é ensurdecida. Mora com os pais e com a irmã em Maringá. Por conta da pandemia, está afastada do trabalho no Supermercado. Estuda em uma escola bilíngue para surdos, entretanto, com a pandemia, as atividades estão sendo remotas: está no primeiro ano do Ensino Médio. Assim como Rosa, participou do Programa Jovem Aprendiz.

Paulo (16) mora com a mãe e com os dois irmãos mais velhos. Está cursando o primeiro ano do Ensino Médio. Antes da pandemia de COVID-19, estava trabalhando, no contraturno, como empacotador de caixa de supermercado. Com as medidas de isolamento, foi afastado.

O exercício aqui é problematizar, a partir da fala dos participantes, o jornalismo em suas relações cotidianas, percebendo os hábitos, gostos e usos que fazem dos conteúdos jornalísticos e comunicacionais. Para tal, buscou-se a construção de uma tabela para sistematizar particularidades de seu histórico midiático, resultado que pode ser conferido no APÊNDICE C.

Os dados e as informações articuladas a partir das falas de cada sujeito, têm estreita ligação com a sistematização das características possíveis do consumo de pessoas com deficiência, apresentadas no tópico anterior. Nota-se aqui, como essa manifestação se dá de maneira individual e com as mediações socioculturais, como raça, classe, idade e religião, se atravessam para constituir a experiência de mídia de cada cidadão. No APÊNDICE D é possível conferir as notas tirada a partir da entrevista realizada com cada um.

5.2.1 Aroldo

Sobre Aroldo (45), torna-se oportuno pontuar a ausência de letramento na sua formação, ou seja, o próprio revela não consumir texto, “eu não sei ler”, ao relatar o uso do WhatsApp somente por mensagens de voz. Isso revela uma maior influência dos conteúdos audiovisuais em seu cotidiano. A presença do rádio é constante na vida de Aroldo, alega possuir o aparelho, embora seja costumeiro escutar pelo “aparelho de celular... às vezes eu saio e ponho o fone de ouvido”. Uma das justificativas e interpretação que se pode tirar, relaciona-se ao fato de que Aroldo mora numa pequena cidade do interior, onde duas rádios se fazem presentes: a Rádio Comunitária Santa Fé FM e a Rádio Desterro FM, “da Igreja, da Paróquia”; são elas os maiores veículos de comunicação local. Assim, as programações religiosas e de entendimento são as mais consumidas, com o predomínio da música.

A programação televisiva une a família de Aroldo, assiste na companhia da mãe e, ocasionalmente, do irmão, que mora na casa aos fundos, “quando a televisão dele dá problema, aí ele fica ali conosco, até arrumar a dele... a gente assiste todo mundo junto”. A programação da Globo é a mais consumida, embora os programas do SBT, especialmente no domingo, ganhem destaque. As novelas são um conteúdo bastante presente no dia a dia de Aroldo, embora confesse que não entende muito. A rotina de Aroldo demarca a possibilidade de consumo da TV, assiste normalmente quando chega do trabalho, “sete, oito horas, ‘vamos assistir?’, vamos”, uma vez que, na hora do almoço: “não dá tempo, né? Às vezes eu vejo alguma coisinha, eu escuto pela sala, a cozinha é perto... a gente escuta alguma coisa: jornal”.

Especificamente sobre o jornalismo, o consumo tem influência das pautas regionais, visto que a família possui o conversor que dá acesso à programação local das emissoras. “Eu

assisto jornal, mas falar ‘eu gosto’ (risos). Eu vejo as notícias, a gente tem a anteninha digital, então passa o jornal local: os acidentes de Maringá, roubos. Esses dias mesmo, mataram uma menina de 15 anos em Sarandi, e a gente assistiu, tudo”. Não tem uma categoria de notícia que o agrade mais, “pra mim, se eu tiver tempo para assistir eu assisto todas”. As notícias de acidente, assassinatos, “pai mata filho”, acidentes de caminhão, “como a gente tem parente caminhoneiro, gosta de estar assistindo”, são notícias que chamam bastante sua atenção. A presença da agenda de proximidade é constante em seus relatos ao explicar seu consumo jornalístico e os últimos acontecimentos que ganharam a mídia. Entretendo, a pauta do coronavírus domina o noticiário, segundo Aroldo, “agora mesmo o que está na mídia muito mesmo é o tal do coronavírus... é o que está saindo...’ah, saiu vacina pra tal lugar’ ou, ‘mas não deu certo, tão fazendo teste”. Sobre a cobertura da pandemia de COVID-19, “tem amigo meu que não assistia porque falava ‘só ta falando nisso’, mas é bom a gente estar por dentro do que está acontecendo. Tanto como doença, assalto, roubo, enfim”.

Sobre a importância do jornalismo: “eu acho que é bom acompanhar, sempre é bom acompanhar para ver como está o mundo... que nem agora com o coronavírus, o negócio da vacina, se vai sair a vacina, pessoal está ansioso”.

5.2.2 Augusta

Com 56 anos, Augusta passa, no momento da entrevista, por um processo de mudança no turno do emprego, o que acarreta transformações em sua rotina. Passará para o turno da noite no restaurante interno de uma empresa de cana-de-açúcar, “você trabalha mais, você ganha mais... eu tenho que fazer um pé de meia porque uma filha minha vai casar, né?”. Entretanto, seus hábitos e particularidades aqui relatadas vêm da sua rotina atual – sai de casa ainda cedo e volta no final da tarde.

Especificamente sobre sua relação com os meios de comunicação, o fato de ser evangélica media, segundo relato da própria, estilo e característica dos conteúdos consumidos, por exemplo, o fato de não assistir novelas, “melhor filme do que novela, porque novela é só putaria”. Também não escuta Rádio, “eu sou evangélica, você pode pegar [apontando para o celular]... só evangélica”, numa alusão a programação não-religiosa presente nas estações. A religião não a impede de consumir conteúdos da TV, nem em redes sociais. Sobre assistir televisão, “eu gosto tanto que ontem eu fui dormir 1 hora da manhã... fiz café, minha cachorrinha aqui, ventilador ligado e assistindo televisão”. Filmes são o conteúdo que mais gosta de assistir, especialmente os de “*bang bang*”. Assiste televisão à noite. De manhã, antes

de sair para o trabalho, não assiste para evitar acordar os familiares. A presença da família marca o consumo da TV, “minha irmã aqui, eu lá, meu sobrinho aqui [apontando para as poltronas da sala]... quando não cabe aqui, joga o colchão no chão e fica todo mundo aí”.

No tempo destinado à televisão, Augusta acompanha os telejornais, “eu paro em todos, porque jornal é bom a gente assistir, né?”. As notícias de esporte e política são as que mais chamam sua atenção, de maneira específica “as do presidente da república”. Gosta de política. “Mas esse presidente não está com nada... eu queria que ele saísse”. Relata de um sobrinho que não aceita que falem mal de Bolsonaro na frente dele, “mas eu não gosto, uai!”. Questionada sobre jornalistas, lembra de William Bonner, âncora do Jornal Nacional, “mas ele sumiu né, depois que separou da mulher, casou com outro... lascou tudo”.

5.2.3 Rosa

Fã dos jornalistas Eduardo Santos e Salsicha, apresentadores do Maringá Urgente (Rede Massa/SBT), Balanço Geral e Cidade Alerta (RIC/Record), respectivamente, Rosa (24) acompanha diariamente os programas. Desempregada, sua rotina passa por ajudar nas tarefas domésticas e assistir televisão junto aos pais. Divide a atenção entre programas jornalísticos e de entretenimento. Além dos já citados jornalistas, Rosa lembra de William Bonner, âncora do JN, e de Marcelo Rezende, falecido em 2017.

Busca acompanhar os jornais para ficar sempre “informada e conectada”, além de passar as notícias da cidade para os familiares, como exemplifica: “meu pai é motorista da circular, de vez em quando um ônibus bateu, aí ele pergunta pra mim o que aconteceu com a família... aí eu conto, se morreu, se estão bem”. Sobre notícias atuais, lembra a morte do pai dos cantores Zezé di Camargo e Luciano³¹ e do assassinato de João Alberto Freitas³², por seguranças da rede Carrefour em Porto Alegre, ocorrido na semana anterior a entrevista. Ao tentar resumir o fato, concluiu: “acusaram ele de bater numa mulher, mas não bateu... bateram nele e deu no que deu”.

Com seu *smartphone* acessa redes sociais como: Facebook, WhatsApp e YouTube. Utiliza o Google para pesquisar palavras que não sabe. Pelo aparelho não pesquisa notícias, embora ateste que “de vez em quando, aparece no Facebook”. Notícias de famosos chamam sua atenção.

³¹ Para outras informações consulte MARTINS (2019).

³² Consulte O GLOBO (2020) para outras informações.

5.2.4 Dandara

A rotina de Dandara (16) mudou com a pandemia, afastada do serviço por conta do isolamento social, está estudando remotamente. O que não muda é a presença da televisão na rotina da família, o aparelho fica na sala, onde se reúnem para assistir à programação. A Rede Globo é sua emissora favorita; acompanha os jornais da RPC, afiliada da emissora no estado, o Jornal Nacional, novelas e o BBB, “eu fico assistindo a Globo para um dia eu aparecer lá”.

Um dos motivos que fazem Dandara gostar de assistir jornal é a presença da Maria Júlia Coutinho, âncora do Jornal Hoje, da Rede Globo, “porque a Maju é boa”, nesse processo, é visível a identificação, admiração e representatividade para com a jornalista. Outro fator que Dandara aponta para assistir jornais é o fato de uma irmã morar no Rio de Janeiro e não possuir televisão: “a gente vai passando o que está acontecendo para ela” e de um irmão que mora em Santa Catarina. Assiste todo o dia jornal. De manhã não assiste, pois está em aula. Os jornais da noite são os mais assistidos, “porque o da noite fala de tudo, né?”. Outro produto jornalístico que traz é o programa do Salsicha, o Balanço Geral, “meu pai ama o Salsicha”. Dandara diz não gostar do Salsicha, “é um pouco enjoativo, ele fala demais...”, sobre o perfil do apresentador, reitera, “ele é muito revoltado... ele não me engana não, tem vez que mente..., mas ele protege o Paraná... quando ele fica bravo ninguém gosta... Salsicha é Salsicha mesmo”.

Dandara visualiza no jornalismo um canal para a população receber conselhos e “avisos” para viver o dia a dia. Como pode ser observado neste caso, gosta de assistir o Meio Dia Paraná³³, uma vez que, o jornal “fala da nossa região e é importante a gente saber, por exemplo, aqui em Maringá está osso o coronavírus... então a gente fica sabendo o que está acontecendo, para a gente poder se prevenir”.

Dandara explica a admiração pela jornalista Maria Júlia Coutinho, “eu a conheci quando ela começou a fazer a previsão do tempo... o jeito dela se apresentar no jornal é uma forma tão diferente, faz a gente ter interesse por ela. Eu gosto da Maju porque a Maju, por mais que ela é jornalista na televisão, ela também fala tudo o que ela tem que falar, ela se joga para as pessoas poderem entender o lado de cada um, por exemplo: igualdade, ter respeito. Também eu gosto dela, porque ela não tem medo de falar o que ela pensa o que ela sente. A voz dela, pelo jeito que ela fala, eu consigo entender melhor”. Dandara diz que Maju, “faz ter vontade de assistir,

³³ Telejornal da RPC TV, afiliada da Rede Globo no estado do Paraná.

ela mostra aquilo... meu pai até ama a Maju, fala que é fã dela... todo mundo lá de casa gosta dela”.

Sobre as notícias recentes, lembra do contexto do movimento *Black Lives Matter*³⁴, que organizou diversos protestos após a morte de George Floyd por um policial nos Estados Unidos³⁵. “É uma falta de consideração, pois nós, povo negro, não tem nem um minuto de paz... depois que teve o cara lá nos Estados Unidos foi morto pelo policial, por achar, só por causa da pele, por ele ser negro... o mundo mesmo começou a se revoltar. O que vem me deixando mais meio assim... é o racismo mesmo, a falta de igualdade, de tolerância, de amor ao próximo e também o coronavírus”. E relaciona à realidade brasileira, pois acompanhava os desdobramentos após o assassinato de João Alberto em Porto Alegre. “Todo o ano é a mesma coisa, gente negra morta no Brasil”. Sobre os protestos, “não está errado, não vou mentir, não está errado em fazer uma manifestação dessa..., mas não ao ponto de eles queimarem as coisas..., mas não é só no mercado que acontece isso”. Dandara indiretamente repercute o discurso que dominava a mídia naquele momento: a revolta pela morte de um homem e o rechaço pela violência ao patrimônio do supermercado. Traz o contexto dos fatos para sua realidade particular, “o meu medo mesmo... a minha irmã não é da minha cor, mas ela é negra, ela não fala que ela é branca, ela é parda, mas ela é do meu sangue, dos meus pais que são negros... o medo dela é que acontece um mal comigo, com minha mãe e com a minha irmã... depois que aconteceu com o cara lá dos EUA, que o povo se revoltou ainda mais com o João Alberto, um dia antes da consciência negra... está muito errado isso... como que querem que a gente viva normal, se estão fazendo com os negros?... tá difícil... eu tenho medo de que aconteça algo... aí eu vou chorar.”

Não possui rádio. O computador fica no quarto da irmã, usando apenas “quando é necessário”. Dandara assiste pelo celular às aulas do ensino remoto. No *smartphone*, utiliza o WhatsApp, Instagram e Facebook. Também consome notícias pela internet.

É mais uma que compreende a função do jornalismo para a sociedade: “o jornalismo traz informação, para ficarmos em alerta... o jornalismo tão ali para ajudar o mundo, para as pessoas terem... consciência”. E confessa, “se eu puder ser jornalista eu até seria, mas não sei se tenho paciência”.

³⁴ Vidas Negras Importam.

³⁵ Para mais informações consulte ARRUDA (2020).

5.2.5 Paulo

Os programas de jornalismo esportivo chamam a atenção de Paulo (16), Globo Esporte e Jogo Aberto são seus favoritos. Na televisão, gosta de assistir futebol, desenho e jornal. Também é usuário da Netflix. Escuta rádio tanto pelo aparelho tradicional, quanto pelo celular, acompanha as principais emissoras da cidade de Maringá, Jovem Pan, Maringá FM, Massa FM, Mix, embora a programação seja majoritariamente voltada à música. Pelo *smartphone*, utiliza o YouTube, WhatsApp e para jogar em aplicativos. Utiliza o Google para pesquisar sobre jogos, vídeos e previsão, “até converso com o Google”.

Sobre as notícias que chamaram sua atenção, lembra da morte de Diego Maradona, maior jogador da história do futebol argentino³⁶, acontecida na véspera da entrevista, “fiquei mó triste”. Sobre o caso do assassinato de João Alberto, “eu vi no jornal... eu acho muito errado matar a pessoa sem provas... tem que denunciar esse policial”. Já sobre o coronavírus e a cobertura jornalística sobre a pandemia, Paulo lembra do desrespeito com a saúde pública, “muita gente achando que é brincadeira”. Especificamente sobre o jornalismo local, Paulo cita a admiração pelo apresentador Salsicha, “eu acho muito legal assistir, porque ele é muito engraçado... ele traz muita notícia que a gente não sabia que estava acontecendo em Maringá”. Entende a importância de o jornalismo para “a gente saber o que está acontecendo no Brasil, no dia a dia” e exemplifica: “assim... coronavírus chegou, passa no jornal que tem que usar a máscara... ele vai sair sem... ele vai ganhar uma multa, porque ele não viu o jornal”.

5.3 GRUPO NO WHATSAPP: REGISTRO E COMPARTILHAMENTO DOS CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS CONSUMIDOS

Antes de avançar, é importante pontuar que a exposição dos resultados do percurso de campo se deu de maneira cronológica neste texto, portanto, a constituição de um espaço para interação e compartilhamento de mensagens entre os cinco participantes da pesquisa se deu a partir dos desdobramentos da análise das entrevistas. Ou seja, algumas características e constantes reverberaram a partir da fala dos sujeitos e, com isso, a estratégia da criação do grupo *online* foi de perceber como se dava a mobilização do consumo e as especificidades da manifestação dessas particularidades e gostos. É possível notar cinco características que atravessam o histórico midiático dos participantes descritos anteriormente: 1) a influência do jornalismo de proximidade; 2) a personificação e referência da experiência midiática a partir de

³⁶ Consulte G1 (2020) para outras informações.

apresentadores; 3) as pautas sensacionalistas; 4) o agendamento midiático; e 5) a presença da família no consumo. O desejo e possibilidade de aprofundamento e problematização de cada uma delas foi a força propulsora para a mobilização dessa técnica.

A proposta consistia no compartilhamento diário daqueles conteúdos jornalísticos que mais chamassem a atenção do participante naquela edição, seja por áudio, texto, foto ou vídeo, além de uma breve explicação do porquê. Assim, teve como intenção perceber quais programações jornalísticas eram privilegiadas pela audiência? Quais tipos de conteúdo e pautas reverberavam? Como se constituía a agenda pessoal de cada um? Sendo assim, o movimento atravessou uma semana, do dia 11 a 18 de janeiro de 2021. A orientação foi que não mudassem sua rotina individual para participar da dinâmica, mas inclui-la no dia a dia.

Na sequência, debatemos os conteúdos e articulações possíveis se serem problematizadas, a partir da materialidade compartilhada pelos sujeitos participantes.

5.3.1 A personificação do jornalismo na figura do apresentador

Uma das primeiras características possíveis de serem observadas do consumo dos sujeitos participantes, tem relação com a identificação e proximidade para com o jornalista/apresentador/âncora. Explico.

Nos movimentos anteriores, já era possível identificar a forte presença dos apresentadores de programas jornalísticos no histórico midiático dos sujeitos. Seus nomes – Eduardo Santos³⁷, Salsicha³⁸, William Bonner³⁹, Maria Júlia Coutinho⁴⁰ – eram utilizados para localizar quais produtos jornalísticos eram consumidos pela audiência. Ou seja, a figura do apresentador assume um papel de relevância e direcionamento, mais até do que o próprio jornal e emissora.

Foi assim que Rosa (24) situou, em diversas oportunidades, os participantes do grupo da sua rotina de consumo e, também, de notícias que chamavam sua atenção. Como, por exemplo, se referindo ao programa Maringá Urgente:

Eu estou assistindo Eduardo Santos, né? O homem foi pintar o muro, aqui em Maringá, quase que ele morreu... ele estava com os equipamentos de segurança... quase ele morreu, mas não morreu não. (Rosa, 12/01/2021)

³⁷ Repórter com destaque no jornalismo policial, já apresentou o Tribuna da Massa, na praça de Maringá. Atualmente é apresentador do Maringá Urgente na Rede Massa (SBT).

³⁸ Apresentador do Balanço Geral Maringá e o Cidade Alerta Maringá na RIC Record TV.

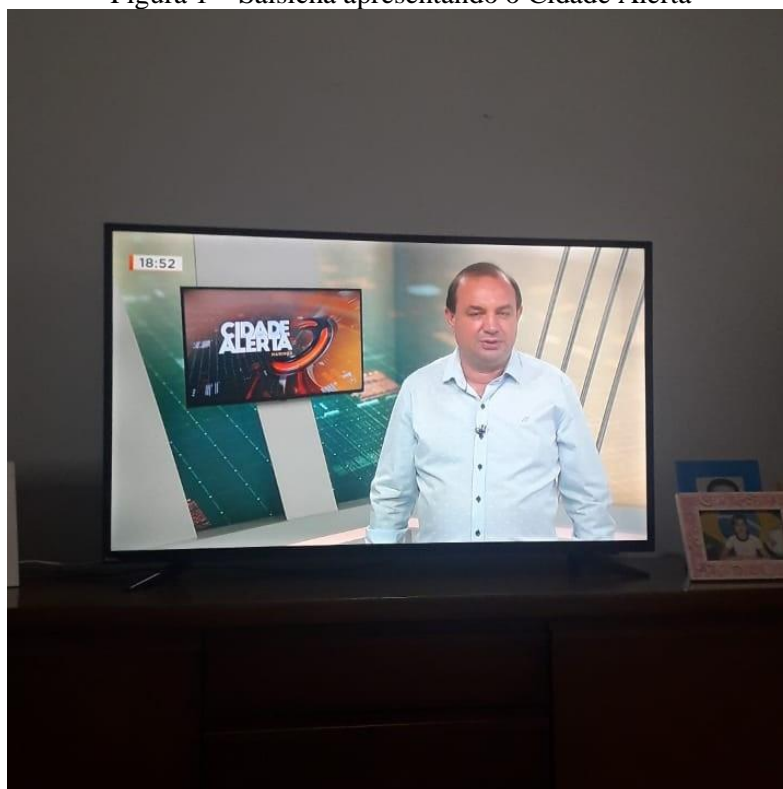
³⁹ Jornalista. É editor-chefe e apresentador do Jornal Nacional, da Rede Globo.

⁴⁰ Jornalista. É âncora do Jornal Hoje na Rede Globo.

Em outras oportunidades, o nome do apresentador apareceu substituindo o nome do próprio jornal, “Vi no programa do Salsicha” (Rosa, 14/01/2021), “eu to vendo agora o programa do Bacci” (Rosa, 15/01/2021).

Nesse sentido, nota-se o resultado do esforço de construir um sentimento de pertença e proximidade para com o público. É comum observar o uso de jogo de câmeras, da linguística e de recursos áudio e audiovisuais para aproximar o telespectador do programa. Por exemplo, Paulo (16) caracteriza Salsicha, apresentador do Balanço Geral e do Cidade Alerta como “engraçado”, Dandara (16) gosta da personalidade do apresentador porque “ele se revolta”. Na Figura 1, compartilhada por Rosa com os demais integrantes do grupo, é possível compreender a questão da proximidade e o sentimento de pertença estimulado pelos apresentadores. “Eu estou vendo o Salsicha, ele está aqui conversando com o povo”.

Figura 1 – Salsicha apresentando o Cidade Alerta



Fonte: Arquivo pessoal.

Há outros fatores que podem levar à personificação dos conteúdos jornalísticos para com os apresentadores. Dandara (16), como já relatado anteriormente, possui um sentimento de admiração e identificação pela jornalista Maria Júlia Coutinho, “por mais que ela é jornalista na televisão, ela também fala tudo o que ela tem que falar, ela se joga para as pessoas poderem

entender o lado de cada um, por exemplo: igualdade, ter respeito. [...] faz ter vontade de assistir, ela mostra aquilo”.

No caso de Dandara, a questão da raça atravessa a identificação, levando-a até a almejar carreira como jornalista. É possível compreender essas situações pelo fato da audiência se ver representada pela fala, gestos, vestimenta e pela pauta abordada por cada um dos jornalistas. Quando visualizamos o jornalismo de proximidade e sua relação com o sensacionalismo, tópicos que serão discutidos na sequência, é fundamental observar como a audiência se vê representada: enxerga sua rotina, os problemas do seu bairro, do transporte coletivo, as preocupações dos vizinhos na televisão. Em entrevistas, foi comum remeter aos jornalistas/apresentadores como capazes de “solucionar” ou lutar para solucionar os problemas sofridos pela população.

5.3.2 Jornalismo de proximidade: o local em pauta

Antes de refletir a partir dos conteúdos compartilhados pelos participantes, propomos que realizemos um movimento de recuperar a compreensão de jornalismo de proximidade que articulamos aqui. Cecília Peruzzo (2005) o caracteriza a partir de processos de identificação e conseqüentemente, pertencimento. Deste modo, nota-se a constituição de uma relação entre veículo e público atravessada pelo sentimento de pertencimento àquela comunidade, assim, recebem informações específicas que fazem sentido para sua vivência comunitária e cotidiana.

Até mesmo na televisão, com sua amplitude capacidade de transmissão, tem-se notado um olhar voltado a pensar a materialidade do local em suas produções. Fato que atravessa a experiência midiática dos participantes da pesquisa, a partir da programação de emissoras afiliadas a grandes redes até à territorialização das praças de cobertura jornalística, ou seja, chama a atenção para “incremento das redes regionais, no aumento de programas produzidos nas regiões e na maior preocupação em se cobrir jornalisticamente as cidades vizinhas e não apenas as cidades-sede da estação geradora” (PERUZZO, 2005, p. 69). Nessas produções, os conteúdos jornalísticos detêm o foco principal movido pelos acontecimentos locais.

Sendo assim, o jornalismo de proximidade se alicerça na informação gerada no território e identidade daquela determinada comunidade para produzir. Peruzzo (2005, p. 74) compreende a proximidade no jornalismo de acordo “aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região, que têm muito a ver com a questão do *locus territorial*”. É possível observar algumas tendências emergirem quando pensamos o jornalismo local, tais como: laços político-econômicos e sua interferência na construção da notícia; a

informação de proximidade atrelada às especificidades e ao organismo daquela comunidade; confronto entre fatos *vs.* versões: por estarem acompanhando os acontecimentos de forma direta, apoiado por sua vivência ou presença no evento, um embate entre fatos e versões, a partir do sujeito e da mídia se apresenta com maior naturalidade; os *releases* que tornam os veículos meros “jornais declaratórios”; e a falta da apuração *in loco*.

Então, podemos avançar e compreender a presença do jornalismo de proximidade na recepção dos sujeitos participantes.

O primeiro ponto que podemos observar é a forte aderência à programação jornalística local, em detrimento de telejornais com abrangência nacional. Foram consumidos ao longo da semana conteúdo dos seguintes programas regionais: Boa Noite Paraná e Meio Dia Paraná, na RPC/Globo; Balanço Geral na RIC/Record; e Maringá Urgente (Massa/SBT). Dentre os programas com pauta nacional, foram citados Fala Brasil e Domingo Espetacular, ambos transmitidos pela Record. Há uma forte aderência e fidelidade aos programas. Rosa, por exemplo, é telespectadora assídua do Balanço Geral e do Maringá Urgente. Aroldo prefere acompanhar a programação da RPC TV. Dandara, influenciada pela família, também privilegia a programação da afiliada da Rede Globo no estado.

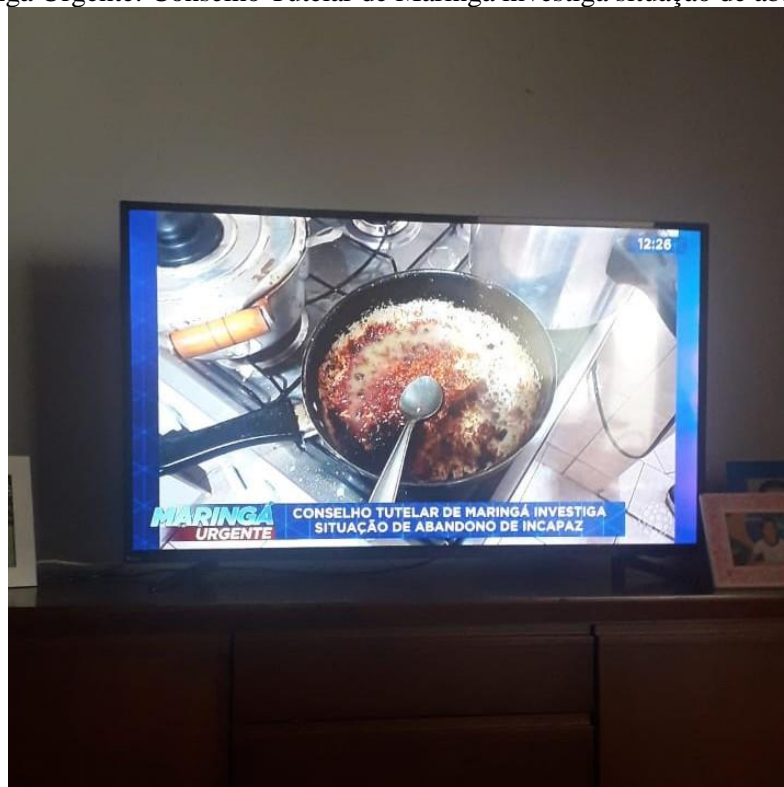
Quando observada a materialidade da pauta que reverberava para cada um, tem-se a característica do factual atravessado pelo local. No dia 12/01/2021, Rosa trouxe o caso do abandono incapaz e a atuação do Conselho Tutelar de Maringá na ocorrência.

Uma reportagem do Eduardo Santos. A mãe abandonou uma criança com nada para comer... né, com certeza as drogas estão no meio. Vamo supor, ela abandona porque quer usar droga... esse caso aí. E a criança, o conselho tutelar pegou e agora está sob ele a responsabilidade, entendeu? Eu acho muito importante o que eles fazem né, porque, salvar as crianças dessas pessoas. Porque igual o Eduardo Santos fala: “pra fazer filho presta, mas pra cuidar...” não dá nem. Eu tava pensando aqui, eu acho que porque não tem condições de cuidar né e aí começa a usar droga, começa com más companhias, e vai ver os pais também usa droga... aí eu vou usar droga. Isso é muito triste. A mãe larga o menino sem comida e vai embora pra rua, entendeu? Não pensa nele, se ele quer um banho, se ele quer um biscoito, se ele quer um chocolate... se ele quer um carinho dela, entendeu? Com certeza ta com as drogas aí. Ta tudo no meio. (Rosa, áudio).

Você sai de casa e deixa a criança só com um biscoito... ai não né rapaz. Muitas vezes tem droga no meio né? As vezes a mãe começa a usar droga, os pais também... aí vou usar droga e nem pensar no meu filho. Se você visse a situação da casa, como é que tava. Que nem a Guarda Municipal falou, a Guarda Municipal não, a conselheira tutelar, tava muito... ai meu deus... péssimas condições, tava assim tudo sujo, mosca. Os conselheiros são bom porque eles entram em ação, eles pega a criança e leva... deixa com algum responsável, tipo um tio, um avô, um primo, tendeu? Se você ver a situação que a mãe deixou a comida lá... é muito triste. (Rosa, áudio)

O áudio transcrito acima veio acompanhando da Figura 2, que tem ligação com o enfoque dado por Rosa na alimentação ao descrever o acontecimento.

Figura 2 – Maringá Urgente: Conselho Tutelar de Maringá investiga situação de abandono de incapaz



Fonte: Arquivo pessoal.

Pautas comuns relatadas nas entrevistas, acidentes nas estradas e ruas, apareceram durante a experiência do grupo. Rosa, trouxe o caso da batida entre um carro e um ônibus na rodovia⁴¹. “To vendo agora o programa do Salsicha. Carro bate em ônibus entre Campo Mourão e Luiziana. Cada acidente né? Se tivesse um pouquinho mais de atenção e cuidado, tava todo mundo bem”. (Rosa, 15/01/2021). Apreciam também as notícias sobre o clima, pois a região de Maringá passou por fortes chuvas durante o mês de janeiro.

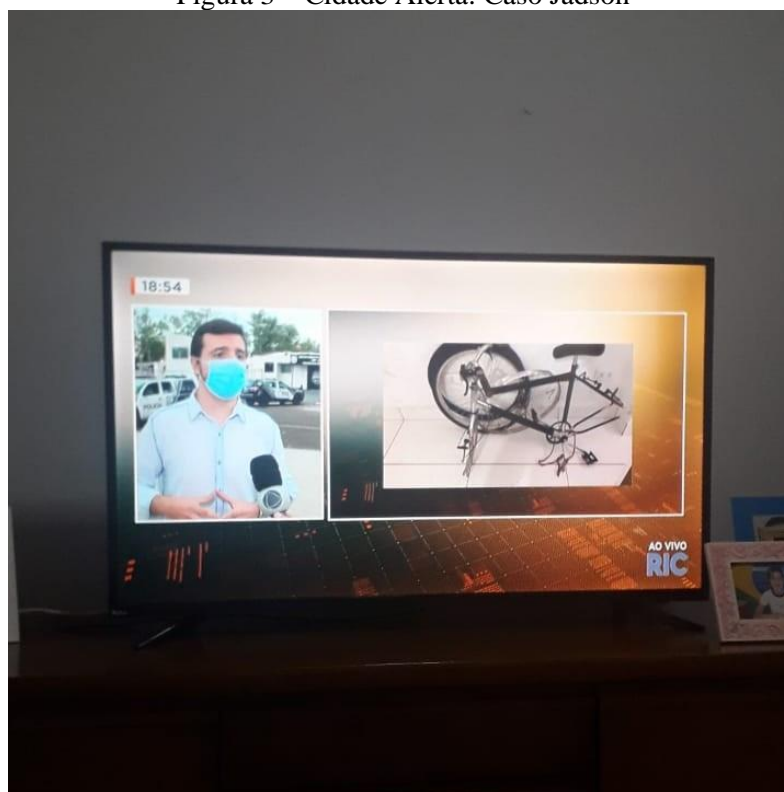
Os casos de violência e assalto repercutiu.

Vi no programa do Salsicha... Suspeito é preso com bicicleta de vítima de tentativa de latrocínio. É um cara que mataram... não é mataram... é um cara que quase mataram hoje, ali perto do Moinho Vermelho, num barracão abandonado... parece que ele era homossexual... aí alguém bateu nele, entendeu... ele está internado no HU, mas quase mataram ele. E a mãe, passou no jornal do meio dia, está indignada... não mataram ele não, ele tá lá em coma.... o irmão dele passou a história para o Salsicha, diz que ele não come, ta tipo paralisado. Os ladrão ta

⁴¹ Para outras informações consulte BALANÇO GERAL (2021a).

batendo por tudo, dando coronhada, eles não têm dó não. (Rosa, por áudio, 14/01/2021).

Figura 3 – Cidade Alerta: Caso Jadson



Fonte: Arquivo pessoal.

O caso Jadson, como ficou conhecido, continuou a repercutir na cidade com o andamento das investigações e com o estado de saúde da vítima. Fato específico que esteve presente nas discussões do Grupo Focal Online, que ainda será exposto.

Pautas de abrangência nacional como o retorno das aulas em escolas e colégios foram apresentadas a partir das particularidades da região. Como trouxe Aroldo, em gravação de vídeo da sua televisão, sobre o ensino híbrido no Paraná⁴². Dandara, estudante, também apresentou a pauta da educação, no dia 12/01/2021, utilizando um *gif*, capturou a tela com as alterações na lei em vigor sobre o projeto do governo Ratinho Júnior de criação de novos Colégios Cívico-Militares no estado⁴³.

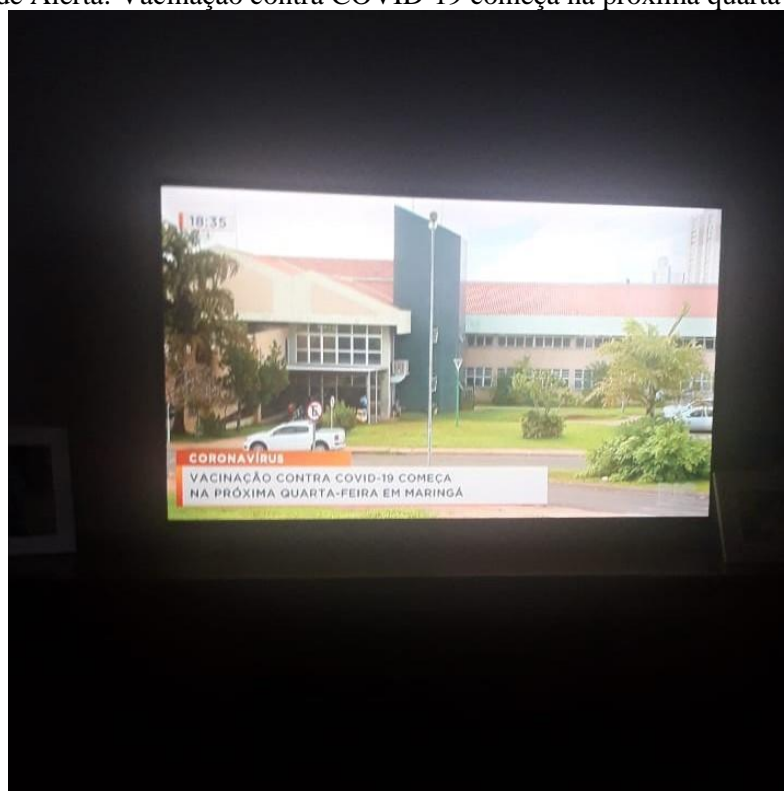
Os preparativos para a chegada da vacina na região também foram motivo de atenção entre os participantes. No dia 14/01/2021, por mensagem de texto, Paulo se referiu à expectativa da liberação e chegada de vacinas para a cidade: “vacina já está em Maringá vai ser aplicada no dia 20 quarta feira❤️”. Por áudio, explicou: “eu vi no jornal do meio-dia, se não me engano.

⁴² Saiba mais em MEIO DIA PARANÁ (2021a).

⁴³ Consulte CBN (2021) para outras informações.

Daí eu vi que o Ulisses Maia ia liberar a vacina, mas primeiro ia ser para os médicos, depois ia ser para a gente”. A complexidade envolvendo a liberação das vacinas do Instituto Butantan pela ANVISA e a logística para efetivação do Plano Nacional de Imunização, podem ter confundido Paulo, visto que, naquele dia, o prefeito da cidade, Ulisses Maia, informou que a cidade estava pronta para iniciar a vacinação assim que as doses fossem liberadas e chegassem ao município⁴⁴. No dia seguinte, a pauta ainda repercutia. Rosa escreveu: “🙏🙏🙏🙏🙏🙏
Agora no programa do Salsicha. Vacinação contra o covid-19 começa na próxima quarta-feira em Maringá. Ai Felipe que coisa boa, em? Coisa ótima. Vacinação contra a pandemia, vamos ver se vai resolver.”. A Figura 4 acompanhou.

Figura 4 – Cidade Alerta: Vacinação contra COVID-19 começa na próxima quarta-feira em Maringá



Fonte: Arquivo pessoal.

Após terem repercutido e comemorado a aprovação da vacina produzida pelo Butantan pela ANVISA, no domingo, 17/01/2021, as expectativas para a chegada das doses no estado e o início da vacinação apareceram como destaque. Aroldo, no dia 18/01/2021, por mensagem de áudio disse:

Eu também hoje assisti, não lembro qual jornal. Mas dia 20 já está em Londrina, pessoal de Londrina, dia 20 já vai começar a vacinar, mas a repórter falou que não... tipo assim, que não vai poder abrir mão das máscaras. Não é

⁴⁴ Para outras informações consulte CORDEIRO (2021).

porque vacinou que não vai usar mais máscara, vamos usar máscara normalmente. Foi essa a informação que eu tive. Não lembro qual foi o jornal que assisti do meio dia. Mas é isso que eu tenho para passar para vocês.

Augusta, Paulo e Dandara comemoraram e disseram estar ansiosos para quando a vez deles chegasse.

Como é possível notar, o jornalismo de proximidade ganha destaque na agenda individual. De maneira específica, o enfoque e a atenção empreendida estão atravessados com a experiência de vida de cada um, seja como trabalhador, estudante e/ou cidadão. A preferência pela programação regional é nítida, bem como a aderência à programação jornalística por afinidade com os apresentadores e horários.

É oportuno abrir um novo tópico para debater as implicações do sensacionalismo nos conteúdos consumidos e destacados pelos participantes. Embora sua natureza atravesse as especificidades do jornalismo local.

5.3.3 Sensacionalismo

Novamente é conveniente trazer a conceituação que dá sustentação à discussão. Assim, podemos compreender o sensacionalismo como uma prática noticiosa que tem prioridade e desejo em gerar impacto emocional na audiência, a partir da seleção, ênfase e repetição de elementos narrativos e imagéticos exagerados, dramáticos e comoventes. Rosa Nívea Pedroso (2001) entende que para tornar uma notícia espetacular há o movimento de exagero na linguagem, na cobertura do fato e no uso de imagens, buscando o envolvimento emotivo do público.

O sensacionalismo, então, é a exploração desse fascínio pelo extraordinário, pelo desvio, pela aberração, pela aventura, que é suposto existir apenas na classe baixa. E é no distanciamento entre leitura e realidade que a informação sensacional se instala como cômica ou trágica, chocante ou atraente. (PEDROSO, 2001, p. 52).

Dessa maneira, segundo Pedroso (2001), o jornalismo sensacionalista produz informações que passam, necessariamente, pela intensificação e exagero na construção da narrativa, contendo elementos e valores desproporcionais, construídos ou tirados do contexto do acontecimento. Constituem-se como elementos para o sensacionalismo a exposição repetida da violência e da desgraça alheia, a tragédia, a exploração do sexo, o machismo, a marginalidade, o vulgar e o preconceito, por exemplo. Angrimani Sobrinho (1995), apresenta elementos como a proximidade, a emocionalidade e a subjetividade não apenas como estratégia

mercadológica articulada pelo jornal, mas, para o auxílio psicanalítico, respondendo às necessidades da audiência.

Assim, a presença do sensacionalismo no consumo dos sujeitos participantes já era percebida desde os movimentos exploratórios. Na oportunidade, eram comuns críticas aos conteúdos veiculados, tais como: assassinato, estupro, roubos e violência, atrelados especialmente aos programas Maringá Urgente, Cidade Alerta e Balanço Geral, referenciados a partir dos seus apresentadores.

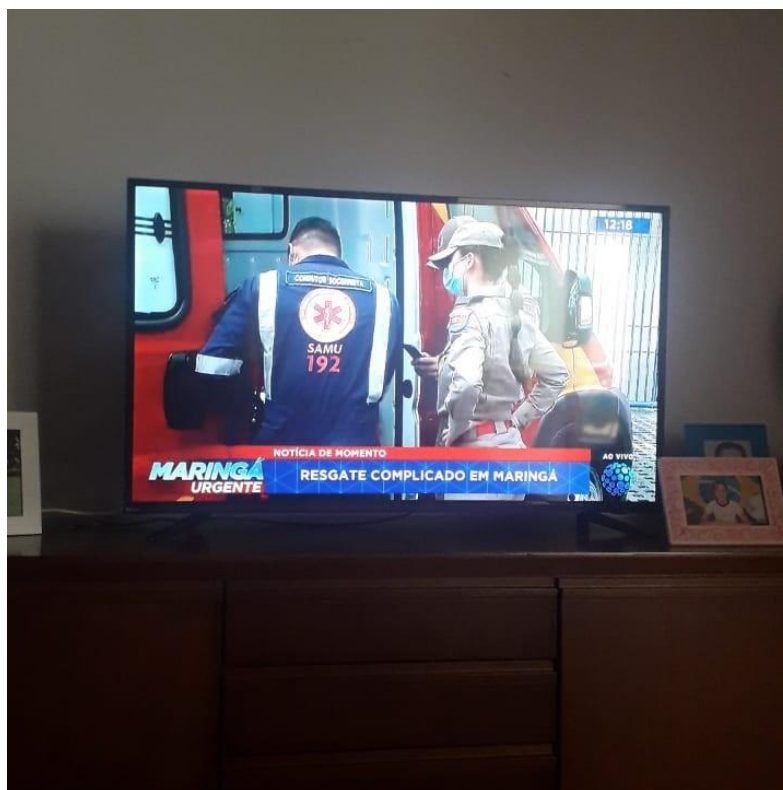
Para materializar essa reflexão, é oportuno observar a quantidade de conteúdos compartilhados possíveis de serem enquadrados como sensacionalismo, seja em relação à pauta ou pelas características da narrativa. De um total de 21 assuntos, 8 possuíam fortes traços de espetáculo, conforme possível observar no APÊNDICE E.

Duas já observamos anteriormente, Figura 2 e Figura 3, o caso envolvendo o abandono de menor e do caso de tentativa de latrocínio contra o estudante Jonas. Outras reportagens foram compartilhadas. Na sequência, são apresentadas.

Rosa é quem compartilha a maioria, a partir de sua audiência ao “programa do” Salsicha e Eduardo Santos.

Eu estou assistindo Eduardo Santos, né? O homem foi pintar o muro, aqui em Maringá, quase que ele morreu... ele estava com os equipamentos de segurança... quase ele morreu, mas não morreu não. Por enquanto eu to vendo Eduardo Santos, depois eu vou trocar pra outros canais. (Rosa, áudio, 12/01/2021)

Figura 5 – Maringá Urgente: Resgate complicado em Maringá

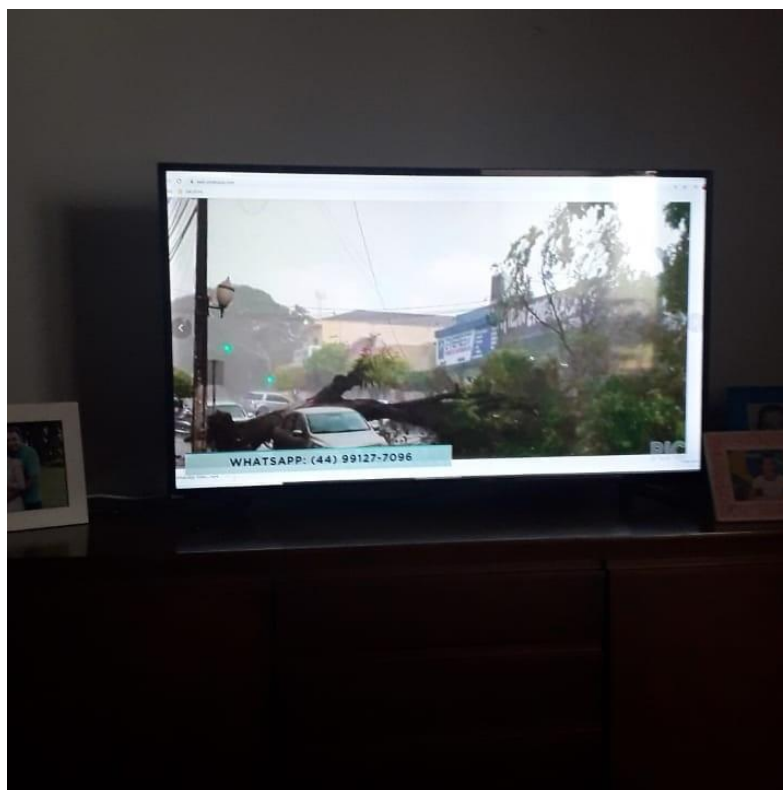


Fonte: Arquivo pessoal.

Os transtornos climáticos, também foram compartilhados. A Figura 6, do dia 12 de janeiro, tem relação com as fortes chuvas que atingiram a região de Maringá naquela semana. Rosa, em mensagem de áudio, narrou: “to aqui vendo a reportagem do Salsicha... árvore caída lá em Paysandu. Deu muito temporal”. No mesmo contexto, porém, no dia 15, Rosa, trouxe suas preocupações e opiniões, por áudio e por foto, conforme é possível observar na Figura 7 sobre a atuação dos Bombeiros no resgate de uma ambulância levada pela chuva em São Paulo.

Eu to vendo agora o programa do Bacci, passa às 16:30 na Record. Temporal deixa pessoas ilhadas e bombeiros fazem resgate. Os bombeiros salvando vidas, né professor, isso é o que mais tem. Eles são heróis. Eles salva cachorro... salva... tudo né. E ta um temporal lá em São Paulo e eles estão salvando... tentando... tirar da chuva uma ambulância. (Rosa, áudio).

Figura 6 – Cidade Alerta: Chuvas em Maringá



Fonte: Arquivo pessoal.

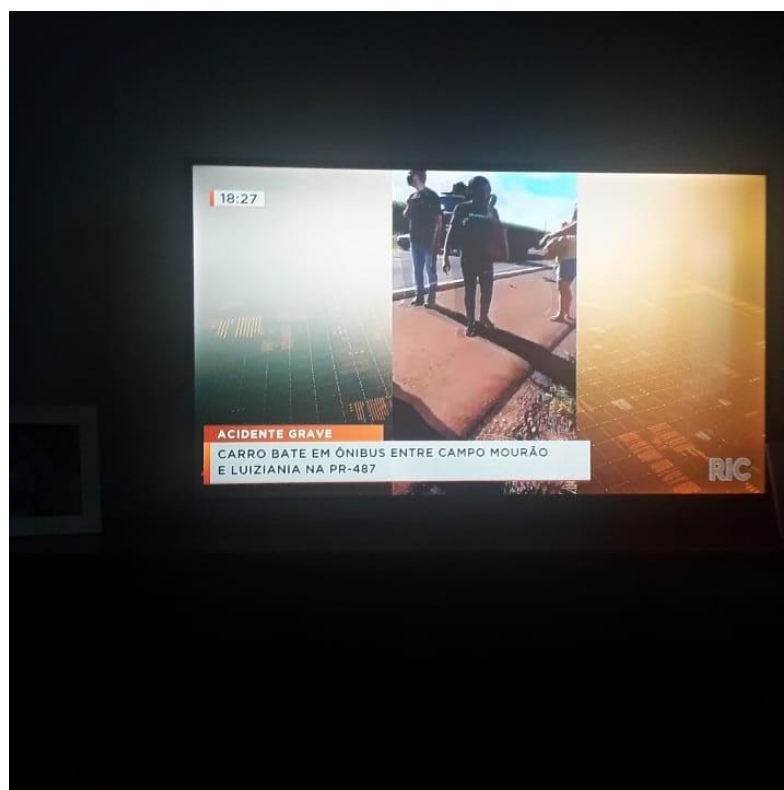
Figura 7 – Bacci: Temporal deixa pessoas ilhadas e bombeiros fazem resgate



Fonte: Arquivo pessoal.

Acidentes de trânsito foram lembrados. Como o que ocorreu entre um carro e um caminhão na rodovia que liga Campo Mourão (PR) a Luiziana (PR). “To vendo agora o programa do Salsicha. Carro bate em ônibus entre Campo Mourão e Luiziana. Cada acidente né? Se tivesse um pouquinho mais de atenção e cuidado, tava todo mundo bem” (Rosa, áudio, 15/01/2021).

Figura 8 – Cidade Alerta: Carro bate em ônibus entre Campo Mourão e Luiziana na PR-478



Fonte: Arquivo pessoal.

A origem das reportagens converge em dois programas: Cidade Alerta e Maringá Urgente. Assim, faz-se necessário compreender a dinâmica dos programas e observar o sensacionalismo noticioso que dá sustentação à programação.

O Cidade Alerta é apresentado por Salsicha, veiculado diariamente às 18h na RIC, afiliada da Record no estado. A descrição do programa em seu site traz as seguintes informações: “Acompanhe os acontecimentos mais marcantes de Maringá e região, apresentado pelo Salsicha. Se deu B.O., tá no Cidade Alerta!”. A promessa de entrega de fatos marcantes é concretizada, o jornalismo policial é frequente. Já o Maringá Urgente, na Rede Massa (SBT), é apresentado por Eduardo Santos e tem o foco em priorizar a segurança da população. Nas redes sociais a descrição do programa é da seguinte forma:

Sob o comando de Eduardo Santos, o programa Maringá Urgente traz a cobertura policial completa de Maringá e região. Com foco na comunidade, numa relação interativa lado a lado com a população, que também sugere pautas e participa ativamente por meio de WhatsApp e Redes Sociais.⁴⁵

O programa vai ao ar diariamente às 11h. Eduardo Santos foi repórter e apresentador do Tribuna da Massa, quando conseguiu destaque e foi líder de audiência. Atualmente, apresenta o Maringá Urgente, no qual faz a cobertura policial da região.

É perceptível uma familiaridade no segmento de atuação e cobertura jornalística de ambos os programas. Note-se que não são concorrentes de horário, um é veiculado pela manhã, outro no final da tarde, possibilitando à audiência que incorpore em sua rotina o que melhor se adequa.

5.3.4 A aderência a pautas nacionais

Nos movimentos anteriores – pesquisa exploratória e entrevistas – foi possível observar duas noções que examinaremos a seguir: a baixa influência de jornais de cobertura nacional e a pauta do coronavírus. Ao contrário dos programas jornalísticos regionais, os telejornais de abrangência nacional em horário nobre, como o Jornal Nacional, Jornal da Band, SBT Brasil, por exemplo, não tiveram citação explícita em nenhum momento. Duas experiências de programas nacionais foram trazidas no final de semana: Fala Brasil e o Domingo Espetacular, ambos na Record.

Em diferentes oportunidades, notou-se a referência a assuntos que extrapolam o âmbito local, como o colapso da saúde em Manaus⁴⁶, a aprovação da vacina contra a COVID-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)⁴⁷, o retorno das aulas presenciais na educação⁴⁸, a alta no preço do gás de cozinha⁴⁹ e a fase final da Copa Libertadores da América. É oportuno visualizar como essas pautas, em muitos casos, atravessam toda a agenda midiática e são mobilizadas e ressignificadas pelos sujeitos participantes para seu cotidiano.

É o caso da vacina contra o coronavírus. A primeira menção a ela apareceu em mensagem compartilhada por Aroldo. Conforme é possível ver na Figura 9, o então presidente eleito dos Estados Unidos, Joe Biden, era vacinado.

⁴⁵ Para outras informações consulte MARINGÁ URGENTE ([S.I.]).

⁴⁶ Consulte CNN (2021) para outras informações.

⁴⁷ Para outras informações consulte SABÓIA et al. (2021).

⁴⁸ Consulte AGÊNCIA BRASIL (2020) para outras informações.

⁴⁹ Para outras informações consulte ANHESINI (2021).

Figura 9 – Print da postagem da Folha de SP no Instagram



Fonte: Arquivo pessoal.

Augusta, por mensagem de áudio, traz considerações, embora se confunda em alguns termos.

O que eu vi no jornal é sobre essa doença que está saindo agora, tá? As primeiras pessoas que teria que tomar a injeção são os médicos, não os pacientes, os médicos... eles fica lá dentro... fazendo... preparativo para os doentes, mexendo com os doentes. Então eu acho que deveria ser os médicos que deveria tomar a injeção. (Augusta, áudio, 12/01/2021)

Perceba que o fato narrado por Augusta tem relação com o grupo prioritário, estipulado pela OMS⁵⁰, para receber as primeiras doses da vacina: os profissionais da linha de frente do combate ao vírus. Augusta apresenta o fato que vinha cotidianamente sendo exposto na mídia como uma opinião própria. Reafirmando aquilo que era defendido pelos pesquisadores.

No mesmo dia, Paulo compartilha em formato de *gif* o GC do programa Maringá Urgente, com a legenda “Estado está preparado para a vacinação, diz governador”, com o seguinte comentário: “Tei qui da vacina Logu 🤔” (sic). Aqui é uma característica comum, possível de ser observada, a manifestação de uma pauta nacional no contexto de proximidade.


⁵⁰ Consulte ONU (2020) para outras informações.

Aroldo, no dia 14/01/2021, não menciona um conteúdo específico que consumiu, mas apresenta o contexto midiático presente na sua agenda.

Então é isso aí que eu vi hoje, na hora do almoço... é o que está sendo falado é a respeito da vacina. Agora é a vacina e as aulas, né? A vacina mês que vem tá aí já, mês que vem não, esse mês. E as aulas também estão pra iniciar. No momento é isso que a gente tá olhando. (Augusto, áudio, 13/01/2021).

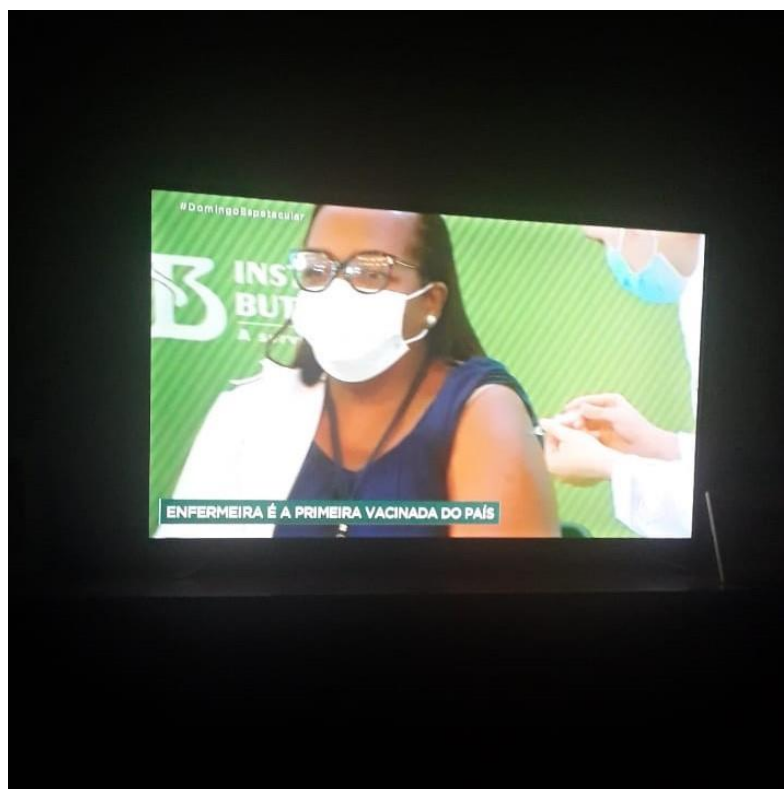
Rosa, sobre a pauta da vacina que circulava o grupo, compartilha seu medo em tomá-la.

A notícia que toda hora fala é do coronavírus, da vacina que vão lançar... que tem gente que tem medo de tomar... eu, essa notícia aí da vacina, eu não vou tomar não. Que nem minha mãe fala: não é tudo que você pode tomar. Vai que é uma coisa que mata a pessoa. Mas essa vacina eu acho muito importante, vou tomar não, pode ser perigosa. (Rosa, áudio, 14/01/2021).

Também no dia 14, Paulo compartilha que as vacinas já haviam chegado na cidade de Maringá. Por mensagem de texto, diz: “vacina já está em Maringá vai ser aplicada no dia 20 quarta feira ”. Aqui é importante pontuar que não se tratava da chegada das doses do imunizante na cidade, mas sim da entrega dos insumos para sua aplicação. Há uma confusão na fala de Paulo, que complementa: “eu vi no jornal do meio-dia, se não me engano. Daí eu vi que o Ulisses Maia ia liberar a vacina, mas primeiro ia ser para os médicos, depois ia ser para a gente”.

No domingo 17, dia em que a ANVISA liberou para uso emergencial os imunizantes produzidos pelo Instituto Butantan e que o Governo de São Paulo iniciou a vacinação, a pauta repercutiu no grupo. Rosa por áudio registrou o fato: “Eu vi sim, tava no Facebook que o pessoal colocou. A primeira enfermeira vacinada. Que coisa legal né. Vai estar protegida da pandemia”. Na sequência, Paulo mostra sua felicidade e compartilha a logística e a importância da vacinação: “A gente vai demorar pra tomar vacina, mas quem trabalha em hospital essas coisas vai tomar rapidinho. Mas é bom que vai tomar vacina e já acaba isso de um monte de gente morrendo. Não vejo a hora”. A imagem, que entrou para a história, de Mônica Calazans, primeira brasileira a tomar a vacina no país, foi enviada ao grupo.

Figura 10 – Domingo Espetacular: Enfermeira é a primeira vacinada do país



Fonte: Arquivo pessoal.

Na segunda-feira, 18, o assunto continuou. Rosa e Aroldo compartilharam informações por áudio repercutindo os fatos do dia anterior. Note-se que as implicações para o dia a dia de cada um são destacadas na fala de ambos.

Fiquei sabendo hoje na televisão que a vacina vai... eles vão lançar, né... acho que até eu vou me vacinar, entendeu? Ontem eu tava vendo jornal... jornal não, Domingo Espetacular, que passa na Record e eles vão lançar né, ainda vai demorar... vão lançar quarta-feira, ainda está em São Paulo... e ajuda muito, ficar com aquelas máscara, a pessoa fica sufocada. Eu ando de máscara e depois que passar essa pandemia... aí nós vamos... não precisar usar a máscara, depois que todo mundo tomar a vacina da pandemia. Tem que tomar né. Estar sempre prevenido. Proteção! Deus em primeiro lugar e depois a vacina. Tô muito feliz que a vacina vai... que eles vão agora... talvez vai chegar, se tudo ocorrer bem na quarta-feira. Mas essas coisas demoram. (Rosa, 18/01/2021).

Eu também hoje assisti, não lembro qual jornal. Mas dia 20 já está em Londrina, pessoal de Londrina, dia 20 já vai começar a vacinar, mas a repórter falou que não... tipo assim, que não vai poder abrir mão das máscaras. Não é porque vacinou que não vai usar mais máscara, vamos usar máscara normalmente. Foi essa a informação que eu tive. Não lembro qual foi o jornal que assisti do meio-dia. Mas é isso que eu tenho para passar para vocês. (Aroldo, 18/01/2021).

Os assuntos sem uma referência direta a um jornal específico, também apareceram. Augusta, expõe o caso da falta de oxigênio em Manaus, “Eu vi a reportagem que chegou... chegou... bastante vacina aqui né? E também em Manaus morreu bastante gente. Fato lembrando dias antes por Paulo: “viu que em Manaus está faltando oxigênio para as pessoas por causa do covid-19? E a cidade não tem condições de comprar e tem um monte de gente morrendo”.

O embrolho sobre a volta das aulas presenciais nos colégios também foi assunto em diferentes jornais. Nesse contexto, Dandara, estudante que está em aulas remotas desde o início da pandemia, demonstra sua atenção com o assunto. Aroldo, no dia 13/01/2021, compartilha dois vídeos que gravou sobre o retorno das aulas no estado do Paraná, veiculados pela RPC TV, que mostravam a preparação de uma escola de Curitiba para receber os alunos.

Outras duas pautas de assuntos variados foram abordadas. Uma que noticiava o aumento no preço do gás de cozinha e outra sobre futebol. A primeira foi articulada por Rosa e, embora de natureza nacional, reverbera a partir do local. “Estou aqui vendo a reportagem do Eduardo Santos... do gás de cozinha, teve alta. Cada hora está um preço né. Um lugar está 80, outro lugar está 70. To aqui vendo a reportagem... é o resumo da semana”. Já Paulo, comenta os desdobramentos da partida entre Palmeiras vs. River Plate, que valia vaga na final da Copa Libertadores da América. Na noite do jogo, Paulo comentou: “que time você torce? Você é corintiano? Que time você vai torcer na final de hoje no SBT? Palmeiras e River. O River perdeu de 3, só que ele pode virar o jogo de 4, ele garante na final da libertadores”. Na manhã pós-jogo, trouxe o desfecho, “Parece que o Palmeiras ganhou com a ajuda do VAR... eles tavam dormindo no campo, por que nem jogou nada, entendeu? River fez dois gols, depois os outros gols foram tudo impedido, dois pênaltis que o VAR não deu, daí chegou no finalzinho deu nove minutos”.

Por fim, podemos observar que mesmo não aparente nos relatos e nos conteúdos compartilhados, a grande mídia, com sua programação nacional, influencia e ganha aderência na construção da realidade dos sujeitos participantes. Chama atenção o fato da mobilização dessas pautas para fazer sentido na proximidade e cotidiano de cada um.

5.3.5 O GC no telejornalismo como referência

O gerador de caracteres (GC) faz parte da rotina do telejornalismo, sendo utilizado para a inserção de créditos e informações que surgem por escrito na tela durante a transmissão das emissoras. Dessa forma, a presença do GC na fala de uma participante merece destaque.

Em diversos momentos, Rosa utilizou o texto escrito no GC para relatar o que estava assistindo, para depois emitir sua opinião sobre o fato. Esse movimento observado quando a participante compartilhava, por meio de imagem, a tela da televisão. Como no caso das enchentes na cidade de São Paulo, a Figura 7 mostra a seguinte frase no GC: “Temporal deixa pessoas ilhadas e bombeiros fazem resgate”. É exatamente com essa frase que Rosa contextualiza o conteúdo que está assistindo: “Eu to vendo agora o programa do Bacci, passa às 16:30 na Record. Temporal deixa pessoas ilhadas e bombeiros fazem resgate. Os bombeiros salvando vidas, né professor, isso é o que mais tem. Eles são heróis”.

Da mesma forma, foi abordado o caso da colisão entre um carro e um ônibus. O GC apontava: “Carro bate em ônibus entre Campo Mourão e Luiziana na PR-487”, como é possível observar na Figura 8. Ao relatar o caso para o grupo, Rosa diz: “To vendo agora o programa do Salsicha. Carro bate em ônibus entre Campo Mourão e Luiziana. Cada acidente né? Se tivesse um pouquinho mais de atenção e cuidado, tava todo mundo bem”. Em outra oportunidade o movimento se repetiu, na Figura 4 o GC apontava “Vacinação contra o covid-19 começa na próxima quarta-feira em Maringá”, é essa mensagem que Rosa escreve: “Agora no programa do Salsicha. Vacinação contra o covid-19 começa na próxima quarta-feira em Maringá. Ai Felipe que coisa boa em coisa ótima. Vacinação contra a pandemia, vamo ver se vai resolver”.

Embora esse movimento tenha se dado de maneira particular a partir dos compartilhamentos de Rosa, destaca-se o uso que faz deste recurso, ao apropriar-se dele para narrar o fato noticiado.

5.4 GRUPO FOCAL ONLINE

A triangulação metodológica é o percurso no qual se adotam diferentes métodos de investigação para a recolha, sistematização e análise de dados do objeto em estudo (FIGARO, 2014). Como se vê, o desenvolvimento desta pesquisa buscou entrelaçar diferentes dimensões de tempo, espaço e de nível analítico no manuseio de distintos recursos metodológicos nas diferentes oportunidades de ida a campo, buscando prevenir distorções relativas à aplicação de um único método e tentando assim construir um caminho seguro para a validação da pesquisa. A triangulação metodológica pode “iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise dos dados” (MINAYO; MINAYO-GOMÉZ, 2003, p. 136 apud FIGARO, 2014, p. 128).

Dessa forma, quando mobilizados esforços para construção de um grupo focal (BARBOUR, 2009), enxerga-o como instrumento propício para capturar a interação entre os participantes, ou seja, a partir do debate entre os sujeitos e da mobilização da argumentação, a possibilidade de surgirem novas percepções, no nosso caso, sobre os conteúdos jornalísticos. Na sequência, procuramos apresentar todo o contexto que culminou na realização do grupo, antes de debater as estratégias, objetivos e movimentos que foram pensadas como método capaz de desvendar nuances e percepções de etapas anteriores que precisavam ser aprofundadas.

Assim sendo, para a realização do mesmo, foram ponderadas as preocupações em decorrência da pandemia de COVID-19, bem como as medidas de isolamento defendidas pela OMS, considerando-se que os participantes da pesquisa – pessoas com deficiência – pertencem ao grupo de risco da doença. Dessa maneira, a saída encontrada, a partir do balanceamento entre prós e contras, foi a adaptação do grupo focal para um ambiente *online*. Para tal, essa opção foi consultada previamente com cada integrante do corpus de pesquisa, na tentativa de observar se teriam condições técnicas para a realização do encontro, ou seja, aparelho capaz de realizar o acesso à plataforma, conexão de rede e disponibilidade para aquela atividade. A maioria retornou positivamente, à exceção de Augusta (56), que não poderia se comprometer, devido às mudanças em sua rotina com os novos horários de trabalho que estavam ocorrendo naquela semana.

Como exercício prévio, houve o contato de forma individual para o envio de orientações e apoio para o acesso à plataforma *Google Meet*. Rosa (24) foi a única a reclamar da dificuldade da ferramenta, questionando a necessidade do seu uso, ao invés da chamada de vídeo via WhatsApp. Após compreender as funcionalidades que a plataforma possibilita, como compartilhamento de tela e a possibilidade de gravação do momento, aceitou participar. Assim, com o retorno positivo dos participantes quanto ao *download* e acesso ao aplicativo da plataforma nos seus respectivos *smartphones*, foi marcado o dia para a realização do grupo focal *online*. A data escolhida foi o dia 24 de janeiro, um domingo, no período da manhã.

Chegado o dia e o horário marcado, apenas um participante, Aroldo (45), se fez presente. Os demais ao serem contatos por mensagens, não visualizaram, tão pouco retornaram. Devido à impossibilidade de desenvolver a dinâmica com apenas um participante, encerrou-se aquele encontro sem avançar na pauta. Uma nova tentativa foi realizada, depois do contato com os participantes, sendo a noite de terça-feira, 26, reservada para a realização do encontro, que durou 69 minutos.

Na oportunidade, Rosa, Aroldo, Paulo (16) e Dandara (16) receberam o link que dava acesso à sala virtual. Porém, apenas os três últimos efetivamente participaram do encontro.

Rosa chegou a entrar na sala, mas não conseguiu habilitar sua câmera e microfone. Questionada se ouvia o grupo, ela não retornava. Por meio de mensagens no WhatsApp, a participante se apresentava nervosa pelo fato de não estar conseguindo participar. Novas orientações foram dadas, mas sem êxito. Houve uma nova tentativa de acesso, que também não mudou a situação. Sendo assim, para preservar o tempo do grupo, optou-se, em acordo com Rosa, que já se encontrava desconfortável com a situação, por sua não participação.

O teor dos conteúdos apresentados e das conversas realizadas durante o grupo focal podem ser observados no APÊNDICE D, no qual estão transcritos todos os comentários feitos. Naquele documento é possível observar em algumas oportunidades a expressão “áudio inaudível”, isso pelo fato de implicações com a estabilidade de rede e conexão, o que leva a ruídos e cortes que impedem a compreensão exata da fala dos participantes. Como não se tratou de um caso isolado, é oportuno pontuar esse empecilho. Outro fato merece ser contextualizado, a falta de habilidade no manejo da tecnologia, pois era a primeira vez de todos os sujeitos participantes naquela plataforma e realizando uma conversa coletiva por meio da internet. A dificuldade de manusear as ferramentas da plataforma, como ligar e desligar o microfone, fez com que ruídos atravessassem a conversa, principalmente quando um participante fazia uso da palavra sem que os demais mutassem seus áudios; sons e ruídos atrapalharam, em alguns casos, a compreensão do teor da fala. Embora não seja objeto desta dissertação, é importante pontuar que aqui se tem uma entrada para o necessário debate em relação à acessibilidade comunicativa e a usabilidade dessas novas plataformas potencializadas pelo isolamento social em decorrência do Coronavírus por pessoas com deficiência. A complexidade das ferramentas e a maneira pouco responsiva das plataformas impedem o uso pleno por uma parcela da população.

Apresentado o contexto e apesar das situações narradas, o grupo focal *online* trouxe desdobramentos que nos ajudam a compreender a recepção jornalística das PCDI, que se apresenta como principal objetivo desta investigação. A principal intenção deste movimento foi reunir e motivar uma conversa entre os participantes, a partir dos conteúdos que os mesmos compartilharam durante a semana anterior pelo WhatsApp, ou seja, perceber como os demais participantes receberam aquelas notícias, quais as familiaridades entre suas preferências e destaques, além de observar como mobilizavam a argumentação e o raciocínio para justificar suas predileções e escolhas.

Para tal, foram separadas e expostas quatro reportagens de programas citados diretamente por eles, a partir dos conteúdos compartilhado no grupo do WhatsApp – na ocasião foram escolhidos: Balanço Geral Maringá (RIC/Record) e Meio Dia Paraná (RPC/Globo); além de uma do Jornal Nacional, como referência de pautas nacionais. Nos programas regionais,

foram apresentadas uma “pauta próxima” daquelas compartilhadas por eles anteriormente e uma “distante” em relação ao conteúdo. Como pautas próximas, entende-se aquelas com teor sensacionalista e de violência: “Suspeito de furtar botijões de gás tem que sair empurrando o carro da fuga” (BALANÇO GERAL, 2021b) e “Jovem é hospitalizado após ser espancado em roubo” (MEIO DIA PARANÁ, 2021b). Como “pautas distantes”, optou-se pela seleção de conteúdos que não se relacionam diretamente com os mesmos, a partir das características percebidas nos movimentos de campo apresentados: “Pais em carreta pedem retorno das aulas presenciais em Maringá” (BALANÇO GERAL, 2021c) e “Câmara de Maringá arquiva 83 projetos de não eleitos” (MEIO DIA PARANÁ, 2021c). Como pauta de contexto nacional, foi exibido parte da edição do JN que noticiava a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus (AM), “Em Manaus, hospitais lotados ficam sem oxigênio e pacientes são transferidos para outros estados” (JORNAL NACIONAL, 2021).

Após a exibição de cada reportagem, foram colhidas as impressões e destaques de cada um sobre o fato narrado. Ao final dessa fase, buscou-se compreender as características gerais dos programas que tem a preferência do grupo, isto é, quais pautas são destaques? Qual a lógica de funcionamento do jornal, como e por que se dá a audiência? Perceber as características dos apresentadores que ganham destaque no consumo dos sujeitos participantes, alcançando os motivos que levam à manifestação de um sentimento de admiração entre a audiência e os jornalistas; e, por fim, características do jornalismo consumido, ou seja, pautas, horários, as diferenças entre os telejornais, o viés sensacionalista presente na programação e suas implicações, além de debater o que cada um melhoraria no jornalismo, buscando perceber relatos que atravessassem as especificidades das PCDI. Assim sendo, a seguir apresentamos reflexões pertinentes a partir dos resultados obtidos com a realização do grupo focal.

Um dos objetivos do movimento era compreender como os participantes visualizavam a lógica empregada na construção de cada programa jornalístico, questionando sobre as diferenças possíveis de serem observadas entre eles. De um lado, programas sustentados pelo jornalismo sensacionalista e de outro, um jornalismo articulado a partir dos códigos e pressupostos legitimados socialmente para servir à população. Até mesmo questões mais objetivas como estrutura técnica para exibição e apuração, recursos humanos, bem como editoriais e possíveis inclinações e destaques em pautas e coberturas. Questionados, especificamente, se notavam diferenças no jornalismo apresentado no Balanço Geral e Meio Dia Paraná, surgiram interpretações diversas. Aroldo não vê diferença alguma, “para mim é tudo igual”. Já Paulo diz que sim e explica, “É que um eles vai para um lugar, o outro vai para

outro lugar. Cada um tem o seu destino”, perguntado sobre o que seria o destino, “Ah, o Salsicha entrevista os caras do bairro dele, eu acho”.

Perceba que o que mobiliza o consumo das PCDI não é necessariamente o telejornal em si, embora exista preferência por um em detrimento de outro, mas a pauta jornalística veiculada por eles. Foi possível identificar semelhanças nas pautas entre os programas, ao buscar entender o que era noticiado em cada um deles. Sobre as pautas do programa Balanço Geral, Paulo lista “Acidente, COVID, multa, mercado fechando, cidade falindo... essas coisas”. Aroldo ao elencar o que o Meio Dia Paraná apresenta, afirma: “O foco deles agora é só sobre o corona, né? A vacina que chegou, que está chegando. Acidente, roubo... entendeu? É mais isso que já falaram dos programas”. Há um predomínio e coincidência de pautas e situações cobertas pelos diferentes jornais – acidentes, casos de violência e acontecimentos cotidianos do local – que, nesse caso, ganham aderência na agenda pessoal da audiência.

Propositamente trazidas para o grupo focal, notícias com características “distantes” aquelas compartilhadas pelos participantes no grupo de mensagem, foram escolhidas para observar se ganham relevância e interesses na agenda pessoal de cada um. Duas reportagens com pautas que se deslocavam do contexto sensacionalista foram trazidas. Veiculada pelo Balanço Geral, “Pais em carreatas pedem retorno das aulas presenciais em Maringá”, trazia a cobertura da manifestação ocorrida na cidade e opiniões de professores, psicólogos e familiares de alunos que apresentam seus argumentos e opiniões favoráveis ao retorno das atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino. Dandara, que é estudante e experimenta o ensino remoto, traz uma visão a partir da sua realidade:

Na minha opinião eu acho (*áudio inaudível*). Voltar as aulas numa semana e na outra ficar em casa. Eu acho injusto. Eu não gosto disso não. Mas eu prefiro, mil vezes, um dia sim, um dia não. Seria mais fácil. Porque ficar uma semana no colégio e a outra ficar em casa.... ah, muito ruim, pra todo mundo. É minha opinião. (Dandara).

Questionada sobre a encruzilhada apresentada na reportagem, acerca da volta das aulas antes da vacina, Dandara não se mostra sem uma opinião formada “Ah eu acredito... Ah, sei lá”, e, novamente, traz para sua realidade, “as minhas aulas eu não sei se volta não.” Paulo, que também está na mesma situação de Dandara, afirma que a notícia chama “um pouco” sua atenção, mas não desenvolve raciocínio sobre a mesma, indagado se gosta daquele tipo de reportagem, diz que não, embora acredite que “esperar a vacina é melhor né. Porque não morre mais gente, né”. Apenas Aroldo, que não está diretamente afetado pela reportagem, mostra influência das discussões presenciadas na administração municipal da sua cidade, onde trabalha como servidor público.

Ah, eu acho que deveria voltar né. Igual hoje, eu assisti o jornal do meio dia. Maringá já estão se preparando, as salas de aula tudo... mantem distância dos alunos, as carteiras tudo longe uma da outra. Já estão se preparando para ter as aulas, para ter a volta as aulas. Eu acho que deveria voltar, entendeu? Porque, imagina, tem muitas crianças, os pais não têm condições de fazer aula online, não tem televisão, não tem computador, né? E o pessoal, eu acho que fica muito atrasado. Então eu acho que deveria voltar. Com o uso de máscara, álcool gel, (*áudio inaudível*), com todas as atitudes. Porque mesmo, falaram que essa vacina sair que saiu, mas não é para a gente abrir mão de máscara, né? Para a gente continuar usando a máscara normalmente. Então eu acho que deveria sim. (Aroldo).

Em outra pauta com assuntos distantes do jornalismo sensacionalista, o retorno foi ainda menor. A reportagem da RPC, “Câmara de Maringá arquiva 83 projetos de não eleitos”, noticiava o arquivamento de projetos de lei de autoria de vereadores que não foram reeleitos em 2020. Questionado sobre se assuntos de política era algo consumido rotineiramente e se agradavam cada um, Paulo afirmou que mais ou menos, visto que “tem muita briga”. Dandara interpretou errado a notícia, ao confundir, a que tudo indica, a palavra *leis* por *leitos*, mostrando-se preocupada e confusa com a logística de remanejar pacientes que necessitavam de atendimento hospitalar em Manaus para outras cidades e estados. Aroldo não conseguiu expor sua opinião pela queda momentânea de sua conexão.

Uma possível explicação para a baixa aderência dessas pautas é o fato de não serem aplicadas diretamente ao cotidiano dos sujeitos participantes, conforme debatido anteriormente, há uma mobilização na audiência por informações que podem influenciar diretamente sua rotina, como acidentes, roubos e problemas na ordem pública da cidade ou do bairro. Isso fica claro quando foram apresentadas “pautas próximas” daquelas compartilhadas pelos participantes em outras oportunidades.

A primeira foi veiculada no programa da RIC/Record, “Suspeito de furtar botijões de gás tem que sair empurrando o carro da fuga”. Os comentários ocorridos na sequência da exibição revelam a atenção dada a matéria. Paulo diz “Eu acho... sei lá né... roubar o botijão de gás, pra que isso? Roubar coisa mais importante do que botijão de gás. Nem pra ser dinheiro, né? (risos)”. Perguntado sobre a familiaridade com aquele tipo de notícia, é enfático “Se eu for falar todos que já vi... tem muitos.” (Paulo). Aroldo diz acompanhar muitas notícias similares. Dandara apresenta sua opinião:

Na minha opinião de roubar o botijão de gás, é uma coisa muito... é uma falta de respeito. Tipo assim, eu acho que a pessoa mesmo, ela deve estar passando por uma dificuldade difícil, mas não é ao ponto de querer roubar, tipo botijão de gás, porque sabe que isso prejudicar a vida. É um negócio bem doido. (Dandara).

Em outro momento, questionados sobre qual reportagem havia chamado mais sua atenção, Dandara, a partir da citação dessa reportagem do roubo, menciona notícias recentes que haviam sido consumidas e que ganharam destaques na sua audiência.

Ah eu vi também que passou ontem no... Maringá. Parece que as pessoas aqui levaram multa, porque não estavam usando a máscara. E não estava respeitando o decreto, alguns bares, lanchonete, também levaram multa. Porque tinha pessoas que não tavam usando máscara, e parece que vão pagar mil e alguma coisa de multa.

E sobre acidente que aconteceu. Um ônibus que não conseguiu frear, parece que estava com problema no freio. Ele tombou e caiu do outro lado da rua. Ai eu vi, parece que 30 pessoas morreram, foi adulto, foi criança e adolescente, que não resistiu e morreu.

Ai ontem eu assisti da Magó. Familiares dela estava fazendo manifestação, querendo justiça, né? Sobre o que aconteceu com a Magó. Deixa eu ver que mais. Ah, da velocidade. Passou hoje no Paraná sobre a velocidade de carro, estão crescendo a velocidade na avenida Colombo. Eu não lembro bem, mas cresceu a mais do que o ano passado. E foi 220 alguma coisa de... denuncia. Ai a polícia tava no meio, por causa das multas de velocidade. Você viu? (Dandara).

Percebe-se o predomínio de pautas que atravessam diretamente o seu cotidiano. Outra reportagem próxima às características de consumo apresentadas foi veiculada pela RPC e trazia informações sobre o Caso Jadson, “Jovem é hospitalizado após ser espancado em roubo”. Paulo diz ter visto o episódio e achado “errado... triste”. Sentimento compartilhado por Dandara, ao relatar “Ah, eu acho errado. Porque, acho o cara não fez nada contra essa pessoa. (*áudio inaudível*) lá no Catuaí⁵¹ é bem complicado. Então eu acho que ele pode ter reagido, né? Ai por isso foi espancado. Mas eu acho errado isso”. Aroldo, discute os desdobramentos do caso,

Inclusive, hoje passou uma reportagem que ele já está bem, né, já saiu do hospital. Não sei se você também acompanhou esse caso. Só que ele não tá comendo normal, tem que dar comida amassada para ele..., mas ele ta se alimentando bem, já ta na casa dele e foi até aí onde eu acompanhei esse caso. (Aroldo).

Nota-se aqui uma outra característica do jornalismo que foi percebida e reverberada indiretamente por Aroldo, o jornalismo como constituição de narrativas. Ou seja, o reconhecimento do papel do jornalismo em apurar e contar a história no tempo presente, acompanhando e noticiando o fato contínuo. Interpretação que também aparece em outro momento na fala de Dandara, naquela oportunidade discorrendo sobre a crítica do jornalismo sensacionalista em repetir inúmeras vezes a mesma notícia, por contraponto, Dandara cita o caso do JN, “Eu acho que no jornal ele repete as coisas pra achar um jeito certo. Mas assim,

⁵¹ Região da cidade onde o jovem foi encontrado desacordado.

tem jornal que passa uma semana, tipo o Jornal Nacional da Globo. Ele passa a notícia, até poder resolver essa notícia ele para”. Nesse sentido, é possível perceber o reconhecimento da cobertura jornalística sobre um fato, seus desdobramentos e suas implicações na esfera social.

Avançando, outra característica já percebida em movimentos anteriores, diz respeito à relevância e personificação dos apresentadores na experiência jornalística dos sujeitos participantes. Sobre Eduardo Santos, apresentador do Balanço Geral e do Cidade Alerta na RIC/Record, Paulo diz gostar do apresentador, “eu já conheci ele”, perguntado sobre os motivos, afirma: “ah, o jeito dele. A cara dele já mostra que ele é uma pessoa boa. Ele ajudou muita gente”. Dandara chama atenção ao fato da dinâmica e desenvoltura apresentada por Salsicha, “eu gosto dele, também, pelo fato de como ele reage às notícias... ele fala com vontade. Ele fala como se tivesse interessado pela sociedade. Na minha opinião o Salsicha é assim”. Sobre Eduardo Santos, Dandara não o conhece. Paulo conhece e admira, “o Eduardo Santos é muito legal, ele é muito zueira. Eu também conheci ele”, e especifica: “eu vejo Eduardo Santos, quando tem acidente, tá ligado? Ele fala para a amiga dele ir lá ver o acidente e falar pra ele como é que tá. É mó da hora ver o Eduardo Santos, também”. Duas falas explicitam o que já expusemos anteriormente, o jornalista como “solucionador” de problemas e “amigo” da população. Paulo fala em “ajuda”, Dandara em “interesse” pela sociedade, ao caracterizar a atuação de Salsicha. A sensação de proximidade e de participação nos programas é visível. Paulo em duas oportunidades ressalta o fato de já ter se encontrado com os apresentadores, tornando-os cada vez mais humanos e diminuindo a distância entre jornal e audiência. Nota-se na última fala de Paulo, exposta acima, que o participante se refere à repórter como “amiga” do apresentador. Assim, é possível observar que falta, por parte de Paulo, a percepção da estrutura que sustenta a práxis jornalística – repórteres, apresentadores, cinegrafistas, produtores, etc –, bem como em relação lógica empregada nas rotinas produtivas. Da mesma forma, revela e evidencia a noção de aproximação para com os jornalistas que compõem o programa, quando se refere à amizade, de forma que solidifica laços e vínculos que se constroem ao longo do tempo a partir das características assumidas pelo apresentador durante a realização do telejornal, e corrobora para com o fortalecimento da identificação e do reconhecimento em relação ao jornalista/apresentador como alguém preocupado com a cidade e com o “eu”/audiência, na medida em que remete aos valores buscados numa amizade.

É possível observar a presença do jornalismo na construção da realidade e dos acontecimentos na vida dos sujeitos pesquisados. Sua importância já fora relatada em outras oportunidades, mas apareceu novamente no debate do grupo focal. Percebe-se novamente como

o uso do jornalismo no cotidiano prático da vida de cada um é apresentado. Aroldo afirma acompanhar o jornalismo “para ver como é que tá a região” e exemplifica:

A gente mesmo, assiste muito a Globo, como é que tá Maringá. Vê os assaltos, para a gente ficar mais... dentro do assunto que se passa. Ainda mais, agora, nesse negócio do corona, vê como tá, que nem quando tava pra sair a vacina, a gente tava ansioso... saiu a vacina a gente já fica sabendo atreves do jornal. A gente fica ansioso para querer saber das notícias. Previsão do tempo, como que tá o tempo, se vai chover, se não vai. (Aroldo).

Dandara diz consumir todo tipo de notícia, à exceção das pautas políticas, e coloca o telejornal num papel de destaque, ao exemplificar sobre a espera da vacina contra a COVID-19, “onde a gente vai a gente fica sabendo, mas tem que saber mais do jornal, porque o jornal traz informação”. Especificamente sobre os motivos que a levam a acompanhar os jornais, diz “é para nós ficar mais alerta, sabendo das coisas. [...] o jornal traz informação e ainda traz... notícia... (*áudio inaudível*) para não poder confundir. Pra ficar sabendo o que vai acontecer”. Paulo apresenta uma situação bastante prática para justificar a importância do consumo jornalístico, “para ficar atento, vai que o coronavírus acaba e eu não assisti o jornal... to lá andando de máscara que nem um imbecil”. Nesse sentido, foi comum referenciar o jornalismo como instituição capaz de mediar a compreensão da realidade, “porque sem o jornal a gente não sabe o que está acontecendo no Brasil”, afirma Paulo. Aroldo vai além, “eu acho que é demais também. O jornal é muito importante para a gente saber o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Se a gente não assiste jornal, a gente fica sem... né desatualizado”.

Provocados ainda sobre se tinham alguma sugestão para melhorar os telejornais, a partir da experiência individual, os participantes registraram ações pontuais. Paulo sugere, “parar de passar coisa repetida”, numa alusão a forma como os programas sensacionalistas atuam, além de “falar um pouco de notícias boas”. Dandara expressa a impressão que existem jornalistas que falam muito rápido, mas sua implicação é com a dificuldade de ouvir a fala dos profissionais, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19, “os jornalistas quando vão fazer entrevista, ao invés deles ficarem com máscara, eles deveriam tirar, pelo menos a máscara para entender melhor. Porque tem hora que não dá para entender o que a pessoa fala”. Aroldo compartilha suas impressões: “eu acho que está bom. ‘Ah, mas fala muito rápido’, eles têm várias notícias para dar, se eles só ficar dando uma... detalhes, explicando, né?... então demora demais. Eu acho que tá bom do jeito que tá. É não repetir muito a mesma notícia e para mim, do jeito que está ta bom”.

O debate a partir da matéria divulgada no Jornal Nacional, “Em Manaus, hospitais lotados ficam sem oxigênio e pacientes são transferidos para outros estados”, revelou pela

primeira vez a presença das redes sociais como mediadoras das experiências de mídia dos participantes, especialmente quando discutidas pautas em âmbito nacional. O caos na saúde na capital do Amazonas perdurava há alguns meses em decorrência da pandemia, mas em janeiro de 2021 faltou oxigênio, levando diversos cidadãos que necessitavam do gás a óbito. Após visualizarem a reportagem que contextualiza a situação vivida em Manaus, os participantes foram perguntados se haviam acompanhado o fato. Dandara trouxe seu relato apontando o Instagram como uma importante fonte de alerta sobre a situação.

Eu fiquei sabendo desse de Manaus foi no Instagram. Eu vi um monte de gente postando sobre... paciente sem leito, tava morrendo com falta de ar. Eu fiquei sabendo pelo Instagram. Mas quando eu vi na televisão, quando passou, eu fiquei tão chocada, porque, no Manaus é uma cidade bem... pequena. Foi horrível. (*áudio inaudível*) Mas falaram que trouxeram alguns pacientes pra cá, mas eu não to entendendo isso. (Dandara).

Mesmo movimento de Paulo, que viu os acontecimentos e a mobilização em prol a compra de cilindros de oxigênio nas redes sociais. “Eu vi no Facebook, no TikTok, no Instagram e no jornal”. Paulo comentou sobre o teor do conteúdo propagado nas redes, “tava falando que era para ajudar Manaus. Ajudar com dinheiro, que eles iam agradecer muito. Tava muito precisando”.

Isso posto, é oportuno relatar questões pontuais envolvendo a atenção dos participantes. Pan (2008) chama atenção para as especificidades em relação à atenção e memória das pessoas com deficiência intelectual, que podem ser prejudicadas. Em três oportunidades foram observados e sentidos problemas de concentração e atenção dos sujeitos participantes. A primeira, presenciada a partir da fala de Dandara, ocorreu após a exibição da matéria da RPC que tratava dos projetos de leis arquivados na Câmara Municipal de Maringá. Houve uma interpretação equivocada por parte da participante, levando o debate para a discussão sobre a vinda de pacientes com COVID-19 de Manaus para serem internados e tratados na capital paranaense, como é possível observar no APÊNDICE D. Outra ocorreu com Paulo, ao questionar se o grupo já tinha ouvido a “música do coronavírus”, atravessando o teor do conteúdo conversado naquele momento. Em outra oportunidade, quando se debatia os conteúdos sensacionalistas costumeiramente veiculados nos programas apresentados por Salsicha e Eduardo Santos, Paulo interrompe: “eu tenho uma música que bombou na internet pra cantar”. Fora esses momentos, o que se presenciou foram pequenas situações de falta de entendimento de alguma terminologia ou pergunta, resolvida logo em seguida

Antes de avançarmos para as considerações finais, torna-se oportuno recuperar todas as etapas metodológicas que foram articuladas para dar conta dos objetivos desta pesquisa, uma

vez que, foram pensadas para identificar os hábitos de consumo jornalístico de PCDI; a interação que estes possuem com os meios de comunicação; apropriações que esses sujeitos fazem da televisão; e avaliar a participação do conteúdo jornalístico em suas relações cotidianas.

Foi a partir daquele primeiro movimento exploratório, realizado ainda no primeiro semestre de 2019, com cinco alunos da turma do EJA, que o objetivo central desta dissertação se fortaleceu, ao compreender que as PCDI estavam em contato e utilizando o jornalismo em suas vivências. Como resultado daquelas entrevistas, delimitou-se o foco em investigar conteúdos audiovisuais e, de maneira especial, a televisão, devido à centralidade que a mesma ocupava em seus cotidianos; percebeu-se a força da agenda midiática na percepção do que era notícia naquele dia; bem como a presença do jornalismo de proximidade como destaque.

A pesquisa exploratória debatida anteriormente, tornou-se importante para compreender como o jornalismo se inseria nas rotinas de cada um, além de confirmar a força do jornalismo de proximidade em seu consumo, de igual maneira, perceber os usos que faziam das notícias. Foi a partir dessas entrevistas que saíram alguns dos integrantes do *corpus* de pesquisa. A etapa seguinte, já com os cinco participantes que nos acompanhariam no desfecho da investigação, concentrou-se na realização das entrevistas individuais, oportunidade de perceber as preferências de consumo e constituir o histórico midiático de cada um. O grupo de compartilhamento de notícias no WhatsApp foi determinante para que os sujeitos participantes pudessem materializar seu consumo, exemplificando seus gostos e preferências, além de confirmar a pauta local como majoritária em seu consumo e a aderência do sensacionalismo nas produções consumidas. Por fim, o grupo focal se mostrou fundamental para que se confirmassem as características observadas no decorrer do percurso metodológico, bem como mensurar a aderência de pautas em suas audiências, ou seja, foi possível, também, testar pautas distintas e observar a manutenção ou não das preferências apresentadas ao longo do processo.

Todas essas etapas investigativas nos ajudam a analisar a recepção jornalística das pessoas com deficiência intelectual por diferentes ângulos, possibilitando observar proximidades, distanciamentos, provocações, falseamentos, num processo que atravessa toda a construção da análise e sistematização dos resultados a partir da exposição simultânea de realidades. Eis o cuidado e preocupação desta dissertação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste espaço tecer considerações pertinentes ao processo de construção da pesquisa, como forma de registro e de troca com o campo científico. Assim, buscamos organizar o raciocínio a partir de dois eixos: problematizações sobre o processo investigativo e seus resultados e uma observação mais pessoal dos desafios, escolhas e encruzilhadas com as quais este pesquisador se deparou ao longo de dois anos.

Uma questão atravessou todo esse processo: como compreender a deficiência intelectual no processo de consumo de produtos jornalísticos? Seria ela uma característica que necessitaria de recurso de acessibilidade, tal qual pessoas cegas e surdas necessitam para realizar o consumo de forma autônoma? Ou seria ela uma mediação sociocultural como diversas outras, a exemplo de classe, escolaridade, idade, territorialidade, etc.?

Antes de apresentar algumas reflexões a partir do que observamos, é oportuno apresentar, primeiramente, a opinião de cada participante. Quando questionados, de forma individual, se a deficiência implica de alguma forma a experiência de consumo midiático, em especial, do jornalismo, o entrevistado Aroldo compara sua deficiência a outras e acredita que sua experiência midiática não sofre influência da deficiência.

Ah, sei lá. Pelo que eu entendi... eu acho que a deficiência não influi em nada assistir o jornal, né? Tipo, mudo e surdo às vezes tem pelos sinais, né? Pessoal fala pelos sinais, mas a gente, né? Eu e o pessoal mesmo da APAE, não influi em nada assistir jornal não. Assiste, dá para entender muito bem. Sei lá... eu acho que influi nada não. (Aroldo).

Enquanto isso, Augusta é enfática e sucinta ao afirmar que “a minha deficiência não atrapalha em nada”. Já, Rosa, mobiliza seu déficit de atenção e opina:

Tranquilo! Eu assisto o programa da televisão tranquilo. Tranquilo, nunca. Não atrapalha em nada, entendeu? Eu tenho assim... uma deficiência mais na atenção, eu não consigo... antigamente, me concentrar. Agora eu tomo remédio para atenção, eu to bem mais concentrada. Eu acho que isso aí não atrapalha em nada não, viu? É tudo tranquilo. (Rosa).

Paulo e Dandara preferiram não responder à pergunta, seja ignorando ou dizendo que deixariam para responder em outra oportunidade. Como forma de registro, assim como possibilidade de perceber nuances mobilizadas em torno da questão, a fala de ambos os participantes se apresenta da seguinte forma. Dandara: “acho que entendi (risos). Tá bom, calma. Eu acho que entendi... é... acho que eu vou ter que pensar sobre o que eu vou falar, porque eu não sei”. Paulo: “Ah, sei lá. Eu não pensei direito, quando eu pensar direito eu

respondo à pergunta. Para não falar coisa errada. Eu não sei o que falar. Mas quando eu pensar na pergunta eu respondo você”.

Percebe-se, no campo da Saúde e da Educação, que a deficiência intelectual se manifesta em graus e maneiras distintas para cada sujeito, constituindo, assim, ao contrário de outros grupos de deficiência, formas heterogêneas de implicações no cotidiano e na sociabilidade das PCDI. Este entendimento se revelou de forma bem enfática no decorrer da pesquisa, a partir do que pôde ser observado sobre o histórico midiático de cada participante. De forma também heterogênea, aspectos como a experiência de vida, a maturidade, o trabalho e a escolaridade são vivências que atravessam como mediações a manifestação da deficiência; assim também como o consumo das pessoas com deficiência intelectual. Implicações desse tipo são possíveis de serem observadas quando buscamos perceber as especificidades do consumo individual de cada participante.

Antes de trazer outras considerações que nos ajudem a responder à questão provocada acima, o movimento de recapitular as principais características da recepção jornalística das PCDI se torna adequado, pois a partir delas conseguimos avançar e problematizar fatores que implicam no desfecho e no incentivo de novas problemáticas. Destacamos cinco pontos:

- a. A presença do jornalismo de proximidade no consumo;
- b. O sensacionalismo como marca dos telejornais consumidos;
- c. A mobilização do consumo pelas pautas agendadas;
- d. O uso do jornalismo na concretude do cotidiano;
- e. Percepções e experiências moldadas pelo que se assiste.

Quando observamos a presença do jornalismo de proximidade no consumo das PCDI, visualizamos duas entradas: a programação regional das emissoras afiliadas a grandes redes e a aderência às pautas locais que os telejornais apresentam. Esse fato atravessa duas outras características: foi possível observar o forte uso do jornalismo para suas experiências diretas na vida, ou seja, o reconhecimento do jornalismo como mediação para a vida em sociedade. Citando um exemplo que deixa nítido sobre o uso do jornalismo na concretude da vida, Paulo, ao afirmar os motivos que o fazem acompanhar os telejornais, cita o uso obrigatório das máscaras como medidas de proteção contra o coronavírus e espera do jornalismo a “autorização”, através da informação, para o fim do seu uso.

Outra característica que se articula a partir da natureza local do jornalismo assistido pelas PCDI, trata-se da aderência à agenda midiática. Explicamos: há uma baixa mobilização no histórico midiático dos sujeitos participantes em relação aos programas jornalísticos e

emissoras, quando comparados com a mobilização das pautas jornalísticas veiculadas na programação. Isto é, a materialidade da pauta se sobressai no consumo em relação aos programas e emissoras, como, por exemplo, pautas sensacionalistas - abordando assassinatos, roubos, atuação policial e acidentes - também pautas envolvendo ações que influenciam diretamente suas vidas - ações em bairros, previsões climáticas - e, de maneira específica e pontual, temas relacionados à saúde provocados pela pandemia de COVID-19.

Nesse processo foi comum observar produções sensacionalistas atravessando a experiência midiática e de consumo das PCDI participantes do processo. Sem exceção, todos, de forma direta ou não, são expostos a esse tipo de conteúdo. É possível destacar alguns motivos para tal. A se perguntar, são os sujeitos que buscam esse tipo de jornalismo ou o jornalismo que faz uso dessa estratégia de narrativa de forma proposital? Algo que podemos observar pelos movimentos de campo é que se trata de uma fonte que se retroalimenta. Quanto mais expostos às pautas sensacionalistas, mais essas ganham destaque e relevância na agenda pessoal de cada sujeito. Por sua vez, existem telejornais com maior influência do sensacionalismo em sua grade, como no caso dos programas Balanço Geral e Maringá Urgente. Da mesma forma existe, no histórico midiático dos participantes, uma maior disposição em acompanhar a programação de um ou outro determinado programa. Para exemplificar, podemos perceber o participante Aroldo. Em seus relatos, os conteúdos que aparecem são, majoritariamente, vindos da programação da RPC TV, afiliada da Rede Globo no estado do Paraná, na qual há outra lógica de cobertura jornalística, que não se fixa nas características do sensacionalismo. Isso interfere diretamente, embora não seja o único fator numa maior desenvoltura em debater diversos tipos de temas, como foi possível observar no grupo focal *online*. O que se argumenta aqui é uma compreensão de que a audiência, e neste caso o consumo das PCDI, é moldada e tem sua experiência social atravessada pelo que assiste. Ou seja, quanto mais fechadas as pautas sensacionalistas, mais difícil fica a recepção de temas que se desvinculam desse formato de jornalismo e, conseqüentemente, seus usos.

Com esse cenário, uma provocação se apresenta: o que difere a recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual da recepção de pessoas sem deficiência? Confrontando-se as características apresentadas com as especificidades da deficiência intelectual, nota-se que não há uma influência direta e determinante nos hábitos de consumo desse grupo. Ou seja, apresentadas essas características de consumo sem previamente determinar qual o contexto e com qual grupo de audiência elas foram colhidas, fica perceptível que a deficiência em si não determina, tão pouco condiciona, a recepção das PCDI. Entretanto, essa compreensão não vem desconsiderar a influência da deficiência intelectual nos usos, significados e ressignificações

que os sujeitos fazem do jornalismo: o trabalho conclui considerando-a como uma mediação sociocultural que atravessa a experiência de mundo desses sujeitos, que, por sua vez, condiciona a forma pela qual eles interagem e consomem a programação jornalística. Sendo assim, podemos percebê-la com a mesma influência que outras mediações socioculturais provocam na experiência de mídia dos indivíduos, tais como gênero, religiosidade, família e classe - que também mediam a experiência de vida da pessoa com deficiência.

Outras considerações oportunas de serem apresentadas dizem respeito às motivações que levaram a construir essa investigação em relação à recepção jornalística e, de maneira especial, à recepção jornalística de pessoas com deficiência. Foi comum ser questionado sobre “onde você quer chegar com isso?”, e não havia um norte claro, mas um campo a se desbravar. Já aí nos deparamos com o primeiro desafio: o pequeno volume de trabalhos que privilegiaram as PCD como sujeitos comunicantes e, ainda menos, reconhecendo as especificidades da deficiência intelectual; tentando articular teorias com outras interfaces e manuseá-las trazendo para as especificidades dos sujeitos pesquisados. Isso significa que há um vácuo no campo da comunicação que precisa ser superado com pesquisas e estudos que tomem as PCD como figuras centrais, para que aí sim, cada vez mais, tenhamos ciência e conhecimento para o melhor trato com suas particularidades. Um mesmo estímulo surgiu em torno do desenvolvimento dos estudos de recepção na sua interface com o jornalismo, avançando na mesma problemática. Conforme já debatido anteriormente, no campo jornalístico há uma lacuna que nos leva ao desconhecimento em relação a seus públicos, cabendo aos pesquisadores e futuras investigações que privilegiem a figura do público no processo jornalístico como forma de entregar um serviço melhor a ele e, conseqüentemente, fortalecer o próprio jornalismo como instituição social.

De maneira particular, buscou-se trazer para o debate em relação à comunicação e às pessoas com deficiência, aquelas que possuem a deficiência intelectual, visto que se diferenciam de outros tipos de deficiência que, por sua vez, carecem de serem assistidas com recursos para o seu consumo. Assim, coloca-se no centro do debate uma deficiência que se manifesta de formas distintas, ao mesmo tempo que implica na sociabilidade dos sujeitos. Como *corpus* de uma sociedade, como cidadãos e sujeitos com direitos e deveres, é preciso conhecer sua relação com o jornalismo. Novamente, compreendendo e valorizando o jornalismo como instituição socialmente referenciada em mediar a vida coletiva na esfera social.

Os desafios para concretizar esses desejos foram grandes. Realizar um estudo de recepção durante o período de mestrado, por si só, já é uma tarefa desafiadora, visto o pouco tempo para tal. Realizar um estudo de recepção durante o mestrado, atravessado por uma

pandemia que paralisou e transformou por completo as rotinas até então vigentes, foi algo ainda maior. Todos os movimentos realizados ao longo desse período foram pensados, calculados e cumpridos de forma muito segura, dada a responsabilidade que a ciência exige; da mesma forma com o trato dos sujeitos que acreditaram e participaram da pesquisa. Certamente, num futuro próximo, as pesquisas realizadas nesse contexto de incertezas e mudanças que ainda estamos atravessando quando construímos esse texto, serão objetos de estudos nos mais diferentes campos do conhecimento, buscando entender como a ciência agiu e reagiu nesse cenário. Por isso e para o fortalecimento do próprio campo jornalístico, teve-se o cuidado de narrar todos os movimentos realizados, explicitando os porquês e seus desdobramentos.

É fato que, nesse cenário, a pesquisa foi impactada e precisou de reformulações, entretanto, os esforços se concentraram em construir e entregar uma pesquisa capaz de compreender a recepção jornalística das PCDI e conhecer os usos que fazem do jornal. Espera-se que as problematizações apresentadas aqui sejam úteis para a garantia e exercício, cada vez mais completo, da cidadania comunicativa das pessoas com deficiência intelectual. Reconhecê-las como sujeitos comunicantes é dever do jornalismo, da ciência e da sociedade.

Por fim, a pesquisa termina com o desejo de avançar na compreensão desse público em especial, reconhece resultados importantes e possíveis para se desvendar a recepção jornalística das pessoas com deficiência intelectual já nesse movimento, mas que, a partir desta dissertação, se abrem múltiplas perspectivas para prosseguir na valorização e reconhecimento das PCDI como sujeitos comunicantes. Ou seja, buscou-se apresentar como essa mediação opera, para, em movimentos posteriores, perceber melhor como se mobilizam e como se dá a relação dela com outras mediações. O primeiro passo foi dado, reconhecemos as pessoas com deficiência intelectual como público jornalístico, mesmo com referências escassas, num contexto pandêmico que atravessou o processo investigativo e, por isso, traz, digamos, perspectivas ainda limitadas, que no futuro podem e merecem ser ampliadas. Do mais, que seja proveitoso e válido o debate aqui proposto para aprimorarmos o exercício jornalístico e, de modo igual, aglutinar conhecimento para avançarmos nas disciplinas formativas de novos profissionais que se atentem às especificidades, aos direitos e à cidadania comunicativa das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. MEC determina volta às aulas presenciais a partir de janeiro. **Agência Brasil**, Brasília, 02 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-12/mec-determina-volta-aulas-presenciais-partir-de-4-de-janeiro> Acesso em: 13 fev. 2021.
- ALCURI, Gabriela. et all. O Relatório MacBride - História, importância e desafios. **Simulação das Nações Unidas para Secundaristas**. 2012. p.143-165.
- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que Sai Sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- ANHESINI, Victória. Por que o gás de cozinha está tão caro? Entenda a alta dos preços. **UOL**, São Paulo, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/29/gas-de-cozinha-alta-precos.htm> Acesso em: 13 fev. 2021.
- ARRUDA, Jéssica. Black Lives Matter: entenda movimento por trás da hashtag que mobiliza atos. **UOL**, São Paulo, 03 jun. 2020. em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm> Acesso em: 27 jan. 2021.
- BALANÇO GERAL. Carro bate em ônibus próximo a Campo Mourão e cinco pessoas ficaram feridas. **Balanço Geral**, Maringá, 18 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tJPn4tDRPrI> Acesso em: 18 jan. 2021.
- BALANÇO GERAL. Suspeito de furtar botijões de gás tem que sair empurrando o carro da fuga. **Balanço Geral**, Maringá, 12 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mkKmNDzEdGU> Acesso em: 26 jan. 2021.
- BALANÇO GERAL. Pais em carreta pedem retorno das aulas presenciais em Maringá. **Balanço Geral**, Maringá, 18 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c6ftDPQmVik> Acesso em: 26 jan. 2021.
- BANDEIRA, Denize Daudt. A relação entre os processos de comunicação e cidadania. **Estudos**, Goiânia, v. 38, n. 4, p. 517-584, out./dez. 2011.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BAVIA, Márcia Maria Passerini; CONEGLIAN, André Luís Onório. Avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, na Educação de Jovens e Adultos, na Escola de Educação Básica da Educação Especial. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2014**. Curitiba: SEED – PR, 2014.
- BECKER, Howard. **Métodos da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BEILFUSS, Letícia Paola. **Acessibilidade Comunicativa na prática jornalística cotidiana**. 2016. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.
- BERNI, Felipe Collar. Interfaces entre Jornalismo, estudos de recepção e pessoa com deficiência: apontamentos e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO,

42., 2019, Belém. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0138-1.pdf> Acesso em: 09 mar. 2020.

BIANCHI, Graziela Soares. Recepção jornalística: relações e perspectivas. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 3, p.317-334, maio. 2019.

BIERNATH, André. Coronavírus: os bastidores da operação que resgatou brasileiros na China. **Veja Saúde**, São Paulo, 02 mar. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-brasileiros-china/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BOAVENTURA, Katrine Tokarski; MARTINO, Luiz Claudio. Estudos Culturais latino-americanos: convergências, divergências e críticas. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 22, p. 3-19, jan./jun. 2010.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONIN, Jiani Adriana. Dos meios às mediações: chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. **Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p.59-73, set/dez. 2018a.

BONIN, Jiani Adriana. Processos e percursos de construção de pesquisas em recepção: algumas reflexões epistêmico-metodológicas. **CONEXÃO: COMUNICAÇÃO E CULTURA**, Dossiê, p. 13-25, 2018b.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2015.

BONITO, Marco. Jornalismo digital deficiente e inconvergente. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012, Fortaleza. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2297-1.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BONITO, Marco. A Problematização da Acessibilidade Comunicativa como Característica Conceitual do Jornalismo Digital. **Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p.175-193, jan./jun. 2016.

BONITO, Marco; ALBUQUERQUE, Marina Zoppas; NASI, Lara. Perspectiva para entender as apropriações culturais dos sujeitos comunicantes com deficiência visual. *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 12., 2014, Lima. **Anais [...]** Bogotá: ALAIC, 2014. Disponível em: http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2014/11/GT8-Bonito_Albuquerque_Nasi.pdf Acesso em: 20 mar. 2020.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos; BEILFUSS, Letícia. O jornalismo deficiente, sem acessibilidade comunicativa, nas práxis cotidianas do grupo RBS de Comunicação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15., 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: SBPJor, 2017. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/view/835/484> Acesso em: 20 mar. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 – **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009 - **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

CBN. Colégios cívico-militares: alteração na lei segue em discussão. **CBN**, Curitiba, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://cbncuritiba.com/colégios-civico-militares-alteracao-na-lei-segue-em-discussao/> Acesso em: 28 jan. 2021.

CHUVAS deixam o Rio de Janeiro em estado de atenção. **Agência Brasil**, Brasília, [S.I.] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/chuvas-deixam-o-rio-de-janeiro-em-estagio-de-atencao>. Acesso em: 25 jan. 2021.

COSTA, Dóris Anita Freire. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 232-240, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Delineamentos para uma Cartografia Brasileira dos Estudos Culturais. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v.7. n.2, p. 19-30, ago./dez. 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p.115-135, nov. 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Estudos culturais latino-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputas. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.99-113, jan/abr. 2018.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Um olhar sobre os estudos culturais latino-americanos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 9., 2000, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Compós, 2000. Disponível: http://compos.org.br/data/biblioteca_1396.pdf Acesso em: 07 jan. 2021.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 124-131, maio/ago. 2014.

FERNANDES, Adélia Barroso. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2002. p. 1-12. Disponível em: portcom.intercom.org.br/pdfs/145134406368497586467557075036965428965.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021.

G1. Gugu Liberato, um dos maiores nomes da TV brasileira, morre aos 60 anos, **G1 Pop & Arte**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/11/22/gugu-liberato-morre-nos-estados-unidos.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2021.

G1. Diego Maradona morre na Argentina aos 60 anos. **G1**, São Paulo, 25 nov. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/25/diego-maradona-morre-aos-60-anos.ghtml> Acesso em: 27 jan. 2021.

GADINI, Sérgio Luiz. “Dilemas da Pesquisa no Jornalismo Contemporâneo”. Da abrangência midiática à ausência de métodos específicos de investigação. **Pauta Geral**, Florianópolis, ano 12, n. 7., 2005.

GARCIA, Marcos Leite. As "gerações" de direitos humanos segundo Norberto Bobbio: sua utilidade didática para a educação à cidadania no Brasil e na América Latina. *In*: TOSI, Giuseppe (org.). **Norberto**

Bobbio: democracia, direitos humanos e relações internacionais. democracia, direitos humanos e relações internacionais. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009. (Vol 1). Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wpcontent/uploads/2016/03/EBOOK_BOBBIO_VOL1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOLD, Nora; AUSLANDER, Gail. Gender Issues in Newspaper Coverage of People with Disabilities: A Canada-Israel Comparison. **Women & Health**, 29(4), 75-76, 2019.

GROHMANN, Rafael. Estudo de recepção com jornalistas: reflexões metodológicas. **Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.71-82, jan/jun. 2013.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JACKS, Nilda. Tendências latino-americanas nos estudos de recepção. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p.44-49, jul/dez. 1996.

JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. **Meios e audiências**: a emergência dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, Nilda et al. **Meios e audiências II**: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2014.

JOHN, Valquíria Michela. Recepção dos conteúdos jornalísticos: gênese e lacunas. In: JACKS, Nilda et al. **Meios e audiências II**: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 139-169.

JOHN, Valquíria Michela; CAMINADA, Thiago Amorim; COSTA, Felipe da. As audiências interessam à pesquisa em jornalismo? In: JACKS, Nilda et al. **Meios e audiências III**: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 135-158.

JORNAL NACIONAL. Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho completa um ano. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/01/25/rompimento-da-barragem-da-vale-em-brumadinho-completa-um-ano.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2021.

JORNAL NACIONAL. Em Manaus, hospitais lotados ficam sem oxigênio e pacientes são transferidos para outros estados. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9179566/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LUCKASSON, Ruth. et al. **Mental retardation**: Definition, classification, and systems of supports. 10 ed. Washington, DC.: American Association on Mental Retardation, 2002.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 28-36, jan./jun. 2017.

MARINGÁ URGENTE. Apresentação. **Maringá Urgente**, Maringá. [S.l.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCt5GLmr8fAO-RhAoiomuuGg> Acesso em: 29 jan. 2021.

MARQUES, Patrick. Número de queimadas nos dois primeiros meses de 2020 é maior que os últimos 3 anos. **G1**, Manaus, 04 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/03/04/numero-de-queimadas-nos-dois-primeiros-meses-de-2020-e-maior-dos-ultimos-3-anos.ghtml> Acesso em: 25 jan. 2021.

MARQUES DE MELO, José. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **Logos**, [S.l.], v. 15, n. 1 (2008), p. 42-59, ago. 2014. ISSN 1982-2391. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12486>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MARTINS, Vanessa. Morre Francisco Camargo, pai dos sertanejos Zezé e Luciano. **G1**, Goiânia, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/11/24/morre-francisco-camargo-pai-de-zeze-e-luciano.ghtml> Acesso em: 27 jan. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicación, pueblo y cultura en el tiempo de las transnacionales. In: MORAGAS, Miguel de. **Sociología de la comunicación de masas**: nuevos problemas y transformación tecnológica. v. 4. Barcelona: Gili, 1986. Disponível em: <https://goo.gl/CtsQsh>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2009.

MAYER, Flávia Affonso. **Imagem como símbolo acústico**: a semiótica aplicada à prática da audiodescrição. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2012.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como Forma de Conhecimento. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998.

MEIO DIA PARANÁ. Edição do dia 13 de janeiro de 2021. **RPC**, Maringá, 13 jan. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/edicao/2021/01/13/videos-meio-dia-parana-de-quarta-feira-13-de-janeiro.ghtml> Acesso em: 28 jan. 2021.

MEIO DIA PARANÁ. Jovem é hospitalizado após ser espancado em roubo. **RPC**, Maringá, 14 jan. 2021b. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9177799/?s=0s> Acesso em: 26 jan. 2021.

MEIO DIA PARANÁ. Câmara de Maringá arquiva 83 projetos de não eleitos. **RPC**, Maringá, 13 jan. 2021c. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9174735/> Acesso em: 26 jan. 2021.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda** - a mídia e a opinião pública. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MUNHOZ, Divanir Eulalia Naressi. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 26-40, 2006.

O GLOBO. Morte de João Alberto evidencia dimensão do racismo no Brasil, diz ONU. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/morte-de-joao-alberto-evidencia-dimensao-do-racismo-no-brasil-diz-onu-24759166> Acesso em: 27 jan. 2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

ONU. OMS lista público prioritário para vacinas e elogia estudos de soroprevalência da Covid-19. **ONU News**, Nova Iorque, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1735372> Acesso em: 14 fev. 2021.

ORTIZ, Renato. Estudos Culturais. **Tempo social**, São Paulo, v. 16, n.1. p. 119-127, junho, 2004.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O Direito à Diferença**: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: Ibepe, 2008.

PARANÁ, Governo do Estado. Paraná confirma mais de 9 mil casos de dengue em uma semana. **Agência de Notícias do Paraná**, Curitiba, 26 fev. 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105864&tit=Parana-confirma-mais-de-9-mil-casos-de-dengue-em-uma-semana>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PEÑA, Luciana. Assassinato de mulher em Sarandi pode ter sido premeditado. **GMC Online**, Maringá, 23 jan. 2020a. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/policial/assassinato-de-mulher-em-sarandi-pode-ter-sido-premeditado/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PEÑA, Luciana. Moradora de Maringá vai acampar perto de cachoeira e é assassinada. **CBN**, Maringá, 27 jan. 2020b. Disponível em: <https://cbnmaringa.com.br/noticia/moradora-de-maringa-vai-acampar-perto-de-cachoeira-e-e-assassinada>.

PERUZZO, Cicília. Mídia local e regional: aspectos e tendências. **Revista Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, ano 26, n. 43, p.67-84, 2005.

PONTES, Felipe Simão. Adelmo Genro Filho e a teoria do Jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide. **Brazilian Journalism Research**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 164-181, jan./abr. 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Contracampo**, Niterói, v. 32, n. 2, p. 73-90, abr./jul. 2015.

RIBEIRO, Tayguara. Famílias afetadas por chuvas no litoral paulista receberão R\$1.000. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/familias-afetadas-no-litoral-paulista-receberao-r-1-mil.shtml> Acesso em: 25 jan. 2021.

RESTREPO, Eduardo. Estudios culturales en América Latina. **Revista Estudos Culturais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2014.

RONSINI, Veneza V. Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Compós, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf Acesso em: 21 mar. 2020.

SABÓIA, Gabriel; et al. Anvisa aprova uso emergencial das vacinas CoronaVac e AstraZeneca no Brasil. **UOL**, São Paulo, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/17/anvisa-aprova-pedido-de-vacina-do-butantan-e-da-fiocruz.htm> Acesso em: 25 jan. 2021.

SAGGIN, Lúvia; BONIN, Jiani Adriana. Perspectivas para pensar as inter-relações entre sujeitos comunicantes e mídias digitais na constituição de cidadania comunicativa. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 32, p. 97-113, jul./dez. 2017.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** - Rio de Janeiro: WVA, 1997. Rio de Janeiro

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia.** Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento da cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SOUSA, Joana Belarmino de. Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIBERJORNALISMO, 5., 2014, Campo Grande. **Anais [...]** Campo Grande: UFMS, 2014. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/7863/1/5592_11560.pdf Acesso em: 04 abr. 2019.

TITCHKOSKY, Tayna. Disability in the News: A Reconsideration of Reading. **Disability & Society**, v.20, n.6, p. 655-668, 2005.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época.** Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WILKINSON, Penny; MCGILL, Peter. Representation of People with Intellectual Disabilities in a British Newspaper in 1983 and 2001. **Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities**, v. 22, n. 1, p. 65-76, 2009.

APÊNDICE A – EIXOS NORTEADORES PARA AS ENTREVISTAS

Identificação

Idade;

Gênero;

Com quem reside?

Ambiente de trabalho do/da entrevistado/da e de seus responsáveis;

Anos de ensino;

Escola regular/especial;

Acesso e consumo dos meios de comunicação

Dispositivos disponíveis para consumo (TV, rádio, jornal, revista, computador, dispositivo móvel);

Dispositivos consumidos (TV, rádio, jornal, revista, computador, dispositivo móvel);

Frequência de consumo;

Horários;

Locais;

Emissoras;

Programas/conteúdos (jornalismo e entretenimento);

Como ocorre o consumo: sozinho ou acompanhado (de quem?);

Histórico midiático;

Consumo de produtos jornalísticos

Onde? Por quais meios?

Programas e personagens do jornalismo;

Frequência de consumo jornalístico;

Horários de consumo;

Dispositivos para o consumo;

Organização do consumo jornalístico no cotidiano;

Consumo de conteúdos jornalísticos

Qual notícia você ouviu/viu hoje? Por qual meio?

Qual tipo de notícia mais consumida?

Qual tipo de notícia te chama atenção? Por quê?

Qual tipo de notícia mais gosta? Por quê?

APÊNDICE B – NOTAS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

F. (16 ANOS)

Mora com a avó, estuda no período da manhã no EJA regular, trabalha das 14 às 18h. Consome televisão antes da escola e quando chega do trabalho, RPC e Rede Massa (SBT) são os favoritos. Assiste sozinho, visto que a avó vai dormir. Jornais e filmes são os conteúdos que gosta. Não possui rádio, não consome revista nem jornal impresso. Acessava o computador no antigo colégio, preferia jogar. Na empresa, possui TV na sala de “descanso”.

Sobre jornalismo, assiste o Primeiro Impacto, telejornal do SBT, apresentado por Marcão do Povo, “aparece todas aquelas notícias de São Paulo, do Brasil... os roubos”. Também, acompanha o Hora 1. Sobre as notícias da atualidade, “Maringá... atropelamento, porque aqui só tem atropelamento”. Gosta de acompanhar notícias de esporte, mas, “política não”.

G. (17 ANOS)

Ainda não trabalha, busca o primeiro emprego. Mora com a mãe, padrasto e irmã. No período da manhã, estuda na APAE. No contraturno escolar, quando não frequenta o Programa, fica em casa ajudando nos serviços domésticos. Gosta de mexer no celular para conversar com a mãe pelo WhatsApp. Na TV, assiste jogo de futebol, jornal, filmes e programas de entretenimento. O Jornal Nacional é seu favorito, assiste com a família. Na rádio, ouve música e programas evangélicos. Perguntado se lembra de algum repórter, acusa o nome de Roberto Cabrini. Perguntado sobre o que é/foi notícia recentemente, lembra de acidentes no trânsito.

Y. (17 ANOS)

É cego de um olho. Já está inserido no mercado de trabalho. Mora com a mãe. Estuda no período da manhã em escola regular. Trabalha no período vespertino. Ajuda nas tarefas domésticas quando está em casa. No tempo livre, passa jogando videogame. Televisão não é o que te agrada, quando assistia buscava ver desenhos, gosta de assistir vídeos no YouTube e Netflix. Sobre o consumo de jornal, Y. afirma: “por causa de muitos problemas que tenho, eu sinto que vou morrer toda vez que vejo jornal... então eu evito”. Como não assiste jornal, “tudo o que sei de jornalismo é por causa dos memes da internet, que eu acabo pesquisando um pouco sobre”. Pergunto o que está na mídia, coronavírus é lembrado. Especificamente no Brasil, lembra das queimadas na Amazônia, “terrível”. Não ouve rádio. Quando está enjoado do computador, fica bastante tempo no vídeo game e vice-versa. Utiliza o WhatsApp e Facebook. Não gosta de

twitter nem de Instagram, prefere ler um livro. Possui gosto variado para música, no geral, gosta de eletrônica.

J. (26 ANOS)

Mora com o pai e irmão. Trabalha no turno das 16h às 20h. Não estuda. No período da manhã fica em casa. A televisão da casa atualmente estava queimada, quando funcionava gostava de acompanhar a novela Malhação. Perguntada se acompanhava o jornalismo, “não sou muito chegada não”, reclama da quantidade de notícias ruins. Ouve rádio, especialmente para acompanhar as músicas sertanejas. Em seu celular, gosta de ouvir música e trocar mensagens pelo WhatsApp. Possui Facebook e utiliza o YouTube. Gosta de assistir filme. Questionada sobre o que foi notícia recentemente, não lembra de um fato específico, mas reitera os sucessivos acidentes que ocorrem na região.

P. (21 ANOS)

Mora com a mãe em Sarandi, na Região Metropolitana de Maringá. Trabalha no vespertino. De manhã fica em casa. Gosta de assistir Netflix e mexer no celular. Na televisão, além de assistir filme, acompanha novelas e o Jornal Nacional, “vejo as reportagens, mas às vezes nem presto atenção”, acompanha ainda o BBB. Rádio não ouve. P. lembra que jornal impresso até chegava na sua casa, “mas como ninguém lia, ficava só colecionando” cancelaram a assinatura. Possuem Facebook e Instagram.

Especificamente sobre o jornalismo, lembra da atuação do William Bonner e Patrícia Poeta. Gosta de acompanhar as notícias de política, já não gosta do estilo do Cidade Alerta, “eles ficam falando de morte, estupro... o dia inteiro falando... você fica vendo aquilo... antes eu assistia muito, agora não assisto mais”. Parou “porque cansa, eu assistia demais”. Das notícias que mais chama atenção na atualidade lembra do surto de coronavírus na China.

M. (19 ANOS)

Mora com os pais e irmã. Estuda no período matutino. Gosta de praticar exercícios. Rádio ouve esporadicamente, no carro e em casa. No celular, gosta de mexer no WhatsApp, Facebook, Instagram e YouTube - “para ver os vídeos engraçados”. Na TV gosta de acompanhar filmes, especialmente de terror, ação e ficção, e futebol, por sua vez, não acompanha jornal. Sobre o jornalismo, diz que de vez em quando acompanha na companhia do pai, “dou uma olhadinha, depois vou mexer no celular”. As notícias que te chama atenção são relacionadas a futebol e relacionadas a previsão do tempo. Pelo celular, “de vez em quando... aquela passada... de vez

em quando eu olho, quando é alguma coisa importante”. Questionado sobre o que é importante, exemplifica com a dengue.

B. (22 ANOS)

Casado, mora com a esposa em Sarandi. De manhã, fica em casa assistindo filmes pela Netflix. Não possuem rádio. Não assiste programas jornalísticos, “só passa coisa ruim”, é pela Internet acompanha o que acontece no mundo. Pelo Facebook, afirma que “só aparece tragédia”. Perguntado sobre os últimos acontecimentos, lembra do caso de feminicídio na cidade, “a tragédia com minha colega, Jaciara”.

G. (14 ANOS)

Reside na casa LAR em Sarandi. Lá tem televisão, não possui rádio, às vezes chega jornal impresso, revista, computador. Gosta de assistir filme pela Netflix. Na TV, acompanha novelas, além de assistir Globo, SBT, Record, canal da Unicesumar. Quando perguntado sobre se assistia jornal, relata sobre o acesso ao G1 pelo celular, por onde acompanha as notícias. “Tem notícias de ator, fofocas, futebol”. Possui Facebook e WhatsApp, onde às vezes aparecem notícias, “mas as coisas nem tudo é verdade”. Diz que já caiu em notícias falsas, “Bolsonaro tinha sido preso”. Lembra do Pinga Fogo, apresentador da Band na cidade, “ele só sabe falar de morte”, pauta que não agrada G.. Assiste televisão acompanhado dos outros moradores do Lar, “as tias também assistem”, com quem comenta o que acabara de ver. Além do Pinga Fogo, lembra de João Lobo. Registra a importância do jornalismo, “para você estar ligado nas coisas que acontece”.

S. (16 ANOS)

Ainda não está no mercado de trabalho. Estuda no período da manhã, no oitavo ano. Assiste televisão acompanhada do pai, jornal e novela são os principais. O que mais acompanha é o Salsicha. Ouve rádio pelo celular, a emissora que mais ouve é a Maringá FM. O computador que tinha em casa estragou, Samara relata que gostava de mexer para jogar e pesquisar. Com o celular, faz pesquisa no Google e navega no YouTube, onde também assiste jornal. Acompanha as notícias pelo G1. Lembra do coronavírus, “uma catástrofe... não acharam ainda uma solução”. É a noite onde utiliza os meios de comunicação, visto seus compromissos durante o dia. Gosta de acompanhar as notícias leves do dia a dia. Não gosta de notícias “muito forte”, como a de Brumadinho que completou 1 ano, “esse me pegou... forte”. Vê no jornalismo a oportunidade de ficar “Ligada no que está acontecendo... é importante acompanhar para saber o que está rolando”.

R. (16 ANOS)

Morador de Sarandi, já está trabalhando. Apesar de possuir televisão em casa, não assiste, prefere ficar mexendo no celular. Passeia por jogos, desenhos e Netflix. Notícias não chamam sua atenção, “é sem graça, não tem nada de diferente”. Não ouve rádio.

I. (18 ANOS)

Mora com os pais e já trabalha. Já concluiu os estudos. Acompanha jornal pela TV. Apesar de terem rádio, ouvem as estações pelo celular. No computador, gosta de acessar o YouTube e Netflix. No celular, gosta de ouvir música e acessar o Facebook. O tempo livre para assistir tv é a noite, junto com os pais. Novelas e jornais são os preferidos. Globo e SBT são os canais mais consumidos. As notícias recentes que chamaram a atenção foram os temporais em São Paulo, “as tragédias, as mortes”. Sobre a importância do jornalismo, entende que se não consumimos “ficamos perdidos”.

L. (15 ANOS)

Mora no sítio em Ourizona com os pais e já está trabalhando. Na TV gosta de assistir à Rede Globo e ao SBT, os programas de entretenimento e filmes. Já os telejornais, assiste raramente. Possui e ouve rádio, especialmente a Maringá FM. Em casa tem computador, mas são os pais que utilizam. Acompanha as notícias do dia a dia pela escola. Sobre as últimas notícias, lembra do coronavírus, “que ta matando várias pessoas”. Acredita na importância do jornalismo, “porque ele te mantém informado, com bastante informação”.

K. (21 ANOS)

Mora com os pais e já trabalha. Está estudando. Na TV gosta de assistir novela. Já os telejornais não agradam, “só passa reportagens... com coisas erradas, mortes, estupro, marido matando mulher, filho matar pai”, acredita que para melhorar, o jornalismo precisava passar “mais coisas boas... um filme, novelas que não tem muitas coisas erradas”. Não possui rádio, ouve músicas evangélicas e católicas, Padre Reginaldo, ouve pelo celular. O computador em casa quem mais utiliza são os pais. Acessa as redes sociais pelo WhatsApp. Assiste televisão sozinha, pois tem uma própria no seu quarto. Embora não acompanha, acha importante o jornalismo “para ter mais informação para dar para as pessoas, para fazer as coisas certas”.

D. (21 ANOS)

Mora com a mãe e com a irmã, trabalha e cursa o segundo ano do ensino médio. À noite, D. assiste televisão, “as reportagens e as novelas”, junto com a mãe. Também acompanha as notícias pelo celular, “pelo Google”. Sobre as notícias lembra dos acidentes, roubos, assaltos. De manhã, antes de ir para a escola assiste o Bom dia Brasil. Sobre notícias contemporâneas, lembra do feminicídio envolvendo Maria Glória, estuprada e assassinada quando visitava uma cachoeira na região de Maringá. Fala da importância do jornalismo, “da segurança pra gente”

R. (15 ANOS)

Negra e ensurdecida, mora com os pais e com a irmã. Estuda em colégio acessível a deficientes auditivos e trabalha no período vespertino. A noite assiste televisão. A Globo é sua emissora favorita, acompanha o Paraná TV e o Jornal Nacional, novelas e o BBB, “Eu fico assistindo a Globo para um dia eu aparecer lá”. Gosta de ouvir músicas. Não tem celular. Apesar de assistir jornal, não gosta, remete a um acidente que o irmão sofreu no ano anterior, “parece que está acontecendo de novo”. Não gosta de acompanhar política, “quando é política eu saio da sala”, gosta de se informar sobre as “coisas que acontece no mundo”, exemplifica com o caso do coronavírus. Fala das atualidades que cai na prova do colégio e da importância do jornalismo para saber. Sobre o que chamou atenção recentemente fala do coronavírus, “só espero que isso acaba... é horrível”. Também consome notícias pela internet. “O jornalismo é importante porque ele além de dar um conselho, um aviso para as pessoas, ele também precisa se proteger”. Reconhece as dificuldades e perigos existentes na profissão. Fala da admiração pela Maria Júlia Coutinho, de sua beleza e talento. (Passa a sensação de representatividade). Questiona o perfil de um apresentador de telejornal da cidade, o Salsicha, “ele é muito revoltado... ele não me engana não, tem vez que mente... mas ele protege o Paraná... quando ele fica bravo ninguém gosta... Salsicha é Salsicha mesmo”. R. termina contando um caso de racismo, envolvendo uma sobrinha.

MF. (16 ANOS)

Mora com a mãe e irmãos, cursa a primeira série do CEBEJA e trabalha no contraturno. Gosta de assistir televisão, “ver futebol, desenho e jornal”. Também é usuário da Netflix. No telejornalismo, acompanha o programa de Eduardo Santos, no SBT. Escuta bastante música pelo rádio, tanto pelo aparelho tradicional, quanto pelo celular. Pelo celular, utiliza o YouTube e para jogar em aplicativos. Utiliza o Google para pesquisar sobre jogos, vídeos e previsão, “até converso com o Google”. Assiste o jornal quando chega da escola, o que mais vê são notícias

sobre “acidente, como está Maringá, sobre as coisas que acontece na cidade... é legal ficar vendo essas coisas, saber de tudo”. Já foi entrevistado. Sobre a importância do jornalismo, “é demais, fica sabendo das notícias, sobre tudo...”

FA. (17 ANOS)

Mora com a mãe e o padrasto, trabalha e estuda. Não gosta de assistir televisão. Rádio, escuta para ouvir música, Maringá FM é a favorita. Utiliza o celular para conversar com amigos e para jogar. Possui WhatsApp, Facebook e Instagram. Não acompanha as notícias, sabe do que está acontecendo pelas fofocas da mãe. Sobre não acompanhar o jornalismo diz não gostar das coisas ruins que está acontecendo. Mas acha importante o jornalismo, “ele fala pra nós como está as coisas, o que está acontecendo”. De notícias recentes, lembra o coronavírus.

A. (30 ANOS)

Mora com a mãe e o padrasto. Trabalha a tarde. Nas horas vagas costuma jogar videogame. Na TV gosta de assistir esporte e Netflix, a emissora favorita é a Globo. Nela, acompanha o Jornal Nacional e as novelas, na companhia dos familiares. Rádio ouve pelo celular, músicas sertanejas. Também usa o celular para mandar mensagens no WhatsApp. De jornalistas lembra de William Bonner. Não lembra de nenhuma notícia recentemente.

G. (16 ANOS)

Mora com a avó, estuda na própria APAE e trabalha no período vespertino. Possui televisão em casa, porém prefere ficar no celular. Na TV, assiste novelas, filmes e jornal, “assisto até acabar”. SBT Brasil é o seu favorito. Assiste na companhia da avó. Possui rádio em casa, não houve com frequência. Utiliza o computador para jogar. Grava os jogos para colocar no seu canal no YouTube. Coronavírus é o assunto que mais chama atenção de G.. Lembra também das notícias envolvendo a morte de Gugu Liberato.

G. (15 ANOS)

Mora com a avó, trabalha e estuda de manhã. Relata que não acha que precisa ser aluno da APAE, “cara eu não, mas acho que eu não tenho nenhum problema... eu não me considero que seja imperativo, todo dia eu to tranquilo... acho que erraram meu laudo”. A televisão de casa usa para jogar videogame. Jornal acompanha pela internet, “vejo os vídeos pelo Youtube... canal da Record...”. Notícias sobre política são suas favoritas. Comenta do imbróglio envolvendo o ICMS do combustível, no qual Bolsonaro desafiou os governadores a baixarem.

No rádio, de vez em quando, escuta música. O computador utiliza para fazer os trabalhos escolares. Sobre o telejornalismo, “de vez em quando minha vó me chama... ai eu vou lá ver”, são notícias sobre o cuidado para o dia a dia, “esse negócio de dengue e do coronavírus... que ela também me chamou para ver”. Nas redes sociais segue Jair Bolsonaro, “se começar avacalhar eu vou embora... é o presidente que tá”. Sobre as notícias que acham importante, lembra do resgate de brasileiros na China, no combate ao coronavírus. “Mas a Globo eu não assisto não... a Globo é manipulada, na minha opinião. Os outros canais... sei lá, parece que fala a verdade... a Globo só tenta colocar uma imagem ruim do Bolsonaro”. Gosta de acompanhar as novidades automotivas, “de vez em quando eles mostra os carros que chegam aqui”. Notícias de morte, tragédia, “de feminicídio” não lhe agrada. Fala também da importância do jornalismo para a sociedade, “aí todo mundo fica informado, mas tem jornais que dão uma maquiada, né”. Questiono como descobrimos as coisas, “a internet está aí para mostrar a verdade, na minha opinião... ela está aí para mostrar o que a televisão não mostra”. Sobre pessoas que não gosta de jornalismo, “eu acho que sou um dos poucos, nessa idade, que gosta... porque a maioria, hoje em dia, é tudo irresponsável, não pensa na vida”.

M. (42 ANOS)

Trabalha a tarde, passa a manhã em casa, onde mora com a mãe. No tempo livre, escuta música no celular e joga videogame. Na TV, assiste mais filme, jornal também assiste com frequência, principalmente o da Record. Na Globo, assiste o Bom Dia Brasil. Rádio acompanha pelo celular, embora possuir um aparelho em casa. De notícias lembra do caso de coronavírus.

L. (14 ANOS)

Mora com os pais e com a irmã, trabalha a tarde e estuda de manhã. Na televisão gosta de acompanhar futebol, com o pai assiste jornal e novela. Assistem o Jornal Nacional, “que fala do mundo inteiro”, com frequência. Rádio ouve a Maringá FM, músicas sertanejas, principalmente. Em casa tem um notebook, mas apenas os pais mexem. No seu aparelho de celular, ouve música e assiste vídeos. Chama atenção para os casos do coronavírus, da prevenção e da quarentena e dos alagamentos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Associa o jornalismo a prevenção, “informa a gente para prevenir”. Diz que além do jornalismo é possível aprender em outros lugares, como na escola, vem os jornais “como um reforço”.

M. (16 ANOS)

Mora com a mãe e irmão, estuda na própria APAE e ainda não está trabalhando. Na TV de casa gosta de assistir filmes e jogo de futebol. No telejornalismo, lembra de Eduardo Santos, apresentador do SBT. Ouve rádio e possui aparelho específico, gosta de ouvir RAP. Usa o celular para acessar o YouTube e acompanhar os esportes, basquete é seu favorito. Seu horário livre para assistir televisão é a noite, normalmente sozinho. Sobre as notícias que acompanha no programa de Eduardo Santos, lembra dos casos de acidente, “dos vídeos de churrasco que você vai ligando... eu ganhei um”.

L. (22 ANOS)

Mora com os pais, trabalha das 16 às 20h, no período matutino estuda, gosta de ler livros. Na televisão, “o que passa mais é jornal”. L. diz gostar de assistir jornal, “é cada coisa que passa no jornal, que Deus me livre... é morte, acidente, tragédia... eu fico lá olhando... essas notícias que saí... do Bolsonaro”. Lembra das chuvas e temporais que atingiram São Paulo. Rádio acompanha as programações evangélicas e músicas gospel. Na televisão, acompanha mais o SBT, assiste o SBT Brasil, Notícia em Foco, Maringá Urgente e o Tribuna da Massa, acompanhado dos pais. “O Maringá Urgente só fala de morte e acidente”, já o Tribuna “só fala de política”. Das notícias que chamaram sua atenção, lembra do aumento do salário mínimo. Acredita na importância do jornalismo, “para as pessoas saberem de tudo o que acontece antes de saírem de casa... sempre é bom”.

J. (24 ANOS)

Mora com os pais, atualmente não trabalha, adora televisão e é fã da Naiara Azevedo. De manhã ajuda nas tarefas domésticas e também assiste programas na TV. Gosta de acompanhar o programa Eduardo Santos, também do Salsicha, o Paraná TV, “só tem tragédia”. Também acompanha novelas e programas de entretenimento. Rádio ouve muito pouco. No celular, gosta de mexer no Facebook, no WhatsApp, no YouTube, utiliza o Google para pesquisar palavras que não sabe. Pelo celular não pesquisa notícias, mas lembra que de vez em quando aparece pelo Facebook. Assiste televisão na companhia dos pais, “meu pai é motorista da circular, de vez em quando um ônibus bateu, aí ele pergunta pra mim o que aconteceu com a família... aí eu conto, se morreu, se estão bem...”. Fala da importância das pessoas acompanharem os jornais, “ficam informadas e conectadas”.

T. (19 ANOS)

Mora com a mãe e irmãos. Estuda de manhã e não trabalha. Utiliza a televisão para assistir Netflix. Jornal assiste de vez em quando, gosta o do Meio Dia Paraná e do jornal da noite. Utiliza o computador para trabalhos escolares, já no celular, gosta de jogar e buscar por notícia. Lembra da Folha de SP e gosta de acompanhar as notícias do dia a dia. Acredita na importância do jornalismo para informar as pessoas.

APÊNDICE C – CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO COMUNICACIONAL E JORNALÍSTICO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

| | Aroldo | Augusta | Rosa | Dandara | Paulo |
|--|---|--|---|---|--|
| Meios de comunicação | Televisão; Rádio; Smartphone; | Televisão; Smartphone; | Televisão; Rádio; Smartphone; | Televisão; Smartphone; Computador; | Televisão; Rádio; Smartphone; |
| Emissoras que assistem | Globo; SBT. | Não tem preferência; | Globo; Record; Band; SBT. | Globo; SBT; Band; | Globo; SBT; |
| Conteúdos frequentemente consumidos na TV | Novela; Jogos de futebol; Entretenimento; Jornal; | Filmes; Jornal; | Novela; Entretenimento; Jornal; | Jornal; Novela. BBB; | Futebol; Desenho; Jornal. |
| Programas jornalísticos | Não especifica um, porém a programação regional das emissoras é apontada; | Não especifica: “eu paro em todos, porque jornal é bom a gente assistir, né?”. Notícias de esporte chamam sua atenção; | Maringá Urgente; Balanço Geral; | Boa Noite PR; Jornal Nacional; Balanço Geral; Pinga Fogo; | Globo Esporte; Jogo Aberto; |
| Personalidades jornalísticas | Não se recorda; | Willian Bonner; | Fátima Bernardes, Eduardo Santos, Salsicha; Marcelo Resende; | Maju Coutinho; Salsicha; Pinga Fogo; | Eduardo Santos; |
| Motivos que o fazem assistir jornal | “Para saber o que está acontecendo na região”; | “Se informar”; | “Para saber dos acontecimentos”; | Gosta de assistir jornal por conta da presença da Maria Júlia Coutinho; | “Para a gente saber o que está acontecendo no Brasil, no dia a dia”; |

| | | | | | |
|--|---|---------------|----------------------------------|--|---|
| Importância do jornalismo para sua vida | “eu acho que é bom acompanhar, sempre é bom acompanhar para ver como está o mundo... que nem agora com o coronavírus, o negócio da vacina, se vai sair a vacina, pessoal está ansioso”; | Conhecimento; | “Ficam informadas e conectadas”; | “O jornalismo traz informação, para ficarmos em alerta... o jornalismo tão ali para ajudar o mundo, para as pessoas terem... consciência”; | “é demais, fica sabendo das notícias, sobre tudo...”; |
|--|---|---------------|----------------------------------|--|---|

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL ONLINE

Pesquisador: Hoje, só para falar para vocês qual é a ideia. Durante a semana que passou, vocês mandaram bastante coisa para mim do que vocês estavam vendo e assistindo. Hoje, chegou o momento em que eu peguei alguns conteúdos que vocês apresentaram lá, mandaram no grupo, para a gente conseguir conversar sobre. Então, eu separei alguns trechos de alguns jornais, para vocês falarem o que vocês acham. Igual eu falei outras vezes, a gente está num ambiente em que vocês podem falar à vontade, o que vocês quiserem, o que vocês pensarem. Não tem certo e errado.

Paulo: Beleza.

Pesquisador: Eu peguei, então, conteúdos de três jornais que vocês falaram bastante vezes: Balanço Geral, do Salsicha; o outro é da RPC, o Meio Dia Paraná; e o Jornal Nacional. O que eu quero que vocês me falem, na maioria das vezes, o que vocês acharam das reportagens? O que chamou atenção? E depois, tem alguns pontos que separei para a gente bater um papo para finalizar.

Eu vou compartilhar, vai aparecer aí para vocês o primeiro vídeo. Foi tudo dessa semana agora. Apareceu aí?

Paulo: Apareceu.

Pesquisador: Vamos ver então.

Aroldo: Apareceu.

[REPORTAGEM 1 – Suspeito de furtar botijões de gás tem que sair empurrando o carro da fuga – Balanço Geral (RIC/Record)].

(pause)

Pesquisador: Vocês estão ouvindo?

Paulo: Sim, de boa.

Aroldo: Estamos ouvindo.

(play)

Pesquisador: O que vocês acharam dessa primeira? Vocês acham que é uma notícia importante para a gente?

Paulo: Eu acho... sei lá né... roubar o botijão de gás, pra que isso? Roubar coisa mais importante do que botijão de gás. Nem pra ser dinheiro, né? (risos)

Pesquisador: Eu vou mostrar mais um do Balanço Geral da RIC e aí a gente passa para o outro, tá?

Mas essas notícias de furto, é algo que vocês sempre assistem? Sempre aparece na TV? Vocês lembram de ver bastante coisa nesse sentido?

Paulo: Sim. Eu já vi um cara que roubou um boi.

Pesquisador: Lembra de mais algum?

Paulo: Se eu for falar todos que já vi... tem muitos.

Pesquisador: Aroldo e você, vê bastante disso?

Dandara: Felipe.

Aroldo: Eu acompanho bastante.

Dandara: Na minha opinião de roubar o botijão de gás, é uma coisa muito... é uma falta de respeito. Tipo assim, eu acho que a pessoa mesmo, ela deve estar passando por uma dificuldade difícil, mas não é ao ponto de querer roubar, tipo botijão de gás, porque sabe que isso prejudicar a vida. É um negócio bem doido.

Pesquisador: É bem isso. As pessoas muitas vezes vão roubar porque precisam, né? Ou estão passando fome. Ou não tem trabalho. Mas aí é complicado para os outros, né?

Aroldo: E outra também, a pessoa que vai roubar não tão nem aí se os outros vão sobreviver. Os donos de comércio, as vezes está lá armando, pega eles... Eles não tão nem aí se eles vão viver ou se eles vão morrer. Eles não têm amor na própria vida, né?

Pesquisador: Vou por mais um então para a gente ver.

Paulo: Beleza.

[REPORTAGEM 2 – Pais em carreata pedem retorno das aulas presenciais em Maringá – Balanço Geral (RIC/Record)].

Pesquisador: E essa daí, o que vocês acham?

Vocês assistiram uma reportagem dessa se tivessem na sala, ali sentados? É algo que chama a atenção de vocês?

Paulo: Um pouco.

Pesquisador: Por que um pouco?

Dandara: Aí, Felipe. Na minha opinião eu acho (*áudio inaudível*). Voltar as aulas numa semana e na outra ficar em casa. Eu acho injusto. Eu não gosto disso não. Mas eu prefiro, mil vezes, um dia sim, um dia não. Seria mais fácil. Porque ficar uma semana no colégio e a outra ficar em casa.... ah, muito ruim, pra todo mundo. É minha opinião.

Pesquisador: Dandara, então você acha que deve voltar as aulas?

Dandara: As minhas aulas eu não sei se volta não.

Pesquisador: Mas você acha que tem que voltar? Ou não?

Dandara: Ah eu acredito... Ah, sei lá.

Pesquisador: Tá. Vamos ouvir os outros então. O que vocês acham, Paulo e Aroldo? O que vocês acham daquela reportagem?

Paulo: Ah, sei lá.

Pesquisador: Não é algo que te agrada, Paulo?

Paulo: Não, nenhum pouco. Não vai resolver nada.

Pesquisador: Entendi. Mas nem vocês... suas aulas estão paradas, não tá?

Paulo: Aham.

Pesquisador: E o que você acha? Você acha que tem que voltar? Ou espera a vacina? O que você está achando?

Paulo: Esperar a vacina é melhor né. Porque não morre mais gente, né.

Pesquisador: E você Aroldo que não tem nada a ver com a história. Já passou dos estudos, tá trabalhando já.

Aroldo: Ah, eu acho que deveria voltar né. Igual hoje, eu assisti o jornal do meio dia. Maringá já estão se preparando, as salas de aula tudo... mantém distância dos alunos, as carteiras tudo longe uma da outra. Já estão se preparando para ter as aulas, para ter a volta as aulas. Eu acho

que deveria voltar, entendeu? Porque, imagina, tem muitas crianças, os pais não tem condições de fazer aula online, não tem televisão, não tem computador, né? E o pessoal, eu acho que fica muito atrasado. Então eu acho que deveria voltar. Com o uso de máscara, álcool gel, (*áudio inaudível*), com todas as atitudes. Porque mesmo, falaram que essa vacina sair que saiu, mas não é para a gente abrir mão de máscara, né? Para a gente continuar usando a máscara normalmente. Então eu acho que deveria sim.

Pesquisador: Vou por mais um. Agora da RPC. Ai depois a gente comenta também. Pode ser?

Não sei se vocês viram essa notícia.

[REPORTAGEM 3 – Jovem é hospitalizado após ser espancado em roubo – Meio Dia Paraná (RPC/Globo)]

Pesquisador: E esse caso, vocês viram?

Paulo: Sim, eu vi.

Aroldo: Inclusive, hoje passou uma reportagem que ele já está bem, né, já saiu do hospital. Não sei se você também acompanhou esse caso. Só que ele não tá comendo normal, tem que dar comida amassada para ele... mas ele tá se alimentando bem, já tá na casa dele e foi até ai onde eu acompanhei esse caso.

Pesquisador: É isso mesmo, passou hoje no jornal.

Aroldo: Passou hoje meio-dia.

Pesquisador: É o Paulo, acompanhou alguma coisa desse caso? O que acha disso?

Paulo: Eu acho errado, triste.

Pesquisador: Isso é algo que está acontecendo sempre? O que você andou vendo de violência?

Paulo: Ah tem muitos.

Pesquisador: Dandara, o que você acha?

Dandara: Ah, eu acho errado. Porque, acho o cara não fez nada contra essa pessoa. (*áudio inaudível*) lá no Catuaí é bem complicado. Então eu acho que ele pode ter reagido, né? Ai por isso foi espancado. Mas eu acho errado isso.

Pesquisador: Esse é um tipo de notícia que vocês sempre veem no jornal? É algo recorrente ou não?

Paulo: É.

Pesquisador: Bastante ou pouco?

Paulo: Mais ou menos.

Pesquisador: Tem algum outro caso que vocês lembrem de agressão?

Aroldo: Eu lembro de hoje. Não sei se você assistiu no jornal? Um ônibus de passageiro, 19 passageiro morreram... deu problema no ônibus. Morreu 19 pessoas, aí foram fazer bafômetro, para ver se o motorista estava bêbado, não tava. Realmente não teve como segurar o freio né. Essa foi a de hoje.

Pesquisador: Lá em Guaratuba, né Aroldo?

Aroldo: Sim, foi lá mesmo. Foi triste pra família, né?

Pesquisador: Vamos para mais um vídeo?

Também da RPC. Tá acabando os vídeos, prometo. Esse é de política, vamos ver se vocês gostam.

[REPORTAGEM 4 – Câmara de Maringá arquiva 83 projetos de não eleitos – Meio Dia Paraná (RPC/Globo)]

Pesquisador: Ouviram essa? Assuntos de política assim, vocês gostam ou não?

Paulo: Mais ou menos.

Pesquisador: Mais ou menos? Porque?

Paulo: Tem muita briga.

Pesquisador: E você Aroldo, o que você acha disso tudo? Você gosta desse tipo de reportagem? Ou é algo que você não liga muito não?

Ih, o Aroldo travou.

Dandara, você está me ouvindo? Você está sem microfone.

Paulo: Eu acho que ela bugou.

Pesquisador: Dandara, a gente não está te ouvindo. Liga o teu microfone aí.

Dandara: Eu não sei muito dizer sobre os 83 leitos não. (*áudio inaudível*), mas eu acho preocupante mesmo para o Paraná. Porque, como eu vi hoje na televisão... lá em Manaus teve um confronto que não teve mais leitos respiratórios, né? Parece que alguns pacientes que estavam internado lá tiveram que vir tudo para Curitiba, porque não tinha leitos lá e aqui, lá em Curitiba tinha. Mas o problema não é esse, em Curitiba eles estão com mais mortes acima da média daqui de Maringá. Eu acho errado, porque Curitiba quer abrir algumas coisas... comércio, lojas e voltar as aulas. Na minha opinião, eu acho que não daria certo, porque, a Curitiba está correndo risco quase todo dia. Enquanto em Maringá, os infectados (*áudio inaudível*). Mas eu acho que o prefeito tem que pensar pra não trazer tudo pra cá.

Pesquisador: Então você acha que cada estado, que cada paciente doente tem que ficar no seu estado? Para não atrapalhar os outros?

Aroldo caiu, voltou agora. Tá me ouvindo?

Aroldo: Caiu, Felipe. Mas agora está beleza.

Pesquisador: Fica tranquilo.

Vamos para o último vídeo. A Dandara falou de Manaus e é o vídeo sobre lá. Eu vou colocar o último vídeo então. É do Jornal Nacional.

[REPORTAGEM 5 – Em Manaus, hospitais lotados ficam sem oxigênio e pacientes são transferidos para outros estados – Jornal Nacional (Globo)]

Dandara interrompe a exibição.

Dandara: As pessoas que tomaram a primeira dose, que são os idosos do asilo e o pessoal do hospital, que tomaram a primeira dose. Parece que em fevereiro eles vão tomar a segunda dose. Daí quem não tomou a primeira, vai começar tudo a tomar a primeira dose. (*áudio inaudível*) Em fevereiro vão terminar de vacinar os idosos. Pelo que eu ouvi na televisão, depois de tomar a vacina, continua usando máscara é mais que obrigação, né? Até acabar esse COVID. Mas aí eu fico pensando, (*áudio inaudível*), tem muita gente que reclama. Por que é assim, pelo que eu saiba, (*áudio inaudível*). Por que aqui em Maringá, tem bastante idosos, aí até vacinar tudo, vai ser mais do que fevereiro. Mas eu não entendo, toma uma dose, depois toma a mesma dose? Eu não entendo.

Pesquisador: Cada pessoa vai ter que tomar duas doses. O que está acontecendo é que não tem dose para todo mundo, tem pouca vacina ainda. Então, primeiro vai tomar a primeira, vai passar

quinze dias, aquela pessoa que tomou a primeira, vai tomar a segunda. Para daí sim, outra pessoa tomar a primeira, pra depois tomar a segunda, sabe. Quem tomou uma, tem que tomar duas, porque se não, não faz diferença. Então primeiro pegaram os idosos que moram em asilo e aplicaram a primeira, agora em fevereiro vão aplicar a segunda. Ai depois disso vão pegar outro grupo, por exemplo, os idosos até 70 anos. Aí vai fazer todo esse movimento. Entendeu? Mas vamos acabar de ver aquele vídeo, aí a gente já volta falar do COVID, porque aí vai ter coisa legal pra gente discutir. Pode ser?

Aroldo: Pode ser.

[continuação REPORTAGEM 5]

Pesquisador: Vocês acompanharam esse caso gente?

Paulo: Eu sim.

Dandara: Eu fiquei sabendo desse de Manaus foi no Instagram. Eu vi um monte de gente postando sobre... paciente sem leito, tava morrendo com falta de ar. Eu fiquei sabendo pelo Instagram. Mas quando eu vi na televisão, quando passou, eu fiquei tão chocada, porque, no Manaus é uma cidade bem... pequena. Foi horrível. (*áudio inaudível*) Mas falaram que trouxeram alguns pacientes pra cá, mas eu não to entendendo isso.

Pesquisador: Só para tentar explicar a situação dos pacientes. É que lá acabou o oxigênio, que nos hospitais eles usam aquele cilindro, não sei se alguém já viu. E acabou. Então as pessoas não estavam conseguindo respirar e acabavam morrendo. Ai o que o pessoal fez, o jeito mais fácil é levar o povo para outro lugar que tenha oxigênio. Então foi para o Pará, foi lá para o Maranhão e teve caso de gente que precisou vir pra São Paulo, Curitiba, como você falou, falaram pra ir pra lá também. Foi essa a estratégia que fizeram.

O Paulo, você queria falar alguma coisa? Você viu isso daí?

Paulo: Eu vi no Facebook, no TikTok, no Instagram e no jornal.

Pesquisador: O que estavam falando? Era isso mesmo?

Paulo: Tava falando que era para ajudar Manaus. Ajudar com dinheiro, que eles iam agradecer muito. Tava muito precisando.

Pesquisador: Aroldo, você viu alguma coisa nesse estilo?

Aroldo: (*áudio inaudível*), então, mas eu ouvi falar sim. (*áudio inaudível*).

Paulo: E você?

Pesquisador: Eu?

O Aroldo está travando. Mas já volta. Voltou.

Você quer falar mais, Aroldo?

Aroldo: (*áudio inaudível*), pode passar para frente.

Pesquisador: A gente viu três programas que vocês falaram bastante. O primeiro foi o Salsicha, o Balanço Geral Maringá. O que mais passa nesses programas, especialmente o do Salsicha?

Paulo: Acidente, COVID, multa, mercado fechando, cidade falindo... essas coisas.

Pesquisador: Você assiste, Dandara?

Paulo: Eu acho que ela bugou.

Pesquisador: Tá ouvindo a gente?

Paulo: Ela só ta mexendo o olho.

Pesquisador: Acho que ela não está ouvindo.

Dandara: Eu to ouvindo sim. (risos)

Paulo: Ah, então pode falar.

Pesquisador: O que você mais vê no Salsicha?

Dandara: O que? Eu não entendi.

Paulo: O Salsicha, da RIC TV Record.

Pesquisador: O programa do Salsicha, você assiste?

Paulo: Ela não tá ouvindo.

Pesquisador: Vou passar para o Aroldo, depois eu passo para você.

Aroldo. A RPC, que você sempre fala que você assiste. O que normalmente aparece lá? O que eles mais falam? Qual é o programa deles?

Aroldo: O foco deles agora é só sobre o corona, né? A vacina que chegou, que está chegando. Acidente, roubo... entendeu? É mais isso que já falaram dos programas.

Pesquisador: E é mais assunto próximo a gente ou mais distante, do Brasil como um todo ou mais perto de Maringá?

Dandara: Pra mim é o Brasil. Ah eu vi também que passou ontem no... Maringá. Parece que as pessoas aqui levaram multa, porque não estavam usando a máscara. E não estava respeitando o decreto, alguns bares, lanchonete, também levaram multa. Porque tinha pessoas que não estavam usando máscara, e parece que vão pagar mil e alguma coisa de multa.

Paulo: Eita pega.

Dandara: E sobre acidente que aconteceu. Um ônibus que não conseguiu frear, parece que estava com problema no freio. Ele tomou e caiu do outro lado da rua. Ai eu vi, parece que 30 pessoas morreram, foi adulto, foi criança e adolescente, que não resistiu e morreu.

Ai ontem eu assisti da Magó. Familiares dela estava fazendo manifestação, querendo justiça, né? Sobre o que aconteceu com a Magó. Deixa eu ver que mais. Ah, da velocidade. Passou hoje no Paraná sobre a velocidade de carro, estão crescendo a velocidade na avenida Colombo. Eu não lembro bem, mas cresceu a mais do que o ano passado. E foi 220 alguma coisa de... denuncia. Ai a polícia tava no meio, por causa das multas de velocidade. Você viu?

Pesquisador: Eu fiquei sabendo. Você assistiu na RPC hoje?

Em Dandara?

Travou.

Paulo: Só ficou eu e você.

Pesquisador: Aroldo está me ouvindo?

Paulo: Dandara e Aroldo bugou. Bug da internet.

Você já ouviu a música do coronavírus?

[tentativa de restabelecer o contato com Aroldo e Dandara]

Pesquisador: Paulo, você que tá ouvindo aí. Você vê alguma diferença, por exemplo, no que passa no Salsicha, no Eduardo Santos e no Paraná TV?, por exemplo.

Paulo: Demais. Muitas coisas.

Pesquisador: O que é mais de diferente de um e de outro?

Paulo: É que um eles vai para um lugar, o outro vai para outro lugar. Cada um tem o seu destino.

Pesquisador: Qual é o destino do Salsicha?

Paulo: Ah, o Salsicha entrevista os caras do bairro dele, eu acho.

Pesquisador: E o Paraná TV, faz mais o que?

Paulo: Eu vejo Eduardo Santos, quando tem acidente, tá ligado? Ele fala para a amiga dele ir lá ver o acidente e falar pra ele como é que tá. É mó da hora ver o Eduardo Santos, também.

Pesquisador: Aroldo, você que caiu e voltou agora. Eu estava perguntando... Tem esses programas que a gente começou assistir, o Salsicha, da Record, do Eduardo Santos, são os programas que passam mais um tipo de jornalismo. A RPC passa outro. Vocês conseguem ver uma diferença entre os programas ou é tudo igual?

Aroldo: Para mim é tudo igual.

Pesquisador: Não tem certo e errado não. E vocês gostam do jornalismo que passa no Eduardo Santos por exemplo?

Paulo: Notícias boas.

Pesquisador: Você acha que são boas?

Paulo: Ah, tem algumas notícias que são boas, algumas notícias são tristes, algumas notícias que dá vontade de nem assistir... dá raiva.

Pesquisador: Por exemplo, o Eduardo Santos, o Salsicha... esses programas da tarde. Passam muito acidente, muita morte, não é? Isso é bom ou é ruim?

Paulo: Não entendi.

Dandara: Ah, eu não queria falar nada não, mas vou ter que falar. O Salsicha, o jornal dele até que é bom. Mas o problema é esse. Ele fala toda hora de comercial, daí ele começa a falar demais. Ele fala, “fala aí pro fulano que mais tarde eu passo aí” (risos). Daí no fim da tarde, ele não vai. O Salsicha engana todo mundo. Aí tem pessoas que acha que ele vai em tal lugar. Ele não vai, ele só fala.

Pesquisador: Vamos voltar naquilo que eu estava falando. Isso aí deles falaram um monte de violência, de morte, de briga, de assalto, é algo que vocês acreditam que precisa passar sempre?

Paulo: Não sempre. É que é enjoativo, é que tem vez que já fica sabendo, passa uma mesma notícia 10 vez repetida.

Aroldo: Eu também to com o Paulo. Mesma coisa, eles passam as vezes muita reportagem repetida. Não tem precisão. Um ou duas vezes que passa já ta de bom tamanho e bola pra frente, tem mais matéria, né?

Paulo: E a Dandara?

Dandara: Eu acho que no jornal ele repete as coisas pra achar um jeito certo. Mas assim, tem jornal que passa uma semana, tipo o Jornal Nacional da Globo. Ele passa a notícia, até poder resolver essa notícia ele para. Mas o Salsicha ele repete (*áudio inaudível*), mas a gente pede um pouco a controleção⁵².

Paulo: Eu tenho uma música que bombou na internet pra cantar.

Pesquisador: Pera aí. No final você canta, já estamos pra acabar, pode ser?

Gente, mais duas perguntas. Eu queria ouvir de cada um. Primeiro, por que vocês acompanham o jornalismo? Se pudessem resumir para mim.

Paulo: É acidente, assalto e notícia do corona é o que mais fala.

Pesquisador: Mas, o por que você assiste?

Paulo: Para ficar atento, vai que o coronavírus acaba e eu não assisti o jornal... to lá andando de máscara que nem um imbecil.

Pesquisador: Entendi. E você, Aroldo? Por que você assiste o jornalismo?

Aroldo: Para ver como é que tá a região, né? A gente mesmo, assiste muito a Globo, como é que tá Maringá. Vê os assaltos, para a gente ficar mais... dentro do assunto que se passa. Ainda mais, agora, nesse negócio do corona, vê como tá, que nem quando tava pra sair a vacina, a gente tava ansioso... saiu a vacina a gente já fica sabendo atreves do jornal. A gente fica ansioso para querer saber das notícias. Previsão do tempo, como que tá o tempo, se vai chover, se não vai.

Pesquisador: E você, Dandara? Por que você assiste o jornal?

⁵² Pelo contexto, entende-se: concentração.

Dandara: Na verdade eu assisto jornal tudo, menos política. Da COVID, da vacina e também de acidentes, quase todo dia. Da vacina onde a gente vai a gente fica sabendo, mas tem que saber mais do jornal, porque o jornal traz informação né.

Pesquisador: Por que você assiste? Você poderia não assistir, poderia ver desenho, por exemplo, mas por que você assiste jornal?

Dandara: É para nós ficar mais alerta, sabendo das coisas. Por exemplo, porque eles avisaram que a maioria dos idosos iam tomar a vacina... o jornal traz informação e ainda traz... notícia... *(áudio inaudível)* para não poder confundir. Pra ficar sabendo o que vai acontecer.

Pesquisador: Gente, para nós finalizarmos mesmo. Eu tenho uma pergunta que é assim a chance de vocês ajudar o jornalismo. O que vocês fariam para o jornalismo ser melhor? Por exemplo, “ah, Felipe, eu gosto quando eles mostram mais imagens para ilustrar” ... Enfim, se fosse para vocês... tivessem a chance de falar o que vocês melhorariam no jornalismo, o que vocês fariam?

Paulo: Para parar de passar coisa repetida, já deu raiva.

Pesquisador: Que mais? Não tem mais nada.

Paulo: Ah, e para o jornal falar um pouco de notícias boas.

Pesquisador: Vocês acham que eles falam um pouco rápido?

Paulo: Fala demais.

Dandara: Tem jornalista que fala rápido, mas assim, na Globo, os jornalistas quando vão fazer entrevista, ao invés deles ficarem com máscara, eles deveriam tirar, pelo menos a máscara para entender melhor. Porque tem hora que não dá para entender o que a pessoa fala.

Pesquisador: E você, Aroldo? O que você acha que dá para melhorar?

Aroldo: Olha, Felipe, eu acho que está bom. “Ah, mas fala muito rápido”, eles têm várias notícias para dar, se eles só ficar dando uma... detalhes, explicando, né?... então demora demais. Eu acho que tá bom do jeito que tá. É não repetir muito a mesma notícia e para mim, do jeito que está ta bom.

Pesquisador: Gente, só uma outra coisa que eu esqueci de falar. Vocês falaram do Eduardo Santos, do Salsicha... o que vocês mais gostam dos apresentadores? O que diferencia ele de um e do outro?

O Salsicha, ele é bom ou é ruim? O que vocês acham?

Paulo: Bom, legal. Eu já conheci ele.

Pesquisador: Mas por que você acha que ele é bom?

Paulo: Ah, o jeito dele. A cara dele já mostra que ele é uma pessoa boa. Ele ajudou muita gente.

Pesquisador: E o Eduardo Santos, Paulo?

Paulo: O Eduardo Santos é muito legal, ele é muito zueira. Eu também conheci ele.

Dandara: O Eduardo Santos eu não sei quem é não. O Salsicha eu gosto dele, também, pelo fato de como ele reage as notícias... ele fala com vontade. Ele fala como se tivesse interessado pela sociedade. Na minha opinião o Salsicha é assim.

Pesquisador: O Aroldo falou que não assiste o Salsicha, nem o Eduardo Santos, assiste mais a Globo.

Aroldo: Sim.

Pesquisador: Das pautas que a gente viu aqui. Qual a que vocês mais gostaram de saber?

Paulo: Eu gostei mais o da Amazônia.

Aroldo: Eu gostei né, porque eu nem sabia. Eu gostei da reportagem do ladrão... que roubou o gás e depois o carro não quis pegar.

Dandara: Ah, para mim foi a dos leitões.

Pesquisador: Eu tenho uma última pergunta. Vocês falaram do porque vocês assistem. Mas vocês acham que o jornalismo é importante para a gente como um todo?

Paulo: Demais. Porque sem o jornal a gente não sabe o que está acontecendo no Brasil.

Aroldo: Eu acho que é demais também. O jornal é muito importante para a gente saber o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Se a gente não assiste jornal, a gente fica sem... né desatualizado.

Pesquisador: Pessoal, vamos encerrar.

APÊNDICE E – CARACTERÍSTICAS DOS CONTEÚDOS COMPARTILHADOS NO GRUPO DO WHATSAPP

| Data | Participante | Conteúdo | Programa Emissora Veículo | Observações |
|----------------|---------------------|---|--|---|
| 11 jan. | Rosa | Apresentador Salsicha conversando com o telespectador | Cidade Alerta (RIC Record) | |
| 11 jan. | Dandara | Colégios Cívico-Militares no Paraná | Boa Noite Paraná (RPC TV) | |
| 11 jan. | Aroldo | Joe Biden é vacinado | Folha | Print do perfil do Instagram |
| 12 jan. | Rosa | Pintor é sofre acidente enquanto trabalhava | Maringá Urgente (Rede Massa) | Abordagem sensacionalista |
| 12 jan. | Rosa | Abandono de menor | Maringá Urgente (Rede Massa) | Abordagem sensacionalista |
| 12 jan. | Rosa | ONGs de proteção de animais | Cidade Alerta (RIC Record) | |
| 12 jan. | Rosa | Impactos da chuva na cidade | Cidade Alerta (RIC Record) | Abordagem sensacionalista |
| 12 jan. | Paulo | Vacinação | Maringá Urgente (Rede Massa) | |
| 13 jan. | Aroldo | Retorno das aulas no Paraná | Meio Dia Paraná (RPC TV) | |
| 14 jan. | Rosa | Caso Jadson | Cidade Alerta (RIC Record) | Abordagem sensacionalista |
| 15 jan. | Rosa | Bombeiros salvando ambulância durante enchente em SP. | Cidade Alerta (Record) | Grade nacional; Abordagem sensacionalista |
| 15 jan. | Rosa | Acidente em rodovia da região | Cidade Alerta (RIC Record) | Abordagem sensacionalista |
| 15 jan. | Rosa | Vacinação em Maringá | Cidade Alerta (RIC Record) | |
| 15 jan. | Rosa | Número de casos de COVID-19 na cidade | Cidade Alerta (RIC Record) | |
| 15 jan. | Paulo | Falta de oxigênio em Manaus | - | Apresenta apenas em forma de comentário |
| 16 jan. | Rosa | Assaltos em condomínios de luxo | Fala Brasil (Record) | Abordagem sensacionalista |
| 16 jan. | Rosa | Aumento no preço do gás de cozinha | Maringá Urgente (Rede Massa) | |
| 16 jan. | Rosa | Polícia investiga ameaça de ex-marido | Balanço Geral (Record) | Grade nacional; Abordagem sensacionalista; Interação apenas por |

| | | | | |
|----------------|--------|------------------------------|------------------------------|---|
| | | | | mensagem de áudio. |
| 17 jan. | Paulo | Primeira brasileira vacinada | - | Apresenta apenas em forma de comentário |
| 17 jan. | Rosa | Primeira brasileira vacinada | Domingo Espetacular (Record) | |
| 18 jan. | Aroldo | Vacinação | - | Apresenta apenas em forma de comentário |

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Jornalismo e Cidadania Comunicativa: a recepção de conteúdos jornalísticos por pessoas com deficiência intelectual

Pesquisador: FELIPE COLLAR BERNI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26161019.6.0000.0105

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.772.872

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

Jornalismo e Cidadania Comunicativa: a recepção de conteúdos jornalísticos por pessoas com deficiência intelectual. A partir da realização de entrevistas com 10 participantes que possuam algum tipo ou grau de deficiência intelectual e que estejam vinculados com a Escola Novo Amanhecer - APAE de Santa Fé (PR), a pesquisa busca realizar um Estudo de Recepção capaz de compreender os usos e apropriações de conteúdos jornalísticos por esse sujeitos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as apropriações e usos que as pessoas com deficiência intelectual fazem dos conteúdos jornalísticos transmitidos pela televisão e pelo rádio

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Por se tratar de pesquisa que envolva a coleta de informações privadas sobre o consumo jornalístico há o risco de identificação dos sujeitos. Para

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.772.872

tal, a pesquisa desenvolverá estratégias para a preservação da identidade dos entrevistados. Por se tratar de sujeitos em estado de vulnerabilidade, os mesmos serão contatados e entrevistados, juntamente com seus responsáveis legais e com a mediação da Escola Novo Amanhecer - APAE de Santa Fé (PR), além do auxílio dos profissionais do setor de psicologia e pedagogia da instituição.

Benefícios:

Contribuir para reflexão sobre a relação do jornalismo e seus públicos. Reconhecer a necessidade de entender lógicas e processos de apropriação e construções de sentidos por parte das pessoas com deficiência intelectual a partir dos conteúdos jornalísticos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto exposto busca desenvolver uma pesquisa voltada aos Estudos de Recepção, tendo como objetivo compreender, a partir da perspectiva da cidadania comunicativa, de que forma ocorre o consumo jornalístico de pessoas com deficiência intelectual e os usos por eles realizados. Pela concordância dos atores da pesquisa, a televisão e o rádio serão os meios ora investigados pela veiculação de conteúdos no formato audiovisual. Entende-se aqui o jornalismo como forma de conhecimento e construção social da realidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|--------------------------------|---|------------------------|-------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1475197.pdf | 10/12/2019 18:10:13 | | Aceito |

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.772.872

| | | | | |
|---|--|------------------------|------------------------|--------|
| Outros | TERMODORESPONSAVELLEGALNOV O.pdf | 10/12/2019 18:08:39 | FELIPE COLLAR BERNI | Aceito |
| Outros | EIXOSNORTEADORES PARA ENTREVISTA.pdf | 10/12/2019 18:05:56 | FELIPE COLLAR BERNI | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | projeto de pesquisa.pdf | 19/11/2019 19:06:18 | FELIPE COLLAR BERNI | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | carta de anuência.PDF | 19/11/2019 19:05:29 | FELIPE COLLAR BERNI | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E CLARECIDO.pdf | 19/11/2019 19:04:37 | FELIPE COLLAR BERNI | Aceito |
| Outros | TERMODORESPONSAVELLEGAL.pdf | 19/11/2019 19:03:49 | FELIPE COLLAR BERNI | Aceito |
| Folha de Rosto | folha de rosto.PDF | 19/11/2019 18:58:36 | FELIPE COLLAR BERNI | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 15 de Dezembro de 2019

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br